



---

**BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL  
AGÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA**

**GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO**

***REDES DE AGROINDUSTRIAS  
DE PEQUENO PORTE***

***EXPERIÊNCIAS EM SANTA CATARINA***

**DEZEMBRO/2004**



## Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

- DIRETOR-PRESIDENTE: ➤ LÉLIO MIGUEL ANTUNES DE SOUZA
- VICE-PRESIDENTE E DIRETOR DE OPERAÇÕES: ➤ CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA FILHO
- DIRETOR FINANCEIRO: ➤ AMADEU LUIZ DE MIO GEARA
- DIRETOR ADMINISTRATIVO: ➤ GEOVAH JOSÉ DE FREITAS AMARANTE
- DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS: ➤ CASILDO JOÃO MALDANER
- DIRETOR DE PLANEJAMENTO: ➤ GERMANO MOSTARDEIRO BONOW
- CHEFE DO GABINETE DA DIRETORIA: ➤ JOÃO CARLOS GRANDO
- SUPERINTENDENTE AGFLO ➤ DÁRIO BUZZI

### **Coordenação:**

Dr. Nelson Casarotto Filho – Gerente de Planejamento

### **Elaboração:**

Gerência de Planejamento

- Maria do Carmo Silveira Pereira – Administradora
- Rose Irene Souza Neves – Economista

### **Apoio Técnico**

Rogério Martin Benitez – Economista

### **Apoio Administrativo:**

Marina Caramaz Fares – Estagiária

### **Capa:**

Fabício Braun de Moraes – Estagiário

B213r Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul  
Agência de Florianópolis. Gerência de Planejamento  
Redes de agroindústria de pequeno porte: experiências de Santa  
Catarina. Florianópolis : BRDE, 2004. 154 p.

1. Agroindústria de pequeno porte – Santa Catarina.
2. Cadeia produtiva. I Pereira, Maria do Carmo Silveira. II. Neves, Rose Irene Souza. III. Casarotto Filho, Nelson.

CDU 631.116(816.4)



---

## AGRADECIMENTOS

Muitos foram os colaboradores que, compartilhando seus conhecimentos, experiências e ideais, tornaram possível a construção de uma verdadeira rede de parcerias para a realização deste Estudo.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, reconhecido a quantos prestaram sua colaboração, através da orientação, disponibilização de informações e documentos de fundamental importância para a sua elaboração, expressa seus agradecimentos:

- Às seis redes de Agroindústrias de Pequeno Porte, seus dirigentes, agricultores familiares associados e todos os colaboradores que, com sua experiência e saber, forneceram preciosa contribuição no decorrer da elaboração de toda a pesquisa de campo;
- Ao Instituto Cepa, EPAGRI, CIDASC e Secretaria da Agricultura, cujos técnicos e pesquisadores contribuíram significativamente com seu conhecimento, entusiasmo e material bibliográfico;
- Aos Srs. Valério Turnes e Joanir Kalnin, que compartilharam seus conhecimentos e forneceram textos que foram fundamentais para o enriquecimento do presente Estudo.

## APRESENTAÇÃO

O apoio ao desenvolvimento das atividades agrícolas na Região Sul é uma das prioridades e estratégias do BRDE, que continuamente tem empreendido ações para o atendimento às necessidades de recursos dos pequenos produtores rurais.

Para tanto, tem-se discutido e implementado diversos mecanismos de apoio aos produtores rurais, sob uma ótica sistêmica, através de parcerias com cooperativas de crédito e cooperativas de produção. Esses esforços, sem dúvida, contribuem para dar competitividade aos empreendimentos, porque induzem os produtores a organizarem-se em redes de cooperação. Tal organização confere, concomitantemente, maior capacidade de gerenciamento da produção regional e sustentabilidade dos territórios onde as redes estão inseridas .

Com dificuldade de manter uma posição competitiva na economia, e praticamente excluídas do acesso às oportunidades que, normalmente, são oferecidas ao serviço produtivo, as agroindústrias de pequeno porte começam a ser vistas como estratégia de desenvolvimento territorial e regional na criação de oportunidades de trabalho e renda, o que contribui para a melhoria da qualidade de vida do produtor rural e sua fixação no campo.

A importância e a amplitude da atividade motivaram o BRDE, como indutor do desenvolvimento regional, a desenvolver estudos para aprofundar o conhecimento sobre a situação da cadeia produtiva da agroindústria de pequeno porte de origem familiar, com foco nas experiências associativas de Santa Catarina.

Apesar da carência de dados estatísticos oficiais que permitam a realização de análises mais precisas sobre a situação das agroindústrias de pequeno porte, em termos de sustentabilidade e crescimento, é notório o papel que desempenham na vida econômica e social do país e, em especial, de Santa Catarina.

Este trabalho apresenta características gerais do segmento de agroindústria de pequeno porte, com destaque para as redes de pequenas agroindústrias do estado geridas por agricultores familiares; a relevância dessas experiências na promoção do desenvolvimento rural sustentável em Santa Catarina e, por fim, a proposição de medidas para que as experiências se concretizem.



# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| <b>Tabela 1</b> – Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção Familiares por Tipo de Mão-de-Obra Utilizada – SC ..... | 10 |
| <b>Tabela 2</b> – Produção e Faturamento SAGA em 2003 .....  | 34 |
| <b>Tabela 3</b> – Produção e Faturamento AGRECO em 2003 .....  | 43 |
| <b>Tabela 4</b> – Capacidade instalada e utilizada das agroindústrias associadas à COOPERPROVE.....                                  | 48 |
| <b>Tabela 5</b> – Produção e Faturamento da COOPERPROVE em 2002 .....  | 49 |
| <b>Tabela 6</b> – Situação Sócio – econômica das agroindústrias artesanais em 2002 .....   | 53 |
| <b>Tabela 7</b> – Produção anual (ton.) da agroindústria artesanal de Joinville, de 1999 a 2002.....                                 | 54 |
| <b>Tabela 8</b> – Produção e Faturamento da APACO em 2003 .....  | 61 |
| <b>Tabela 9</b> – Produção e Faturamento da ACEPAM em 2002 .....   | 74 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Quadro 1</b> – Maneiras como a cooperação pode adicionar valor aos produtos .....  | 17  |
| <b>Quadro 2</b> – PRONAF – Plano Safra 2004/2005 – MODALIDADES DE FINANCIAMENTO ..... | 109 |
| <b>Quadro 3</b> – Linhas Especiais de Crédito do PRONAF – Plano Safra 2004/2005 ..... | 110 |
| <b>Quadro 4</b> – Declaração de aptidão ao PRONAF .....                               | 111 |

## LISTA DE FIGURAS

|                    |   |    |
|--------------------|---|----|
| <b>Figura 1</b> –  | Cadeia de valor genérica em negócios industriais e marcação das áreas para o Consórcio.....   | 15 |
| <b>Figura 2</b> –  | Curva “U” proposta por Porter .....   | 19 |
| <b>Figura 3</b> –  | Curva “U” e estratégias competitivas genéricas ampliadas .....  | 20 |
| <b>Figura 4</b> –  | Rede Flexível de Empresas .....   | 21 |
| <b>Figura 5</b> –  | Rede de empresas formalizadas através de consórcio .....  | 21 |
| <b>Figura 6</b> –  | Modelo geral de Rede para o Desenvolvimento de um Sistema Econômico Local .....   | 26 |
| <b>Figura 7</b> –  | Marca Coletiva dos produtos agroindustriais adotada pelo Instituto SAGA ..  | 33 |
| <b>Figura 8</b> –  | Áreas de plantio da Região de Santa Rosa de Lima .....  | 36 |
| <b>Figura 9</b> –  | Marca Coletiva dos produtos agroindustriais adotada pela AGRECO   | 37 |
| <b>Figura 10</b> – | Marca Coletiva dos produtos agroindustriais adotada pela Prove .....  | 44 |
| <b>Figura 11</b> – | Produtos hortifrutigranjeiros da COOPERPROVE .....  | 47 |
| <b>Figura 12</b> – | Produção de Laticínios da COOPERPROVE .....   | 48 |
| <b>Figura 13</b> – | Marca coletiva dos produtos agroindustriais adotada pela AJAAR .....  | 51 |
| <b>Figura 14</b> – | Produtos da AJAAR .....   | 53 |
| <b>Figura 15</b> – | Marcas coletivas de produtos de origem vegetal; carnes e ovos e leite e derivados, respectivamente com as cores verde, vermelho e branco, adotados pela APACO ..... | 60 |



|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 16</b> – Áreas de plantio da ACEPAM .....                                    | 65 |
| <b>Figura 17</b> – Compra coletiva de insumos .....                                    | 66 |
| <b>Figura 18</b> – Granja Avícola Hable .....  | 67 |
| <b>Figura 19</b> – Micro – Usina de Leite e Derivados.....                             | 68 |
| <b>Figura 20</b> – Associação APROMEL – Entrepasto do Mel .....                        | 69 |
| <b>Figura 21</b> – Cunicultura .....   | 70 |
| <b>Figura 22</b> – Associação Portal Verde – Fabricação de Conservas .....             | 71 |
| <b>Figura 23</b> – Cadeia Produtiva da Agroindústria de Pequeno Porte Rural .....      | 75 |
| <b>Figura 24</b> – Dificuldades para Conduzir o Empreendimento .....                   | 90 |
| <b>Figura 25</b> – Esquema Operacional do Convênio BRDE/SICOOB em Santa Catarina ..... | 93 |
| <b>Figura 26</b> – Cadeia de Valor das Agroindústrias de Pequeno Porte .....           | 96 |



## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  |    |
| <b>2 DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS DE PEQUENO PORTE</b> .....         |    |
| <b>3 HISTÓRICO DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR</b> .....                                   |    |
| <b>4 A FORMAÇÃO DE REDES DE EMPRESAS PARA A GARANTIA DE COMPETITIVIDADE</b> .....    |    |
| 4.1 A Cadeia Produtiva e Cadeia de Valor.....  | 13 |
| 4.2 Rede de Empresas como Estratégia de Desenvolvimento.....                         |    |
| 4.3 Consórcios de Empresas .....   |    |
| 4.4 Consórcios, Redes e Desenvolvimento Regional.....                                |    |
| 4.5 O Modelo Italiano e suas Possibilidades de Aplicação em Santa Catarina.....      |    |
| <b>5 EXPERIÊNCIA EM SANTA CATARINA</b> .....   |    |
| <b>5 EXPERIÊNCIA EM SANTA CATARINA</b> .....   |    |
| 5.1 Instituto de Desenvolvimento Regional – SAGA.....                                |    |
| <b>5.1.1 Histórico</b> .....   |    |
| <b>5.1.2 Objetivos</b> .....   |    |
| <b>5.1.3 Estrutura</b> .....   |    |
| <b>5.1.4 Dados Econômico-Financeiros</b> .....                                       |    |
| 5.2 Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO..... |    |
| <b>5.2.1 Histórico</b> .....   |    |
| <b>5.2.2 Objetivos</b> .....   |    |
| <b>5.2.3 Estrutura</b> .....   |    |
| 5.2.3.1 A Associação de Agroturismo.....   |    |
| 5.2.3.2 Cooperativa de Crédito.....  |    |
| 5.2.3.3 Cooperativa de Profissionais - ALIAR.....                                    | 40 |
| 5.2.3.4 Centro de Formação.....  | 40 |
| 5.2.3.5 Projeto Agroindústrias Modulares em Rede .....                               |    |



5.2.3.6 O Fórum de Desenvolvimento.....

## 5.2.4 Dados Econômico-Financeiros

5.3 Cooperativa PROVE - COOPERPROVE .....

### 5.3.1 Histórico

### 5.3.2 Objetivo

### 5.3.3 Estrutura

5.3.3.1 Operacionalização.....

5.3.3.2 Atividades desenvolvidas.....

## 5.3.4 Dados Econômico-Financeiros

5.4 Associação Joinvillense de Agroindústrias Artesanais Rurais

- AJAAR..... 50

### 5.4.1 Histórico

### 5.4.2 Objetivo

### 5.4.3 Estrutura

5.4.3.1 Participantes do Programa.....

## 5.4.4 Dados econômico-financeiros

5.5 Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

- APACO.....55

### 5.5.1 Histórico

### 5.5.2 Objetivo

### 5.5.3 Estrutura

5.5.3.1 Programas Desenvolvidos.....56

5.5.3.2 Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense

- UCAF59

## 5.5.4 Dados Econômico-Financeiros

5.6 Associação Central de Pequenos Agricultores de Mafra - ACEPAM.....

### 5.6.1 Histórico

### 5.6.2 Objetivo

### 5.6.3 Estrutura

5.6.3.1 Entraves da Comercialização 63

5.6.3.2 Projetos desenvolvidos .....

5.6.3.3 Parceria BNAF/ARCO CONTESTADO .....

## 5.6.4 Dados Econômico-Financeiros



|   |  |
|---|--|
| 6 A CADEIA PRODUTIVA DA AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE RURAL EM SANTA CATARINA – ENTRAVES E POTENCIALIDADES ..... |  |
| 6.1 Gestão Empresarial .....  |  |
| <b>6.1.1 Entraves e Potencialidades</b> .....   |  |
| 6.2 Produção .....  |  |
| 6.2.1 Entraves e Potencialidades .....  |  |
| 6.3 Comercialização .....   |  |
| <b>6.3.1 Entraves e Potencialidades</b> .....   |  |
| 6.4 Agroturismo .....   |  |
| <b>6.4.1. Entraves e Perspectivas</b> .....   |  |
| 6.5 Crédito .....   |  |
| <b>6.5.1. Entraves e Perspectivas</b> .....   |  |
| 6.6 Conclusões .....  |  |
| <b>7 LEGISLAÇÃO</b> .....   |  |
| 7.1 Legislação Previdenciária .....   |  |
| 7.2 Legislação de Inspeção Sanitária .....  |  |
| 7.3 Formas de Instituição da Agroindústria .....  |  |
| <b>8 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR</b> .....  |  |
| 8.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF103 .....                                 |  |
| <b>9 PROPOSTAS</b> .....  |  |
| <b>10 CONCLUSÕES</b> .....  |  |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  |  |
| APÊNDICE A - SUMÁRIO DA LEGISLAÇÃO .....  |  |
| APÊNDICE B - PLANO SAFRA 2004/2005 .....  |  |

# 1 INTRODUÇÃO

A globalização dos mercados e o acirramento da concorrência estão a exigir, cada vez mais, que os agricultores organizem seus negócios em redes de cooperação, para fazer frente aos desafios com que se deparam.

O meio rural de Santa Catarina, onde predominam estruturas produtivas de pequeno porte, e que, apesar de sua importância econômica e social, têm muito pouco poder de negociação e quase nenhum peso político, é composto por economias familiares atomizadas, embora parte desarticuladas e desinformadas. Conseqüentemente, esta situação as coloca numa posição dependente dentro do agronegócio.

De acordo com dados do “Projeto Rede de articulação de atores rurais no estado de SC – Agrorede”<sup>1</sup>, o setor da agricultura familiar tem conseguido atender à demanda de produção de alimentos que lhe é colocada e abastece o parque agro-industrial do estado mas, mesmo assim, o setor passa por enormes dificuldades.

Em nível local/regional, é crescente a organização de pequenos produtores rurais em redes de cooperação, como fator de sobrevivência, visando à implementação de estratégias de agregação de valor à produção “in natura”, com vistas a dar competitividade ao conjunto. Essas pequenas agroindústrias, construídas a partir de uma visão que prioriza a valorização da cultura e do saber-fazer dos agricultores, é uma estratégia competitiva que está contribuindo para gerar emprego e renda no espaço rural, criando condições para que o homem do campo encontre oportunidade de realização no seu próprio ambiente, evitando, com isso, a evasão para as cidades.

Porém, observa-se que uma das maiores dificuldades das pequenas e médias agroindústrias é, ainda, o acesso a linhas de crédito e seu enquadramento em programas de financiamentos, o que exige uma posição mais ativa dos governos e das instituições financeiras, que viabilize ações voltadas ao crescimento do setor e ao desenvolvimento regional.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um quadro de caracterização e uma avaliação preliminar da competitividade das redes de agroindústrias de pequeno porte de Santa Catarina.

Para isso, buscou-se conhecer as redes de agroindústrias de pequeno porte existentes, suas características e sua importância quanto a geração de emprego e renda e quanto a sua capacidade de produção e comercialização; levantar as ações

---

<sup>1</sup> Projeto elaborado por: Fundação Lyndolpho Silva, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina e AGRECO - Associação dos Agricultores Agro-ecológicos das Encostas da Serra Geral, para execução no período de 2000/2003.

desencadeadas pelas redes em busca de maior competitividade e inserção no mercado, bem como as ações de política pública para o desenvolvimento das redes de agroindústrias de pequeno porte; e elaborar um estudo que possibilite subsidiar políticas públicas e o desenvolvimento gerencial das agroindústrias.

O trabalho justifica-se pela experiência de Santa Catarina na formação de redes de pequenas agroindústrias, algumas das quais já sendo referência no País, como: PROVE (Programa de Verticalização da Produção da Agricultura Familiar) – sede Blumenau, com 16 agroindústrias (153 famílias); BNAF (Banco Nacional da Agricultura Familiar) com apoio da ARCO-CONTESTADO (Agência Regional de Comercialização do Planalto Norte) – sede Mafra, com 7 agroindústrias (43 famílias); AGRECO (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral) – sede Santa Rosa de Lima, com 27 agroindústrias (59 famílias), e UCAF (Unidade Central de Apoio a Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste de SC) – sede Chapecó, com 45 agroindústrias (211 famílias).<sup>2</sup>

Existe, pois, condições territoriais propícias que dão suporte à tendência de as pequenas empresas constituírem redes de cooperação para alcançar competência em todas as etapas da cadeia de valor, visando tornarem-se competitivas nos mercados que pretendem atingir, inclusive internacionais.

Contribui para esse movimento a crescente conscientização da necessidade de se promover agregação de valor aos produtos agrícolas “in natura”, originários da pequena propriedade rural, e da importância de se viabilizar a implantação de pequenas agroindústrias, inseridas num contexto mais amplo de desenvolvimento rural, estimulando a pluriatividade, mediante a combinação de atividades/serviços agrícolas e não agrícolas, como forma de elevar a renda e fixar o pequeno produtor rural e seus familiares no campo.

Tal inserção numa rede de cooperação, com vistas a tornar a pequena agroindústria competitiva, prevê a participação de agentes locais, sindicatos, associações, instituições governamentais e de ensino, que venham interagir para dar competitividade à rede, buscando a eficiência ao longo das etapas relacionadas à produção, logística, comercialização, etc.

Por outro lado, observa-se a não existência, em Santa Catarina, de cooperativas ou de empresas que atuem como integradoras de pequenas e médias agroindústrias e que possam atuar como financiadoras ou avalistas de projetos realizados em regime de cooperação.

Como exemplo, pode-se citar a região do oeste catarinense, na qual há uma nítida concentração de grandes empresas ou cooperativas, com as pequenas propriedades limitando-se à produção rural e não a uma produção agroindustrial com maior agregação de valor. Recente estudo em Santa Catarina (KIEKBUSH, 2004), por

---

<sup>2</sup> Dados de dez/2003.

exemplo, mostrou que a microrregião de Chapecó tem uma concentração quatro vezes a média do Estado em termos de trabalhadores no segmento de alimentos. Mas, paradoxalmente, a região de Chapecó tem um número de indústrias de alimentos proporcionalmente menor que a média do Estado. Isto demonstra a carência de pequenas agroindústrias capazes de produzir com maior agregação de valor.

Assim, em face da situação apresentada e da falta de material bibliográfico que trate da competitividade das redes de agroindústrias de pequeno porte, apresentamos este estudo preliminar, na expectativa de que ele venha contribuir na discussão das estratégias que estão sendo desenvolvidas para o setor.

## 2 DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS DE PEQUENO PORTE

Como diversos são os tamanhos e as características das empresas agroindustriais, também múltiplas são as metodologias, critérios e variáveis para construir tipologias de indústrias. Entretanto, não obstante sua variedade, nenhuma delas atende satisfatoriamente o escopo deste estudo.

A dificuldade de se obter dados específicos sobre o setor, notadamente sobre pequenas agroindústrias, dificulta uma definição e um critério para separar os estabelecimentos de pequeno porte de natureza familiar dos demais, tornando muito difícil compatibilizar esta definição com as informações disponíveis no Censo IBGE – agroindústria, sabidamente não elaborado para este fim. Por isso, o faremos através do cruzamento de informações apresentadas pelas fontes oficiais que fixam os parâmetros para classificação da empresa.

Para atender a finalidade deste estudo, procura-se aliar à conceituação de agroindústria, os conceitos das atividades interrelacionadas, o que inclui a agroindústria de pequeno porte, a agroindústria familiar e a agroindústria em rede, devido à estreita correlação existente entre elas.

Em razão da complexidade e abrangência da atividade, o conceito de agroindústria é apresentado pelos autores, sob diferentes formas, podendo sua formulação incluir desde apenas a primeira transformação sofrida pelo produto agrícola até fases mais complexas, as quais podem envolver diferentes ramos industriais.

Num conceito ampliado, agroindústria engloba o complexo agroindustrial como um todo, ou seja, todos os agentes que fazem parte do segmento de insumos e fatores de produção (antes da porteira), da produção propriamente dita (dentro da porteira), do processamento e da transformação até a distribuição e o consumo (depois da porteira). (Araújo et al. *apud* LORENZANI e SILVA, 2000).

Num conceito mais restrito, as agroindústrias são as indústrias que se dedicam à transformação e ao processamento de matérias primas agropecuárias, de origem animal e vegetal. Tais matérias primas são transformadas e preservadas através de alterações físico-químicas, e caracterizam-se por apresentar grande variabilidade em termos qualitativo e quantitativo e diferentes graus de perecibilidade e sazonalidade (Austin *apud* LORENZANI e SILVA, 2000).

Hoffmann et al. *apud* Parré et al. (2002) considera que a “formulação de um conceito puro de agroindústria pode ser factível apenas num plano teórico, porém sem possibilidade de operacionalização no estudo de casos concretos, especialmente quando se trata de um estudo abrangente baseado em dados secundários”.

Também Lauschner *apud* Parré et al. (2002) apresenta a conceituação de agroindústria considerando um aspecto mais genérico e outro mais específico.

Em sentido mais amplo, agroindústria é a unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou manufaturado para a sua utilização intermediária ou final. Em sentido restrito, é a unidade produtiva que transforma para a utilização intermediária ou final o produto agropecuário e seus subprodutos não manufaturados, com aquisição direta do produtor rural de um mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados.

Altmann et al. (2002, p.103), apresenta a Agroindústria Rural como uma

atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção da agricultura familiar, através da execução de tarefas pós colheita nos produtos proveniente de explorações agrosilvipastoris, tais como seleção, lavagem, classificação, armazenamento, conservação, transformação, embalagem, transporte e comercialização.

Prezotto (1997) define agroindústria de pequeno porte como uma unidade industrial de transformação e/ou beneficiamento de produtores agropecuários, localizada no meio rural, gerenciada pelos próprios agricultores, em escala não industrial tradicional (de grande agroindústria)

Já com relação à caracterização do porte da agroindústria, a dificuldade de se obter dados específicos sobre o setor dificulta uma definição e um critério para separar os estabelecimentos de pequeno porte de natureza familiar dos demais. O Estatuto da Micro, Pequena e Média Empresa (Lei nº. 9.841/99) e do SIMPLES (Lei nº 9.317/96), que utilizam a receita bruta anual como critério para fixar o porte da empresa definem como microempresa a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00, enquanto considera empresa de pequeno porte a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00. Já a RAIS/MTE (Relação Anual de Informações Sociais) e o SEBRAE, definem o tamanho da empresa de acordo com o número de empregados. Pelos parâmetros do SEBRAE, uma pequena empresa é aquela que possui até 29 empregados.

Segundo Vieira (1998), as empresas agroindustriais de micro e pequeno porte empregam tecnologias tradicionais ou artesanais, atendem em geral estratos de consumidores de menor renda, em mercados locais ou regionais, oferecendo produtos de baixa sofisticação tecnológica ligados à cultura local. Nesse grupo, inclui-se o conjunto de pequenas e micro empresas, que oferecem produtos ligados ao consumo de imigrantes e seus descendentes e produtores orgânicos, também operando em nível local ou regional, sendo, em geral, importantes empregadores de mão-de-obra não qualificada.

Como o foco deste estudo é a agroindústria de pequeno porte baseada na

mão-de-obra familiar, a própria delimitação deste segmento implica a identificação dos agricultores familiares, fazendo uma distinção daqueles não familiares ou patronais, pois o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para fins de enquadramentos nas linhas de crédito específicas para o setor, conjuga o conceito de agroindústria de pequeno porte com o de agricultura familiar, imputando como atributos básicos desta a gestão, a propriedade e o trabalho, de natureza familiar.

Segundo o MDA, o agricultor familiar é uma pessoa física que detenha ou explore um ou mais estabelecimentos rurais diretamente com sua família, como proprietário, posseiro, assentado, arrendatário, parceiro, comodatário, espólio, usufrutário, e que não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; obtenham, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até dois empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir.

Definir agricultura familiar pressupõe delinear alguns indicadores que a caracterizem, entre os quais o de que as “unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho da família e de seus membros, podendo contratar, em caráter eventual ou temporário, outros trabalhadores”.(SCHNEIDER, 2003, p. 25.)

O MDA define, ainda, as agroindústrias integradas em redes, como aquelas agroindústrias de agricultores familiares que estão interligadas por meio de uma unidade central de apoio técnico, formalizada sob diversas formas, de acordo com a realidade de cada local e a característica de gestão social desejada: condomínio, associação, cooperativa, empresa.



### 3 HISTÓRICO DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

A agricultura familiar sempre desempenhou um papel de significativa importância e contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Não obstante sua importância no contexto sócio-econômico do Estado e do País, as famílias que atuam neste segmento produtivo sempre enfrentaram inúmeras dificuldades para permanecer na atividade, em razão da carência de políticas públicas adequadas e aplicadas de forma continuada, aliada às questões relacionadas com a própria estrutura e organização dos agricultores familiares.

Todavia, somente nos últimos anos ela vem ganhando reconhecimento proporcional a sua expressividade e tomando espaço nos movimentos sociais rurais, nas amplas discussões que se estabelecem sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local e regional.

A difícil situação econômica de um grande número de agricultores familiares e, como conseqüência, o agravamento do êxodo rural, provocou a intensificação dos movimentos sociais no País. Tais movimentos contribuíram para os avanços na capacidade de organização e reivindicação dos trabalhadores rurais, exigindo que os governos assumam um papel ativo nesse processo, mediante a implementação de políticas e estratégias que viabilizem o desenvolvimento da agricultura familiar e da agroindústria de pequeno porte.

Impulsionados por estes fatos, a partir dos anos 1990, cresce o debate sobre a importância da agroindústria de pequeno porte gerida pelos próprios agricultores de origem familiar, porém, agora, na perspectiva de inserção num contexto de estratégias de desenvolvimento em âmbito local e regional, caracterizando-a como um instrumento capaz de conter o êxodo rural, contribuir para a geração de novos postos de trabalho e ampliar a renda com a apropriação do valor agregado ao longo da cadeia produtiva<sup>3</sup>.

A partir de 1995, com o enquadramento, pelo governo Federal, da agricultura familiar num segmento produtivo diferenciado dos produtores rurais, os agricultores familiares passam a ter acesso ao crédito rural específico para a atividade. Foram instituídos programas de apoio à atividade rural, tanto em nível federal quanto estadual, objetivando criar oportunidades de trabalho e renda para os agricultores e pescadores.

Em 1998, a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-, inicialmente no Ministério para Reforma Agrária (1998) passando, posteriormente, para o Ministério de Desenvolvimento Agrário (1999), veio

<sup>3</sup> São as diversas etapas de produção, desde a matéria-prima ao produto final, incluindo fornecedores de equipamentos, podendo ou não estar integralmente num cluster. Pode-se ter cadeia produtiva do país, do estado, da região. (CASAROTTO E PIRES, 2001)



a se constituir num importante instrumento de desenvolvimento da agricultura familiar. Em 1988, o governo Federal criou o PRONAF-Agroindústria que, não obstante as dificuldades verificadas na sua implementação e manutenção, vem aos poucos se caracterizando como um valioso instrumento de apoio à implantação de empreendimentos agroindustriais de pequeno porte.

Segundo o IBGE, censo de 1995 (último dado oficial disponível), o Brasil possui mais de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o equivalente a 84% dos imóveis rurais do País. Sendo a base do agronegócio brasileiro, a agricultura familiar é responsável por 70% do feijão produzido no País; 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos.

No âmbito estadual, a partir de 1994, por iniciativa do poder executivo estadual, as micro empresas, rurais ou urbanas, são isentas do recolhimento do imposto sobre circulação de mercadorias. Em 1995, o governo cria o Programa Catarinense da Indústria de Pequeno Porte – Proind, com o objetivo de conceder apoio técnico e financeiro a empreendimentos industriais no meio rural. Ao mesmo tempo, a Assembléia Legislativa de SC promulga nova lei, que equipara o produtor individual à micro empresa para efeitos de isenção do imposto de circulação de mercadorias, nas operações a consumidor final, favorecendo a transformação artesanal para mercados locais e regionais, especialmente para mercados diferenciados. (OLIVEIRA, 1999)

Uma experiência pioneira concreta em Santa Catarina ocorreu na região oeste catarinense, a partir de uma parceria realizada pela AMOSC com o Instituto Nomisma de Bologna, para realização de um estudo na região Oeste com a apresentação de novas alternativas e projetos de desenvolvimento sustentável para a região. Foi então que surgiu a proposta de desenvolvimento de projetos voltados para a agregação de valor às matérias-primas geradas na região, sendo que o projeto piloto foi concebido, apresentado e aprovado em 1996. Este projeto vem sendo coordenado pelo Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado - FDRI e desenvolvido pelo SAGA – Instituto de Desenvolvimento Regional. (KALNIN, 2004)

Em 1998, surge em Santa Catarina o Programa Desenvolver – Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção, financiado pelo Programa Tecnologia Alternativas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

O Programa, criado em 1998, foi concebido a partir da necessidade apontada por diversos municípios e organizações de Santa Catarina envolvidos em ações de estímulo e apoio a agroindústrias rurais de características familiares. Através do programa foram disponibilizadas bolsas de trabalho a profissionais qualificados, para atuarem no suporte, na promoção e orientação técnica às diversas atividades situadas ao longo da cadeia produtiva do agronegócio de natureza familiar. O Programa foi desenvolvido contando com uma ampla gama de parcerias, onde se



incluem a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - APACO, as Prefeituras Municipais de Blumenau e de Joinville e da FUNCITEC, instituições proponentes, as Prefeituras dos 35 municípios atendidos, cooperativas de crédito, sindicatos de trabalhadores rurais, de universidades (UFSC, UNOESC, FURB E UNIVILLE), da EPAGRI, dentre outras.

A criação destes programas ensejou a implantação de várias unidades agroindustriais de pequeno porte no Estado, por iniciativa de produtores que buscavam complementar a sua renda familiar, e também aproveitar os excedentes que não conseguiam colocar no mercado. Estas famílias deram início à atividade de comercialização de produtos até então fabricados para sua própria alimentação, aproveitando a matéria-prima produzida em suas propriedades, em estreita vinculação com as condições agroclimáticas da região, e o “saber fazer” dos produtores relacionado com a cultura herdada de seus antepassados.

Essas propriedades agroindustriais de pequeno porte atuam de forma individual ou grupal, isolada ou em redes, oficialmente registradas ou não.

Para possibilitar a aplicação das políticas públicas bem como para assegurar a execução dos projetos e a obtenção dos resultados estabelecidos nos programas voltados para o desenvolvimento dos empreendimentos de origem familiar, surgiram várias instituições de apoio que passaram a atuar na orientação e na assessoria das famílias envolvidas, geralmente estimulando a organização destas unidades agroindustriais para uma atuação em rede ou sobre uma base associativa. De uma maneira geral, as instituições atuam em áreas relacionados com: apoio à implantação e funcionamento das agroindústrias de pequeno porte, mercados e comercialização, crédito rural cooperativo, agroturismo, desenvolvimento local e agroecologia, entre outros.

Deu-se início, assim, a um processo de desenvolvimento solidário, com a implantação de empreendimentos organizados em redes de cooperação, vindo a se constituir num importante segmento dentro do agronegócio brasileiro e, em especial, catarinense. Através da agregação de valor e oferecendo produtos típicos diferenciados, como os produzidos com tecnologia artesanal, os orgânicos etc., tais empreendimentos destinam sua produção a um nicho de mercado adequado ao novo perfil do consumidor brasileiro e mundial, que incorpora em seus hábitos alimentares o consumo de alimentos socialmente justos e ecologicamente corretos, e estão, aos poucos, abrindo espaços num mercado altamente controlado por grandes corporações agroalimentares.

Outras redes de cooperação foram se organizando, gradativamente, em várias regiões do Estado e várias delas apresentando resultados bastante satisfatórios. Sua consolidação, todavia, depende da competência para serem competitivas e atuarem em correspondência com o crescente processo de globalização da economia e dos mercados. Para tanto, há necessidade da adoção de um conjunto de medidas articuladas entre si: da parte das redes, um contínuo investimento na organização da

rede e na capacitação do agricultor familiar para que ele possa produzir com elevada qualidade produtos que atendam às novas e crescentes exigências do mercado consumidor. Da parte dos governos, o estabelecimento e a manutenção de políticas e ações públicas que viabilizem o fortalecimento da agricultura familiar e da pequena agroindústria com vistas a sua inserção no mercado, tanto nacional quanto no mercado mundial.

O estado de Santa Catarina, cuja extensão territorial corresponde a tão somente 1,12% do território brasileiro, apresenta uma estrutura fundiária, por tradição histórica e conformação geográfica, com predominância de unidades produtivas de pequeno porte. Segundo o IBGE, 65,2% dos estabelecimentos rurais catarinenses são constituídos por propriedades com menos de 20 ha e, aproximadamente, 90%, com menos de 50 ha.

Tabela 1 – Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção Familiares por Tipo de Mão-de-Obra Utilizada – SC

| Categorias                            | Estabelecimentos |      | Área Total    |      | Valor Bruto da Produção |      |
|---------------------------------------|------------------|------|---------------|------|-------------------------|------|
|                                       | Número           | %    | Hectares      | %    | 1000 Reais              | %    |
| Total Familiar                        | 191.760          | 100  | 3.965.843.038 | 100  | 2.330.103               | 100  |
| Só Mão-de-Obra Familiar               | 146.097          | 76,2 | 2.712.621.720 | 68,4 | 1.468.411               | 63   |
| Mão-de-Obra Familiar e Temporária     | 8.541            | 4,5  | 209.300.760   | 5,3  | 135.001                 | 5,8  |
| Mão-de-Obra Fam. Temp. e Permanente   | 667              | 0,3  | 31.931.807    | 0,8  | 21.080                  | 0,9  |
| Mão-de-Obra Fam. e Emprego Máquinas   | 16.816           | 8,8  | 379.816.597   | 9,6  | 289.491                 | 12,4 |
| Mão-de-Obra Fam. e demais combinações | 19.639           | 10,2 | 632.172.154   | 15,9 | 416.119                 | 17,9 |

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.  
Elaboração: Convênio INCRA/FAO.

Dos 203.347 estabelecimentos rurais existentes em Santa Catarina, à época, 191.760, ou seja, 94% eram exploradas diretamente pelo agricultor familiar, cuja



---

atividade respondia por , aproximadamente, 18% do Valor Bruto da Produção do Estado.

Esta característica de minifúndio tem contribuído para que as propriedades rurais se dediquem a atividades produtivas de uso intensivo de mão-de-obra familiar, e diversifiquem suas explorações, principalmente na produção de pequenos animais (suínos e aves), leite, frutas, olerícolas e grãos para a alimentação básica da família e das criações e (ALTMANN, 2002).

## 4 A FORMAÇÃO DE REDES DE EMPRESAS PARA A GARANTIA DE COMPETITIVIDADE

Este capítulo tem por finalidade apresentar alguns aspectos conceituais de cadeia de produção, cadeia de valor<sup>4</sup>, redes, consórcios de empresas e desenvolvimento econômico regional, que sirvam de subsídios para a organização das agroindústrias de pequeno porte sobre uma base associativa, visto que as micro, pequenas e médias empresas, atuando de forma isolada, não têm escala para uma competição global em diversos fatores de competitividade como **marca, marketing, logística, tecnologia e mobilização de capitais**.

A união das empresas, normalmente em mecanismos locais/regionais, tem conseguido, em diversas partes do mundo, como por exemplo, a Emilia Romagna<sup>5</sup>, na Itália, manter sua sustentabilidade, garantindo competitividade aos fatores acima. Ao mesmo tempo, as regiões têm interesse em apoiar esses mecanismos pois garantem o emprego, o empreendedorismo e a conseqüente melhora da distribuição de renda local.

No Brasil existem 4 milhões de pequenas e médias empresas, respondendo por 21% do PIB, 42% dos salários e 60% dos empregos. Segundo Ignacy Sachs (2002), durante muito tempo acreditou-se que a modernização daria conta da pobreza, reduzindo a heterogeneidade social reinante, e que o setor moderno da economia acabaria por absorver todo o contingente de mão-de-obra redundante e pouco produtiva do assim chamado setor tradicional. A história encarregou-se de desmentir esta tese otimista.

Os pequenos produtores não constituem apenas resquícios do passado. Eles estão aí para ficar e a sua inserção nos processos de desenvolvimento passa a constituir uma prioridade absoluta, caso se queira realmente trilhar o caminho de desenvolvimento humano e não se contentar com a persistência do setor informal funcionando como válvula de escape para a economia moderna, para onde são despejados todos aqueles que o progresso técnico dispensa.

O enorme desafio é transformar os pequenos produtores em co-arquitetos do futuro, aumentando a sua produtividade e os seus rendimentos, fortalecendo as estruturas econômicas locais integradas por micro e pequenas indústrias, abrindo novas oportunidades para a pequena produção familiar ou não, dentro da nova estrutura econômica mundial advinda da globalização.

Tendo em mente que a globalização afetou a capacidade de qualquer organização, localizada em qualquer região do globo, ter acesso quase que instantâneo a mercados, recursos, informações e tecnologia localizados por vezes a

---

<sup>4</sup> São as etapas da cadeia produtiva quando se referem a uma empresa ou a um pólo ou cluster.

<sup>5</sup> Ver CASAROTTO Filho, N. e PIRES L.H. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. São Paulo: Atlas, 2001.

milhares de quilômetros de distância (PIRES, 2001), a formação de todos os tipos de redes, maximizando o potencial oferecido de seus participantes, através do uso das novas técnicas disponibilizadas pelo desenvolvimento e barateamento dos bens e serviços gerados, mostrou-se como uma das principais faces destas mudanças. (LASTRES, 1999).

O elemento catalisador deste processo ocorrido nas últimas décadas foi a conjugação de dois fenômenos: o crescente movimento de liberalização e desregulação dos mercados e o advento do paradigma das tecnologias de informação. Esse paradigma provocou uma nova dinâmica tecnológica e econômica internacional, que favoreceu mudanças nas organizações, e principalmente nas estruturas de produção e de comercialização.

No processo de globalização, têm conseguido sucesso países que dispõem de empresas com fatores de competitividade internacional como marca, escala de produção, logística e tecnologia. Normalmente são as grandes empresas de países desenvolvidos que dispõem dessas “armas”.

Para as pequenas e médias empresas, a atuação de forma isolada torna quase impossível obter os fatores de competitividade. Vê-se, no entanto, especialmente em países europeus, que diversas regiões tem possibilitado às suas pequenas empresas condições de internacionalização. Se sozinhas elas não tem recursos para valorizar uma marca, com o apoio da região é possível valorizar a marca regional. Exemplos: Vinho do Porto, Queijo Regiano-Parmegiano. Se sozinhas elas não têm escala de logística e de produção, com apoio da região e formando consórcios, é possível conseguir essa escala. Se ainda sozinhas, elas não dispõem de tecnologias, com apoio da região elas podem obtê-los.

O grande problema dos pequenos produtores e das pequenas agroindústrias é a falta de competência para dominar todas as etapas da cadeia de produção, além da própria capacitação de gestão de todas as etapas. Verifica-se hoje uma maior complexidade de funções, de forma a cada vez ser mais necessário o conceito de alianças, ou seja, trabalhar de forma associada ou cooperativada com outras empresas. É muito pouco provável, portanto, que economicamente uma agroindústria de pequeno porte possa dominar todas as etapas ou funções da cadeia produtiva ou da cadeia de valor.

## **4.1 A Cadeia Produtiva e Cadeia de Valor**

Muitas funções podem ser separadas do processo produtivo principal, sem afetar sua eficiência, em alguns casos até aumentando-a. Segundo Bernardo (1999), quando ocorre um processo de reestruturação, são criadas novas demandas para produtos intermediários e serviços empresariais e novos nichos de mercados se abrem atraindo novas oportunidades.

O que as pequenas empresas sempre fizeram, e bem, foi produzir com flexibilidade e administrar essa produção. À medida que o mundo dos negócios foi adquirindo complexidade, os elos de uma cadeia produtiva foram se expandindo para frente e para trás e suas competências centrais, de produção, se tornando insuficientes para manter a competitividade.

Pode-se definir, portanto, Cadeia Produtiva como as diversas etapas de produção, desde a matéria-prima ao produto final, incluindo fornecedores de equipamentos, podendo ou não estar integralmente num cluster<sup>6</sup>. Pode-se ter cadeia produtiva do país, do estado, da região.

Esta é a nova forma de tratar as atividades econômicas e não mais na tradicional visão setorial. Assim, o segmento de equipamentos agroindustriais é melhor compreendido quando tratado como um elo da cadeia produtiva agroindustrial e não como setor metal-mecânico.

Quando se trata de uma empresa ou de um agrupamento de empresas (consórcios de empresas<sup>7</sup>, rede de empresas<sup>8</sup>, clusters), trata-se a cadeia produtiva como cadeia de valor. Cadeias de Valor são, portanto, as etapas da cadeia produtiva quando se referem a uma empresa ou a um pólo<sup>9</sup> ou cluster. A análise da cadeia de valor de uma empresa é a base para a desverticalização de empresas e criação de redes e consórcios.

Contini (1989), relata que muitas das inovações dos últimos 20 anos, tanto tecnológicas, quanto organizacionais, aumentaram as funções especializadas das empresas. Como exemplos, tem-se: publicidade e projetos, serviços fiscais e legais, desenvolvimento de softwares, pesquisas de mercado, auditorias na produção de componentes e operações de manutenção. O aumento da especialização requer aumento de habilidades e equipamentos especializados, que caracterizam aumento de custos e despesas fixas.

Em períodos de lento crescimento e incerteza da demanda, as empresas ficam expostas ao risco de não cobrir seus custos fixos pela sub utilização de estruturas especializadas, então a opção de fazer ou comprar encoraja as empresas a delegarem o suprimento de bens intermediários e serviços para empresas especializadas.

É nesta estrutura que surgem espaços para as cooperações e para compartilhar as funções iniciais e finais da cadeia de valor. Casarotto e Pires (2001) classificam as funções em dois tipos: 1 - as que seriam melhor **desempenhadas por**

---

<sup>6</sup> (Aglomeração competitiva): Um pólo consolidado onde haja forte interação entre as empresas, estendendo-se verticalmente a jusante e a montante, lateralmente, e comportando entidades de suporte privadas e governamentais.

<sup>7</sup> Um rede de empresas entrelaçadas por laços formais de cooperação, normalmente circunscrita a uma determinada região.

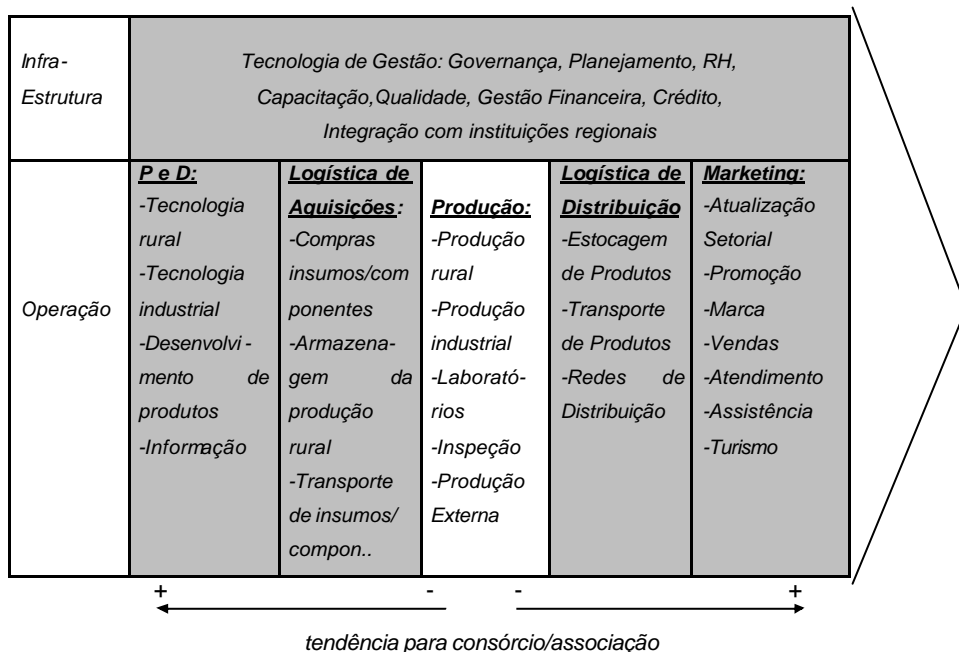
<sup>8</sup> Conjunto de Empresas entrelaçadas por relacionamentos formais ou simplesmente negociais, podendo ou não ser circunscrito a uma região.

<sup>9</sup> Concentração regional de empresas voltadas ao mesmo segmento de produtos.

um consórcio (uma terceira empresa criada pelos consorciados) e 2 - as que podem ser **diretamente compartilhadas pelos parceiros** consorciados.

Mostram, também, uma cadeia de valor genérica para indústrias, e a partir dela, abordam a divisão das funções-chave entre as empresas participantes de redes, conforme a figura abaixo.

Figura 1 – Cadeia de valor genérica em negócios industriais e marcação das áreas para o Consórcio.



Fonte: adaptado de Casarotto e Pires (2001)

Normalmente as funções iniciais (desenvolvimento de produtos) e finais (distribuição, exportações) são melhor desempenhadas pelo consórcio, pois são mais rígidas, ao passo que funções intermediárias (meios de produção) podem ser diretamente compartilhadas pelas empresas devido ao seu caráter de flexibilidade.

**Funções iniciais da cadeia de valor:** O quadro 1 apresenta uma adaptação de Lewis (1992) mostrando os objetivos e formas de cooperação. Na coluna das etapas da cadeia, as etapas iniciais são representadas por duas funções que são vitais: desenvolvimento de novos produtos e aquisições de matérias primas. A primeira é especialmente no sentido de aumentar o valor do produto e a segunda no sentido de diminuição do preço final do produto, contribuindo para aumentar o quociente Valor/Preço. Para desenvolver novos produtos é necessário alto grau de



monitoramento do segmento, acompanhamento de tendências mundiais e monitoramento de tecnologia. Uma empresa formada pelo consórcio poderá dispor dos elementos capacitados para cumprir esses papéis e estabelecer intercâmbios com instituições ou empresas de pesquisa.

Para redução dos custos também é interessante a constituição de uma empresa (ou a própria entidade representativa do consórcio) que consiga comprar em largas quantidades, com preços menores, e também concorrendo para diminuir o nível de estoque geral das empresas do consórcio, desobrigando-as de comprar individualmente em larga escala com o conseqüente custo de armazenamento.

**Quadro 1 – Maneiras como a cooperação pode adicionar valor aos produtos**

| <b>Etapa da Cadeia</b>                   | <b>Objetivo</b>  | <b>Cooperação para:</b>  |
|--|--|--|
| Iniciais (Repasse Para o Consórcio)      | <p>Ação no momento certo</p> <p>Novos níveis de desempenho<br/>Custos e riscos menores<br/>Maior valor para o cliente</p> <p>Linha de produtos mais forte</p> <p>Melhor suprimento</p> <p>Redução de custos de insumos</p>                         | <p>Evitar atrasos no desenvolvimento</p> <p>Criar mais opções</p> <p>Compartilhar planos avançados</p> <p>Assumir compromissos antecipados</p> <p>Combinar competências</p> <p>Compartilhar desenvolvimento</p> <p>Melhorar a utilização</p> <p>Aumentar a compreensão</p> <p>Desenvolver novos produtos</p> <p>Comercializar produtos de terceiros</p> <p>Oferecer uma gama maior de produtos</p> <p>Fortalecer os vínculos de suprimento</p> <p>Ganhar poder de compra</p> <p>Facilitar pedidos e entregas</p> |
| Finais (Repasse Para o Consórcio)        | <p>Melhor imagem do produto</p> <p>Melhor cobertura do mercado</p> <p>Abertura de novos canais</p> <p>Menos barreiras de entradas em negócios</p> <p>Explorar novas oportunidades e novos mercados</p>   | <p>Fazer propaganda conjunta</p> <p>Combinar recursos de vendas</p> <p>Combinar produtos</p> <p>Compartilhar canais de outras empresas</p> <p>Obter as forças necessárias</p> <p>Realizar experiências conjuntas</p>   |
| Intermediárias (Compartilhamento direto) | <p>Maior capacidade</p> <p>Novos processos</p> <p>Maior eficiência</p> <p>Novas práticas</p>   | <p>Partilhar recursos subutilizados</p> <p>Compartilhar Know-how</p> <p>Dividir riscos de desenvolvimento</p> <p>Utilizar melhores competências de cada empresa</p> <p>Desenvolver padrões comuns</p>  |
| Gestão (Repasse para o consórcio)        | <p>Melhor estratégia competitiva</p> <p>Melhor gestão de RH</p> <p>Aceleração da curva de aprendizado</p> <p>Melhor padrão de qualidade</p> <p>Geração de mais receitas</p> <p>Redução de custos e riscos</p> <p>Redução de custos financeiros</p> | <p>Obter maior flexibilidade com menores custos</p> <p>Compartilhar funções de RH</p> <p>Estudar práticas dos parceiros</p> <p>Compartilhar padrões</p> <p>Aplicar recursos subutilizados</p> <p>Dividir custos e riscos</p> <p>Reduzir a exposição dos investimentos</p> <p>Negociar recursos conjuntamente</p>   |

Fonte: Adaptado de Lewis (1992) por Casarotto e Pires (2001).

Funções finais na cadeia de valor: O marketing e a logística de distribuição também são duas funções complexas que normalmente podem não ser bem desempenhadas por pequenas empresas atuando isoladamente. Marketing envolve definições de *market mix* (preços, promoção, forma de distribuição, características dos produtos, atendimento e inovações), além de conhecimentos de mercado internacional. Logística envolve conhecimentos de marketing, distribuição, transportes e produção. São necessários elementos altamente capacitados para essas funções. A entidade representativa do consórcio pode arcar com estas funções tendo os elementos capacitados.

Funções intermediárias na cadeia de valor: A **produção compartilhada** é algo que as próprias empresas podem decidir entre si. A situação mais comum é a de pontos de estrangulamento de uma empresa que correspondam à ociosidade em outras, ou a partilha de recursos que seriam subutilizados se fossem ocupados por apenas uma das empresas. Mas o compartilhamento vai além, através do uso conjunto de **Know-how** e divisão de riscos no desenvolvimento de novos processos.

Funções de Gestão: Gestão inicia por estratégia. O monitoramento setorial, mercadológico e tecnológico, exige conhecimento e adoção de técnicas investigatórias como a Análise de Cenários. A gestão da qualidade, a preocupação com recursos humanos e a obtenção de recursos financeiros em condições favoráveis, são funções a serem exercidas pela entidade representativa do consórcio.

## 4.2 Rede de Empresas como Estratégia de Desenvolvimento

Pequenas empresas normalmente são mais flexíveis e ágeis do que as grandes empresas nas funções produtivas. Se essas pequenas empresas puderem agregar vantagens de grandes empresas, em funções como logística, marca ou tecnologia, elas terão grandes chances de competição, e para tanto precisam adotar novos comportamentos.

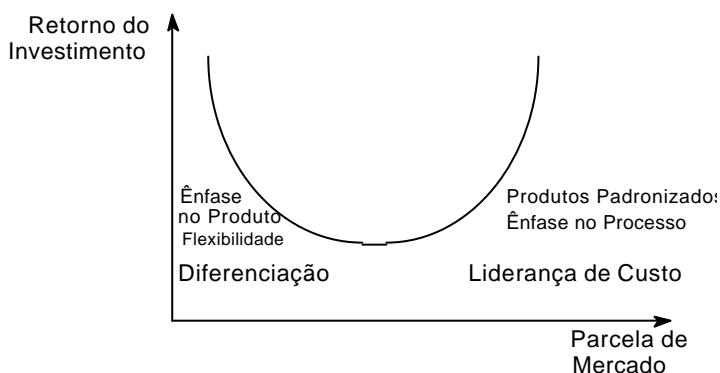
Para Langford e Male (1991), dois pontos de vista distintos emergem a partir do comportamento de uma empresa: um modo de planejamento e um modo de evolução. No primeiro, a necessidade de uma estratégia é explícita e os gerentes desenvolvem um planejamento sistemático e estruturado para alcançar os objetivos. Na segunda visão, a estratégia não é planejada cuidadosamente mas sim uma corrente de decisões significativas capazes de promover o crescimento e a lucratividade da empresa.

Para Ansoff (1990), existem tipos diversos de conjuntos de regras. Como padrões qualitativos, os objetivos, e quantitativos, as metas segundo as quais o desempenho da empresa possa ser medido. Também cita as regras para o desenvolvimento das relações externas da empresa, estratégia de negócio; regras

para as relações internas da empresa, estratégia administrativa e regras para condução do dia a dia da empresa, políticas operacionais.

Desta forma, estratégia é um conjunto de regras para guiar decisões sobre o comportamento de uma empresa, e uma das mais significativas é a busca da competitividade, em especial para as pequenas e médias empresas, conforme a curva U de Porter, apresentada na figura abaixo.

Figura 2 – Curva “U” proposta por Porter

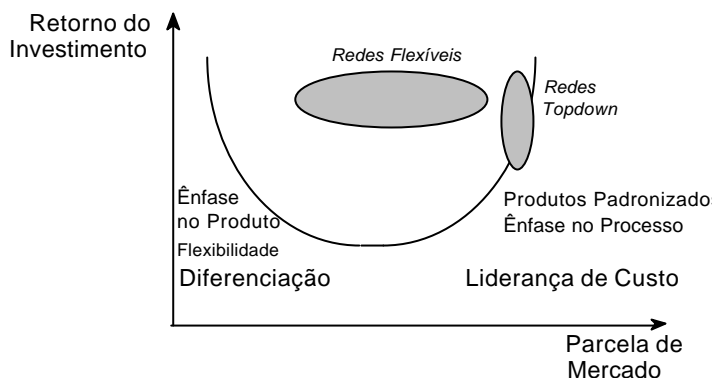


Fonte: Curva “U” proposta por Porter (1986)

A curva de rentabilidade x fatia de mercado apresenta duas possibilidades de sucesso: ou a empresa possui um nicho de mercado e compete por diferenciação com produtos sob encomenda ou de alta nobreza ou produz em larga escala com baixo preço final e compete por liderança de custo. Normalmente as pequenas empresas situam-se no lado esquerdo na curva e as grandes do lado direito. As empresas localizadas no meio da curva seriam pouco flexíveis para competir por diferenciação e sem a devida escala para competirem por liderança de custo.

Outra forma de associação de pequenas empresas são as chamadas redes flexíveis, onde cada empresa contribui com uma parte do produto final e todas são responsáveis pelo resultado. Neste caso situam-se os consórcios que promovem competitividade internacional a empresas que sozinhas estariam fadadas ao insucesso. Esta forma de organização confere ao conjunto uma boa relação entre flexibilidade e custo.

Figura 3 – Curva “U” e estratégias competitivas genéricas ampliadas



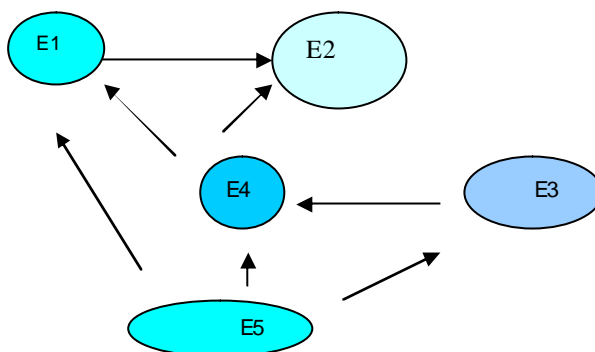
Fonte: Desenvolvido por Casarotto (2001) a partir do diagrama original de Porter (1986)

As pequenas empresas não estariam mais restritas a participação no mercado por **diferenciação**. Uma vez associadas poderiam competir por **liderança de custos**. Assim, a formação de redes, segundo Santos e Varvakis (1999), além de garantir a sobrevivência das pequenas empresas, as tornam capazes de competir com as grandes, sem perder as características que as valorizam, como flexibilidade e agilidade.

Outra forma de flexibilidade seria pela união das empresas em torno de um negócio ou projeto específico por um tempo determinado. Esta reunião pode acontecer sem a formalização de uma empresa gerente do negócio e não há uma empresa que tenha grau de influência significativo nas decisões do conjunto. Este tipo de rede de empresas é dito flexível e pode ser visualizado na figura 4.

Como exemplo destas redes flexíveis tem-se no Brasil, vários pólos de pequenas confecções envolvendo fabricantes de tecidos de teares planos e de malhas, unidades de confecções, unidades de acabamentos têxteis, etc..., todas com fortes relações comerciais entre si mas sem uma formalização.

Figura 4 – Rede Flexível de empresas

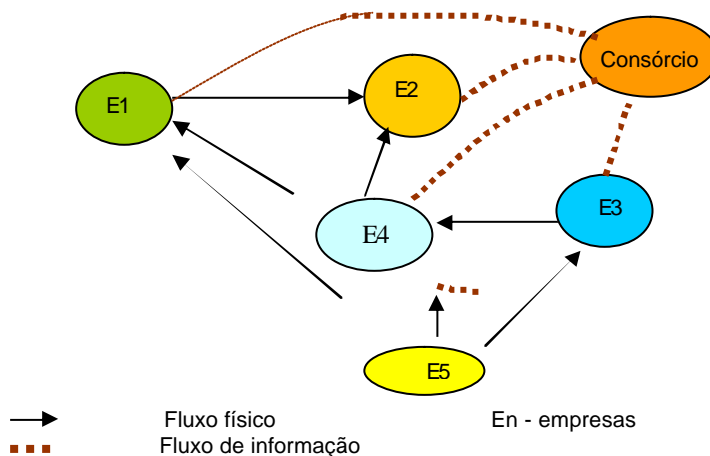


En – empresas.

Fonte: Casarotto (2001)

Uma união através de um consórcio de empresas (figura 5), com objetivos amplos ou restritos, também apresenta as características de flexibilidade, pois formalizam uma relação através de disciplinares. As possibilidades de negócios dos consórcios são inúmeras, tais como: fabricação de produto, valorização do produto, valorização da marca, desenvolvimento de produtos, comercialização, exportações, padrões de qualidade, obtenção de crédito.

Figura 5 – Rede de empresas formalizadas através de consórcio



Fonte: Casarotto (2001)

As empresas reunidas num consórcio, como apresentado na figura 5, ganham em flexibilidade de atendimento a pedidos diferenciados e assim agregam mais valor ao produto. Ao mesmo tempo ganham em escala em muitas das funções da cadeia produtiva conseguindo manter uma boa relação **flexibilidade x custos** ou, em outras palavras, uma boa relação valor/preço, que lhes permite competir num espectro bem maior que nas simples opções de liderança de custos ou diferenciação de produto.

A justificativa para a cooperação, e a própria base das redes em si é uma só: juntar esforços em funções em que se necessita uma escala maior e maior capacidade inovativa para sua viabilidade competitiva.

Além das estratégias citadas acima, existem outras possibilidades, como desverticalizar ou verticalizar; ou então, diversificar ao invés de concentrar; ou ainda desenvolver mercado ou desenvolver produto.

O processo de desverticalização apesar de ocorrer, nas grandes empresas, representa uma oportunidade de inserção para as micro, pequenas e médias atuarem, seja como fornecedores diretas ou indiretas.

Para a pequena empresa são importantes, ainda, as estratégias de novos produtos e a análise dos prós e contras de verticalizar e diversificar. Nas redes de empresas, o consórcio normalmente abrange as funções iniciais da cadeia de valor: desenvolvimento do produto, e finais: distribuição/ marca/ exportação e as empresas dedicam-se à etapa de produção.

É difícil para as pequenas empresas adotarem estratégias de diversificação (variabilidade de produtos) ou de desenvolvimento de produtos (profundidade do mercado) com maior valor agregado. A união delas pode propiciar a escala necessária para a agregação de valor e a diversificação.

Ganhar novos mercados, especialmente no exterior, também depende de escala de marca, de logística, que a união entre as empresas pode propiciar.

### 4.3 Consórcios de Empresas

Os consórcios podem ser divididos de acordo com suas funções principais. O essencial na determinação do tipo de consórcio é que exista uma forte aliança entre empresas e instituições diretamente interessadas na sua criação que, conjuntamente, determinarão quais objetivos este instrumento terá e quais os tipos de serviços e atividades que deverá desenvolver. São estas determinações que caracterizam o tipo de consórcio.

Também através da determinação dos objetivos do consórcio, deve ser determinado o perfil dos sócios. Esses sócios, não necessariamente, restringem-se às empresas concorrentes do território, mas podem incluir empresas complementares, fornecedores de matérias primas, equipamentos e tecnologia, instituições de suporte

às empresas, centros tecnológicos relacionados, instituições de representação de classe ou empresariais, etc. Isto significa que os participantes do consórcio podem ter as mais diversas características, podendo representar a concentração da demanda das empresas e ainda, os relativos fornecedores de produtos e serviços (privados e/ou institucionais) potenciais às empresas.

Em alguns casos, até mesmo a administração pública do território e instituições públicas com interesse no desenvolvimento econômico local, participam e financiam ações dos consórcios.

Essa composição dos atores constituintes do consórcio deve, porém, realizar e manter um pacto estratégico e operativo claro, rompendo comportamentos corporativos que podem desgastar as relações internas e prejudicar as ações promovidas pelo consórcio.

Muitas vezes é mais interessante iniciar o processo com atores com interesses mais homogêneos (em relação aos objetivos do futuro instrumento) e que, posteriormente, poderão absorver outros atores que possam ser importantes ao processo de inovação organizativa, representado pelo consórcio.

Podem-se citar quatro principais grupos de consórcios:

**A: Consórcios setoriais** - são aqueles onde empresas concorrentes e complementares (eventualmente unidas às empresas e instituições que constituem a cadeia de valor relativa ao setor) realizam um acordo que permite o ganho de competitividade dos membros através da difusão de informações e a complementaridade produtiva das pequenas empresas;

**B: Consórcios territoriais** - são consórcios que agremiam empresas de todos os setores e atividades de um território e ocupam-se principalmente de atividades informativas e de promoção do conjunto destas empresas e do território de inserção;

**C: Consórcios específicos** - restringem sua ação às atividades específicas para atingir um objetivo pontual determinado. Os mais clássicos exemplos são os consórcios de exportação, que agem na promoção das empresas e no ganho de competitividade orientado à penetração em específicos mercados externos. Outro exemplo seria um consórcio de compras conjuntas;

**D: Consórcios temporários** – são consórcios com duração limitada ao objetivo. O exemplo mais forte é dado por empresas de construção civil que se associam para empreenderem uma obra de grande porte que exija escala de produção e competências só obtidas através da soma das empresas participantes. Um consórcio para desenvolvimento de um produto ou de uma tecnologia é outro exemplo.

Já Zaleski (2000) apresenta que as redes podem ser classificadas segundo seu objetivo, sua estrutura, sua dinâmica de funcionamento ou ainda quanto ao seu tamanho:

**A: Quanto ao objetivo-** Na classificação quanto aos objetivos, as redes podem ser criadoras de fatores ou produtoras. As redes **criadoras de fatores** são aquelas voltadas para o desenvolvimento da infra estrutura necessária para o crescimento de uma outra empresa, tendo como objetivo o aumento da competitividade em nível internacional. Por exemplo criação de centros de treinamento, desenvolvimento de pesquisas de mercado e tendências e desenvolvimento de novas tecnologias.

As redes **produtoras** atuam diretamente na etapa de produção e podem ser especializadas no **processo**, onde cada empresa executa uma etapa do processo produtivo e a comercialização é feita em conjunto. Quando a especialização é no **produto**, a rede pode possuir uma única marca e os vários itens são produzidos por cada uma das empresas associadas. E ainda, as empresas podem formar redes produtoras quando dividem as mesmas **instalações e equipamentos**.

**B: Quanto a sua estrutura** - Comparativamente com a classificação de Casarotto e Pires (2001), quanto às redes topdown e redes flexíveis, Piore & Sabel (1984) definiram as redes como **reinos**, quando as pequenas empresas são fornecedores de uma grande companhia – redes topdown – ou **repúblicas**, quando não existe predomínio de uma determinada empresa, formando uma rede horizontal, semelhante às redes flexíveis.

As redes podem ser classificadas ainda como **verticais**, quando produzem produtos em fases distintas da cadeia produtiva e reúnem-se para compartilhar marketing ou desenvolvimento de novos produtos e **horizontais**, quando a associação se dá para compra de matéria-prima, uso compartilhado de equipamento ou obtenção de capitais .

**C: Quanto à dinâmica de funcionamento:** As redes podem ser temporárias ou permanentes.

**D: Quanto ao tamanho:** Quanto ao tamanho, as redes podem ser **pequenas**, de duas a nove empresas, **médias**, de dez a 49 empresas associadas ou **grandes**, 50 ou mais empresas .

Os benefícios que podem provir das atividades de um consórcio de empresas podem ser muito relevantes, mas esta deve permanentemente ocupar-se da manutenção dos acordos que reuniram as empresas e a satisfação de suas necessidades.

As características legais e estruturais do consórcio deverão ser uma consequência do seu desenho, isto é, derivadas do acordo entre as empresas, dos

objetivos do consórcio, dos tipos de serviços desenvolvidos e da profundidade dos mesmos.

Vale relembrar que uma rede não significa um consórcio. Uma rede pode ser puramente comercial. O consórcio começa a se formar quando os participantes "assinam" um pacto em torno das **disciplinares** do consórcio. As disciplinares são as regras de conduta envolvendo responsabilidades, ética, diretrizes de qualidade, graus de liberdade etc. O consórcio, como visto até agora é, na realidade, uma micro rede.

A micro rede é uma associação de empresas visando garantir a competitividade do conjunto. A macro rede é a associação, através de mecanismos de integração de todas as entidades representativas da região visando seu desenvolvimento. Vale lembrar que competitividade é apenas um dos fatores para se obter desenvolvimento.

## 4.4 Consórcios, Redes e Desenvolvimento Regional

O simples consórcio entre as empresas não garante por si a competitividade. Por outro lado, a existência de um conjunto de empresas competitivas, de uma aglomeração produtiva<sup>10</sup>, ou de um "cluster" competitivo, tampouco garante a qualidade de vida na região.

A figura 6 mostra um Sistema Econômico Local<sup>11</sup> com vários componentes, em que os consórcios representam apenas um tipo de mecanismo de integração. Apresenta, também, outros mecanismos, como um centro catalisador de tecnologias, observatórios econômicos, associações empresariais e cooperativas de garantia de crédito. Esses mecanismos são já integrações de segundo e terceiro graus.

Uma **cooperativa de garantia de crédito** pode representar uma associação entre consórcios, bancos, associações de pequenas empresas. Um **centro catalisador de tecnologias** pode significar a integração entre consórcios, redes de grandes empresas (redes topdown), universidades, centros de pesquisa, poder público, como no caso do Parque Tecnológico Centúria, em Cesena, Itália, em que se unem empresas agro-industriais e seus integrados, consórcios de pequenos produtores, fabricantes de equipamentos para a agroindústria, produtores de insumos para a agroindústria, universidades, centros de pesquisa, poderes públicos. Os Consórcios de primeiro grau (entre empresas) terão evidentemente maiores chances de sucesso se estiverem integrados a esses mecanismos associativos de graus mais elevados. institucional existente

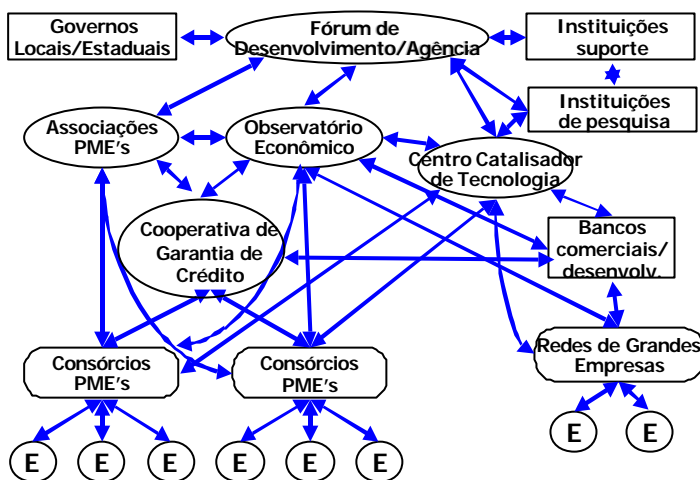
---

<sup>10</sup> Concentração regional de empresas que podem pertencer a diversos segmentos de produtos.

<sup>11</sup> **Sistema Produtivo local (ou Sistema Econômico Local):** Região fortemente estruturada, contendo um ou mais *clusters*, com um planejamento territorial com alta interação público-privada, com respeito à cultura e com o objetivo de assegurar a qualidade de vida dos habitantes.

Figura 6 – Modelo geral de Rede para o Desenvolvimento de um Sistema Econômico Local

### ***Sistema econômico local estruturado***



OBS: **E** Pequenas empresas                      Aparato institucional existente  
 Instrumentos de integração a serem criados para dar  
 competitividade

Fonte: Casarotto e Pires, 2001.

Portanto, pode-se definir Sistema Econômico Local (ou Sistema Produtivo Local - LPS), como “um sistema microrregional competitivo que se relaciona de forma aberta com o mundo e com forte concentração de interesses sociais” (CASAROTTO e PIRES, 2001).

Contudo, chegar a esse estágio significa ter implantado um Sistema Produtivo Local calcado num Fórum Local de Desenvolvimento e/ou uma Agência de Desenvolvimento. Esse mecanismo da Agência, em várias microrregiões da Europa, especialmente na Itália, tem sido a mola propulsora que identifica potencialidades regionais e idéias de associativismo, analisa viabilidade e assiste os parceiros na implementação dos projetos de parcerias.

Isto significa que a tradicional ótica de análise setorial, ou análise de cadeia produtiva deixa de ter sentido quando feita de forma isolada. O objetivo-fim de um estudo ou projeto não deve ser aperfeiçoar ou tornar mais competitivo o **cluster**. Essa é uma visão parcial do problema. Pouco adianta intervir para melhorar a



competitividade da cadeia ou das empresas, se persistir na região uma baixa renda *per capita*, mal distribuída, e alta taxa de desemprego.

O objetivo-fim, agora, passa a ser o de “melhorar a qualidade de vida da região”. Melhorar a competitividade dos clusters da região passa a ser apenas um dos projetos do plano de desenvolvimento da região.

Se a região quiser gerar empregos e empreendedorismo, se quiser gerar renda, os três setores da economia devem ser plenamente ocupados em torno da vocação regional.

Se a região produz produtos agroindustriais, como por exemplo carnes de suínos e aves, ou frutas, ela deve também ter excelência em equipamentos para esse tipo de indústria, equipamentos de armazenagem e transporte refrigerado, turismo vocacionado para os produtos da região, parques temáticos voltados à vocação da região, feiras e eventos voltados a produtos e equipamentos agroindustriais, ou seja, ela deve ocupar intensivamente os três setores da economia.

Isso garante empregos e empreendedorismo, especialmente em direção aos pequenos fornecedores (montante) e serviços (jusante). E garante ainda uma enorme sinergia, pois, se o fabricante do equipamento estiver ao lado do seu usuário, os dois aprenderão muito mais rapidamente e isso gera tecnologia e conseqüentes “royalties”.

É evidente que um dos fatores que pode proporcionar qualidade de vida na região, é a competitividade de sua economia, competitividade essa que pode estar baseada na existência de um consórcio ou rede de empresas, mas principalmente por uma estrutura de intervenção que possa melhorar a competitividade de um grupo de empresas. Essa estrutura pode se constituir num subprojeto do projeto maior de desenvolvimento da região, sendo atualmente denominada de agência de desenvolvimento regional.

Tendo em vista a necessidade de se articular instituições que atuam num território, garantido a eficácia dos recursos para promover o desenvolvimento da região, surgiram as modernas Agências de Desenvolvimento Regional (ADR) que são formadas como um consórcio dessas instituições por reconhecerem que é necessário um agente articulador de suas forças, que as una no planejamento e na execução de projetos de desenvolvimento do território.

Hoje em dia um processo de valorização territorial que atinja as pequenas empresas é altamente complexo. Se lida com marketing territorial, logística, tecnologia, design, serviços, educação, turismo para poder alargar uma cadeia de valor, criando mais renda, empregos, empreendedorismo, melhor distribuição dessa renda, royalties para a região. Raramente uma instituição, isoladamente, reúne todas essas competências.

A partir de Casarotto e Pires (2001) e Soares (1997) pode-se sintetizar que uma Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) é uma estrutura técnica do tipo

plataforma interinstitucional de ação regional, destinada a promover a articulação e a potencialização de ações e projetos destinados à valorização territorial e econômica. Para tal realiza a identificação de problemas de desenvolvimento setorial ou global, seleciona oportunidades e metodologias para a sua solução e promove projetos que tendem a tornar eficazes as soluções. Seus sócios normalmente são instituições públicas e entidades privadas representativas do segmento produtivo.

Segundo Boisier *apud* Kalnin (2004), o processo de desenvolvimento de uma região, que pressupõe o seu crescimento econômico, dependerá, fundamentalmente, da sua capacidade de organização social que se associa: a) ao aumento da autonomia regional para a tomada de decisões; b) ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local; c) a um crescente processo de inclusão social; d) a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional. Esta capacidade de organização social da região é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, através de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional.

Segundo esta concepção, apresentada por Kalnin (2004) o desenvolvimento de uma determinada região pressupõe:

- Um crescente processo de autonomia decisória;
- Uma crescente capacidade regional de captação e reinversão do excedente econômico;
- Um crescente processo de inclusão social;
- Uma crescente consciência e ação ambientalista;
- Uma crescente sincronia intersetorial e territorial do crescimento; e
- Uma crescente percepção coletiva de pertencer à região.

## **4.5 O Modelo Italiano e suas Possibilidades de Aplicação em Santa Catarina**

Como foi citado no início do capítulo, o caso italiano (região de Emília Romagna) de desenvolvimento em rede tem servido de modelo para a experiência em Santa Catarina, considerando que a região catarinense apresenta similaridades relativas ao tamanho das propriedades, especialização territorial e ocupação por atividade econômica.

A Itália compreende vinte regiões e sua ocupação por atividade econômica, em 1991, consistia em: 8,4% - atividade agrícola; 32% - atividade industrial; 59,6% - serviços. Em Santa Catarina, a ocupação, em 1999, estava assim distribuída: 8,8% na agricultura, 46,8% na indústria e 44,4% em serviços<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> IBGE – PNAD, 1999.

Uma característica importante do país modelo é que o índice de informalidade é baixo (CASAROTTO et al., 1996); o que implica uma baixa evasão fiscal e, em decorrência, uma maior distribuição da carga tributária e maiores possibilidades de aplicação de recursos públicos nas atividades produtiva e social.

Outro aspecto importante no modelo italiano é a forte participação das Instituições e da iniciativa privada nas atividades de competência governamental. "Este diferencial, em vez de criar empregos públicos, estimula a parceria e o empreendedor privado".(CASAROTTO et al., 1996, p. 17) Esta parceria muito se destaca na prestação de serviços (pesquisa, estatística, projetos, consultoria etc). Há interação, integração e sinergia entre os setores governamental e não-governamental, propiciando e garantindo ao setor público o mesmo conhecimento, acesso às novas tecnologias e ferramentas disponíveis ao setor e instituições privadas.

Nesse modelo, as associações e instituições privadas associam-se, consorciam-se ou criam novas empresas para atender novas demandas comuns. Os processos de representatividade (associativismo, cooperativismo, consórcios, crédito) contemplam, na Itália, todos os segmentos e setores da sociedade. (CASAROTTO et al., 1996)

As instituições voltadas às empresas prestam serviços diretos e efetivos, do seu nascimento, desenvolvimento, até sua internacionalização. Ou seja, participam da execução do projeto inicial de viabilidade do negócio, dos projetos de investimentos e organização, e da execução contábil das operações.

Uma situação fundamental do modelo e da organização italiana é que as Instituições interagem permanentemente entre si num processo constante de complementaridade e não de concorrência ou sobreposição de atividades e atribuições. (CASAROTTO et al., 1996, p. 18)

Essa postura impulsiona o setor de prestação de serviços, que evolui em quantidade e qualidade, e em eficiência tecnológica.

Por outro lado, a consolidação dessa interação é viabilizada pelo acesso e disponibilidade ao crédito. As instituições financeiras na Itália (mais de mil instituições bancárias) não têm por finalidade apenas o lucro nas operações de crédito mas, fundamentalmente, a viabilidade dos investimentos na geração de novos empreendimentos. Os financiamentos são embasados em estudos realizados pelo setor representativo ao qual o empreendimento ou o novo empreendedor está vinculado e, com exceção das grandes empresas, não são tratados diretamente com os interessados, mas entre a entidade representante e a instituição financeira. Ou seja, há um verdadeiro interesse das instituições (financeira e de classe) em promover o desenvolvimento da região.

Na Itália, a ação governamental não se faz diretamente presente como interventora na abertura de programas ou linhas de crédito especiais a investimentos



privados; o apoio vem do próprio sistema produtivo.

Já, no Brasil, e em particular no estado de Santa Catarina – onde se configura o setor de agroindústrias de pequeno porte -, considerando os programas governamentais de crédito especial já consolidados (entre eles, destacadamente, o PRONAF<sup>13</sup>), percebe-se a falta de apoio do sistema privado.

A Itália foi um dos seis países que, em 1952, criaram a Comunidade Européia, hoje União Européia, fato que possibilitou um exercício permanente de planejamento e ações integradas na busca de um desenvolvimento equilibrado e conjunto entre os países membros. Estes países estão inseridos numa macro política de desenvolvimento, cujos financiamentos de projetos estão subordinados à preservação dos fatores regionais (características específicas das populações, afinidades culturais, organização social e zoneamento agrícola).

No que se refere a fontes comunitárias de financiamentos e investimentos, os países da União Européia contam com o BEI – Banco Europeu de Investimentos, que não objetiva o lucro, mas, essencialmente, o financiamento de projetos definidos como prioritários para o desenvolvimento sustentável.

Em Santa Catarina, a maior parte dos recursos financeiros destinados à agricultura familiar (incluindo a agroindústria familiar) provém dos recursos do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

---

<sup>13</sup> Cujos recursos advém do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

## 5 EXPERIÊNCIA EM SANTA CATARINA

Os programas criados para apoiar as agroindústrias de pequeno porte em Santa Catarina visam promover a organização dos agricultores familiares para a implementação, no meio rural, de unidades de beneficiamento e/ou transformação da produção agropecuária, gerenciadas por eles mesmos e direcionadas aos mercados locais e a segmentos de mercado.

Isso permite criar um espaço rural capaz de oferecer oportunidades de emprego, geração de renda e qualidade de vida, evitando a migração campo-cidade. Permite, também, diversificar as atividades rurais, valorizar a cultura dos pequenos agricultores, dinamizar a economia local, bem como, incentivar a utilização de tecnologias adaptadas, de baixo custo financeiro e baixo impacto ambiental.

As ações de suporte são desenvolvidas de forma articulada com técnicos de instituições locais, visando criar uma “rede” de apoio aos agricultores familiares que desejam implantar, de forma individual ou associativa, suas unidades de beneficiamento e/ou transformação. As principais áreas de atuação focadas são: Infra-estrutura, extensão e assistência técnica, controle de qualidade dos produtos e marketing e comunicação.

Em seguida, apresenta-se um pequeno histórico das redes de agroindústria catarinenses e alguns dados sobre suas estruturas operacionais e de comercialização, bem como alguns dados econômicos -financeiros.

### 5.1 Instituto de Desenvolvimento Regional – SAGA<sup>14</sup>

O Instituto de Desenvolvimento Regional - SAGA, é uma organização não governamental, sociedade civil sem fins lucrativos, criada para atuar como braço operacional do Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado - FDRI, com o objetivo principal de planejar e executar as ações estratégicas para o desenvolvimento da microrregião (AMOSC) priorizadas através do Fórum Regional.

**O Instituto SAGA possui 33 sócios fundadores, um sócio mantenedor e um sócio benemérito, conselho de administração, conselho fiscal e diretoria.**

#### 5.1.1 Histórico

Com o intuito de orientar e sensibilizar as lideranças locais e regionais, no sentido da formação de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, a AMOSC organizou, em setembro de 1995, uma missão institucional integrada por Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Técnicos Municipais e Empresários para quatro

---

<sup>14</sup> Informações obtidas no site do Instituto SAGA (<http://www.amosc.org.br/projetos/projetos.htm#saga>) e em Kalnin (2004).

países da Europa (Holanda, França, Alemanha e Itália), onde foram realizadas mais de cinquenta visitas técnicas, reuniões e encontros oficiais em órgãos públicos dos governos nacionais, regionais e locais, escolas técnicas, empresas e propriedades agrícolas.

Numa dessas visitas foram feitos contatos com a Sociedade de Estudos Econômicos da cidade de Bologna na Itália, "NOMISMA", e dela viabilizou-se a contratação de um diagnóstico, análise e proposição de cinco projetos para a reorganização e planejamento da economia e dos instrumentos de apoio e formação de uma rede de estruturas para o fomento e amparo as pequenas e médias empresas, bem como iniciativas de agregação de valores às matérias-primas geradas na região.

### 5.1.2 Objetivos

- Integrar as instituições públicas e privadas que representam as organizações sociais e econômicas da microrregião;
- Organizar o planejamento e a execução das ações estratégicas para o desenvolvimento da microrregião;
- Incentivar e participar do desenvolvimento de atividades econômicas, financeiras, creditícias, mobiliárias e imobiliárias, técnico-científicas, agropecuárias e agro-industriais vinculadas à promoção e crescimento da microrregião;
- Atuar para a instrumentação e programação das políticas econômicas e sociais da microrregião;
- Instituir e participar de organismos e sociedades que tenham por objetivo o desenvolvimento da microrregião;
- Favorecer a realização de atividades econômicas em associação com os diversos organismos e instituições nacionais e internacionais, visando:
  - Promoção dos serviços de assistência técnica;
  - Desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica;
  - Estudos de viabilidade econômica e de mercado;
  - Inovação e abertura de serviços financeiros às empresas;
  - Promoção e implementação de incubadoras e condomínios empresariais;
  - Desenvolver a qualidade da economia microrregional, fazendo-o interagir com os organismos nacionais e internacionais do gênero e afins.
- Firmar convênios, contratos, acordos, associação e ainda participar em outras sociedades de qualquer tipo, públicas e privadas, enfim, toda a espécie de relação com outros entes que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento da microrregião.

Atualmente, dos oito projetos descritos no plano piloto, dois estão gerando resultados concretos: o projeto Marca Guarda Chuva e o Consórcio e Tutela

de Valorização dos Produtos Agrícolas da região. Com relação ao projeto Marca Guarda Chuva, criou-se uma marca coletiva com o nome de CASTÁLIA (figura 7), que em grego significa Fonte de Águas Limpas. Para comercializá-la, foi criado a instituição Saga Comercial S/A, que hoje chama-se Agromarca S/A. Com esta marca, está se comercializando conservas de pepinos da região. Dentro desse projeto, gerou-se disciplinares de produção de conservas, laticínios e carnes, visando padronização e ganhos na qualidade dos produtos, escala e mercado.

Figura 7 – Marca coletiva dos produtos agroindustriais adotada pelo Instituto SAGA



Fonte: Instituto SAGA

Por outro lado, com o projeto Consórcio e Tutela de Valorização dos Produtos Agrícolas da região, está se alcançando resultados muito interessantes no cultivo do feijão, produção e industrialização de pepino.

### 5.1.3 Estrutura

O projeto piloto concebido, apresentado e aprovado em 1996, foi assumido e vem sendo coordenado pelo Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado - FDRJ que engloba os seguintes itens:

1. **Consórcio de Tutela e Valorização dos Produtos Agrícolas** - visa melhorar a preparação técnica dos produtos, organizar a oferta, melhorar a colocação dos produtos no mercado e incrementar a rentabilidade na agricultura e de seus produtos;
2. **Marca Guarda Chuva dos Produtos Agrícolas** - tem como principal objetivo a valorização da imagem e qualidade da agricultura regional, a diferenciação dos produtos no mercado, a garantia de sua comercialização, redução de custos e simplificação dos aspectos burocráticos das pequenas empresas;
3. **Cooperativas de Garantia de Crédito** - visam fornecer crédito às pequenas e médias empresas, gerenciar a interface empresa-bancos, oferecer garantia de crédito e a capacitação das empresas para o mercado financeiro. Neste projeto está abrigada a organização da sociedade civil CREDIOESTE, que terá como finalidade o fornecimento de crédito aos pequenos e médios empreendedores da região.
4. **Observatório Econômico** - seu objetivo é concentrar e gerar informações sócio-econômicas disponíveis nos órgãos e empresas locais, regionais, na esfera nacional e até internacional, monitorar a situação das empresas e necessidades

de intervenção pública e identificar nichos de mercado para os produtos regionais;

- 5. Desenvolvimento das Associações de Pequenas e Médias Empresas** - este projeto visa criar redes de apoio e confiança, facilitar o acesso a serviços e programas de desenvolvimento entre as pequenas e médias empresas.

Segundo a secretaria da AMOSC, ao longo das discussões para a sensibilização e estruturação dos projetos, surgiram outras necessidades e iniciativas que foram transformadas em novos projetos e adicionados pelo FDRI aos projetos sugeridos pelo NOMISMA citados acima. São eles:

- Estudo de Mecanismos de Incentivos Empresariais
- Plano Básico de Desenvolvimento Econômico Ecológico/PBDEE
- Núcleo de Capacitação Profissional

O projeto piloto sugerido pelo instituto NOMISMA apesar de ser concebido em 1996, começou a ser executado no início de 1999. Para tanto, foi constituído o SAGA - Instituto de Desenvolvimento Regional, com o intuito de operacionalizar o projeto e executar as estratégias desenvolvidas no FDRI - Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado.

## 5.1.4 Dados Econômico-Financeiros

**Tabela 2 – Produção e faturamento SAGA em 2003**

| C<br>A<br>S<br>T<br>Á<br>L<br>I<br>A | Atividade      | Nº de Agro indústrias | Nº de Famílias | Produção ano     | Faturamento Bruto/R\$/ano | Renda Líquida R\$/ano |
|--------------------------------------|----------------|-----------------------|----------------|------------------|---------------------------|-----------------------|
|                                      | Ovos           | 6                     | 8              | 237600duzias/ano | 308.880,00                | 30.880,00             |
|                                      | Leite          | 11                    | 17             | 32040 litros/ano | 192.240,00                | 76.898,00             |
|                                      | Suínos         | 15                    | 22             | 4820 suínos/ano  | 80.182,31                 | 8.010,00              |
|                                      | Frangos        | 1                     | 1              | 10500 aves/ano   | 42.000,00                 | 10.500,00             |
|                                      | Cana-de-açúcar | 3                     | 12             | 50.000 kg/ano    | 107.500,00                | 75.250,00             |
|                                      | Panificados    | 1                     | 2              |                  | 11.820,00                 | 3.600,00              |
|                                      | <b>TOTAL</b>   | <b>37</b>             | <b>62</b>      |                  | <b>742.622,31</b>         | <b>205.138,00</b>     |

Fonte: Elaboração BRDE/SC – dados obtidos no Instituto SAGA

Segundo os técnicos do Instituto SAGA, os dados apresentados na tabela acima são valores aproximados, porque nem todos trabalham com o mesmo produto; como exemplo, no caso de suínos, alguns só prestam serviço de abate, outros só trabalham com salames, outros com linguiça etc. Atualmente, há três indústrias de cana de açúcar, uma de detergente, uma de conservas de pepinos e uma de industrializados suínos usando a marca Castália.



## **5.2 Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO**

O município de Santa Rosa de Lima, localizado a 250 quilômetros de Florianópolis, viu surgir em 1996 uma iniciativa inovadora que veio fortalecer uma atividade agrícola local que se estenderia aos municípios vizinhos, cria-se a AGRECO.

### **5.2.1 Histórico**

A história da AGRECO começa em Santa Rosa de Lima, em 1991. Este município é caracterizado historicamente pela presença de pequenas propriedades familiares. Por ocasião da sua colonização, a agricultura, genericamente denominada de “tradicional”, era caracterizada pela diversificação de cultivos e espécies vegetais e animais, voltadas primordialmente para a subsistência familiar.

A partir da década de 60, a região sofreu o primeiro processo de transição, com a “modernização parcial” de sua agricultura através da integração agro-industrial na cultura do fumo. Este produto passou a ser a principal fonte de renda de grande parte das famílias do município, trazendo consigo a introdução dos chamados “insumos modernos”.

No início da década de 90, a crise desta agricultura e o conseqüente processo de desertificação social em Santa Rosa de Lima eram claramente percebidos pelos seus habitantes. Destaque-se que uma característica importante do município – e de sua região próxima – é o seu isolamento relativo. Ele está fora de qualquer eixo viário importante, além de contar com estradas precárias e com uma deficitária estrutura de comunicação.

A realização de uma festa de origem alemã, a Gemüse Fest, visando (re)aproximar os que foram para a “cidade” (outros centros urbanos) e os que ficaram no “campo” (no próprio município), representou um importante ponto de inflexão na forma de se ver a crise. A partir da festa e de reuniões que a seguiram, parcerias foram nascendo e se fortalecendo, todas procurando construir alternativas. Em conseqüência delas, um grupo pequeno de famílias aceitou o desafio de produzir alimentos orgânicos e já com uma primeira produção em andamento, criou formalmente, em dezembro de 1996, a AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral. Esta organização contou com a colaboração de professores da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, de técnicos do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo (CEPAGRO) e da Empresa de Pesquisa Agrícola e de Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), além de incentivo do poder público local.

No ano de 1997, o núcleo inicial de produção da associação ampliou-se de 12 para 20 famílias, envolvendo cerca de 50 associados. Outros núcleos foram se

organizando, o que permitiu a cobertura de uma área geográfica maior, a inclusão de novas famílias de agricultores e uma ampliação da diversidade na produção.

Figura 8 – Áreas de plantio da Região de Santa Rosa de Lima



Fonte: AGRECO

Em 1998, a AGRECO já contava com cerca de 200 associados, envolvendo mais de 50 famílias de agricultores, todas instaladas em pequenas propriedades. Naqueles dois primeiros anos de sua existência, foi se consolidando o sistema agroecológico de produção.

A partir da Assembléia Geral realizada em 31 de dezembro de 1999, o número de associados subiu para aproximadamente 500, envolvendo diretamente mais de

200 famílias de pequenos agricultores. A maioria é de regiões praticamente contíguas dos municípios de Santa Rosa de Lima (Rio Fortuna e Anitápolis), mas também há sócios em Gravatal, Grão Pará, São Martinho e Armazém.

Esse crescimento numérico e espacial aconteceu com a implementação do *Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede*, com financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – **PRONAF**. O objetivo geral do projeto foi o de alavancar um amplo processo de desenvolvimento solidário, pela agregação de valor à produção da agricultura familiar e pela geração de oportunidades de trabalho e de renda.

Em agosto de 2000 foram inauguradas as primeiras 15 agroindústrias com presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, e do Governador do Estado, Esperidião Amin. Eram unidades de processamento de hortaliças, de cana de açúcar, produção de conservas, geléias e compotas, beneficiamento de mel e panificação envolvendo 55 famílias de agricultores, das quais 33 em Santa Rosa de Lima, sete em Grão Pará, cinco em Rio Fortuna, quatro em Gravatal, quatro em São Martinho e duas em Armazém.

Em agosto de 2001 acontece, junto com a 1ª Festa de Alimentos Orgânicos, em Anitápolis, a inauguração de 26ª Unidade da Rede AGRECO de Agroindústria e a primeira daquele Município. Atualmente a rede constitui-se de 27 agroindústrias: quinze (hortaliças, mel, cana-de-açúcar, conserva, leite, ovos caipira, suínos) em Santa Rosa de Lima; cinco (leite, hortaliças, cana-de-açúcar) em Rio Fortuna; duas (hortaliças e cana-de-açúcar) em Grão Pará; uma, de conserva em Armazém; uma, de hortaliças, em São Martinho e; uma, de cana-de-açúcar, em Anitápolis. Hoje são 120 famílias de agricultores associadas nestes empreendimentos, produzindo e comercializando produtos sob uma mesma marca (figura 9), e outras 120 envolvidas em parceria na produção complementar de matéria-prima. As famílias associadas estão organizadas em condomínios. As unidades de produção animal encontram-se em fase de transição para o sistema orgânico, enquanto que as de base vegetal operam no sistema orgânico.

Figura 9 – Marca coletiva dos produtos agroindustriais adotada pela AGRECO



Fonte: AGRECO

De acordo com dados do IBGE, Censo Agropecuário de 1995/1996, mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários situados em quatro municípios da região da AGRECO (Anitápolis, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima) possuem menos de 50 hectares, ocupando 45% da área total; sendo que 88% dos responsáveis pelos estabelecimentos são proprietários. Ou seja, existe uma evidente vinculação da propriedade com o trabalho e com a gestão das atividades, caracterizando uma agricultura do tipo familiar.<sup>15</sup>

## 5.2.2 Objetivos

As agroindústrias de pequeno porte foram importantes, além de sua finalidade econômica – a agregação de valor –, para reverter a visão de que a única tendência local era a da regressão, e não a do surgimento de novas possibilidades e empreendimentos. Ao mesmo tempo, os agricultores foram percebendo que a formação de grupos era a melhor maneira de aprimorar a qualidade de seus produtos agrícolas, de processá-los conforme as exigências do mercado e de tornar o seu trabalho melhor distribuído, menos penoso e mais produtivo<sup>16</sup>. Além disso, eles despertaram para a possibilidade de ocupar novos espaços na mesma cadeia de comercialização onde estavam inseridos. Os produtos da AGRECO passam a ser vendidos por mais de dez redes de supermercados com lojas distribuídas no estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ocupam ainda a prateleira de pontos de vendas menores, atendem a um grupo de consumidores através da entrega direta semanal de cestas e, mais recentemente, começam a ser utilizados na merenda escolar de estabelecimentos das redes municipal e estadual de ensino catarinense.

No processo de diversificação atual, está sendo implantado o trabalho com ervas medicinais, com um grupo de dez agricultores.

A dificuldade de crédito para os agricultores impulsionou a criação da Credicolônia.

## 5.2.3 Estrutura

### 5.2.3.1 A Associação de Agroturismo<sup>17</sup>

A repercussão desta experiência de produção e de comercialização começou a atrair para a região da AGRECO técnicos e agricultores interessados em conhecer e analisar os seus princípios e o seu funcionamento, e consumidores interessados em

---

<sup>15</sup> Projeto PRONAF Infraestrutura – Território das Encostas da Serra Geral (AGRECO) – Outubro/2003.

<sup>16</sup> A instalação de câmaras frigoríficas, por exemplo, praticamente proibitiva individualmente, permite maior flexibilidade na colheita e estabelece a possibilidade de uma "cadeia de frio" ponta-à-ponta (do estabelecimento agrícola à prateleira do supermercado, do agricultor ao consumidor).

<sup>17</sup> Projeto PRONAF Infraestrutura – Território das Encostas da Serra Geral (AGRECO) – Outubro/2003.

se certificar de que o que compravam e comiam era efetivamente “orgânico”. Este fluxo indicou o potencial para atividades ligadas ao turismo. Desta forma, agricultores familiares ligados à AGRECO, passaram a participar ativamente das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto de Apoio ao Agroturismo como estratégia para promover o desenvolvimento rural, proposto pelo CEPAGRO em parceria com o Serviço Nacional do Comércio (SENAC). Este projeto conta com o apoio da Accueil Paysan, uma associação francesa de Agroturismo e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esta especialidade de turismo é definida como um conjunto de atividades, desenvolvidas por agricultores familiares, relacionadas à permanência de pessoas em suas propriedades e orientadas pelos seguintes princípios: a hospedagem deve complementar – e não substituir – as atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade; a hospedagem deve se dar em habitações já existentes na propriedade e adaptadas para tal; deve haver a disposição dos agricultores para trocar experiências de vida, para valorizar suas atividades agrícolas, para garantir a qualidade de seus produtos e serviços, para preservar o meio ambiente e para oferecer preços acessíveis. O processo de implantação do agroturismo propiciou o surgimento da Associação Acolhida na Colônia. Hoje ela é a responsável pela implantação de um circuito agroturístico com duas entradas – uma pela BR 101, via Gravatal, e outra, pela BR 282, via Rancho Queimado. Esse circuito envolve cerca de 30 famílias, com produção agrícola do tipo agroecológica.

### **5.2.3.2 Cooperativa de Crédito**

A cooperativa de crédito – Credicolônia, constituída em março de 1999, com sede em Santa Rosa de Lima e representações em Anitápolis e Rio Fortuna, foi fundada por vinte e dois associados e conta hoje com mais de quinhentos associados, e uma carteira de crédito de mais de R\$ 450 mil. A Credicolônia está em processo de consolidação e visa não apenas ser um instrumento de captação, gestão e aplicação de recursos financeiros voltados ao desenvolvimento sustentável da agricultura, mas funcionar como agência de desenvolvimento local, contribuindo no aporte (potencializando a poupança local) ou na intermediação (através de fundos ou incentivos nacionais e estrangeiros) de recursos financeiros e humanos.

Entre os serviços prestados pela Credicolônia estão: conta corrente, cheque especial, empréstimo pessoal, micro crédito, PRONAF Custeio e Investimento, poupança, recebimento de duplicatas e transferências para outros bancos. Além disso, a instituição dispõe de recursos de repasses do BNDES, BRDE e Banco do Brasil.

A média de empréstimo oscila entre R\$ 2 mil a R\$ 3 mil, podendo ir a R\$ 15 mil. A Credicolônia é uma cooperativa de crédito autorizada pelo Banco Central do Brasil, filiada ao Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – Sistema Cresol.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Encostas da Serra Geral – um projeto de vida. Publicação IOESC – 2002/2003.



### 5.2.3.3 Cooperativa de Profissionais - ALIAR

Desde 2001, a Cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral (Aliar) é parceira do projeto das Encostas da Serra Geral e tem como base os seguintes princípios:

- compromisso com princípios ecológicos e com a sustentabilidade econômica, social, política e ambiental de todas as atividades com a qual estiver envolvida;
- valorização da identidade cultural da região;
- busca da competitividade a partir da cooperação, solidariedade e do espírito inovador e empreendedor de seus/uas associados/as;
- relações inter-institucionais baseadas em parcerias e no estabelecimento de redes;
- preocupação com a saúde, educação, lazer, cultura e qualidade de vida dos/as associados/as, parceiros/as e clientes;
- contribuir para o exercício da cidadania de seus/uas associados/as e clientes.

A cooperativa coloca à disposição das organizações locais as competências técnicas já existentes na região, oferecendo suporte técnico para organizações públicas e da sociedade civil, que atuam nas áreas de agricultura, educação, saúde, arquitetura e urbanismo, turismo, meio ambiente, administração e outros temas essenciais ao desenvolvimento local. O maior diferencial da Cooperativa é o perfil multidisciplinar de seus associados e a própria experiência profissional acumulada nos trabalhos pioneiros implementados na região.

### 5.2.3.4 Centro de Formação

O Centro de Formação das Encostas da Serra Geral, constituído em 06 de junho de 2003 e sediado em Santa Rosa de Lima, é coordenado por um Conselho Gestor composto por representantes de diversas instituições que atuam na região – AGRECO, Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, Credicolônia, Cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável.

O Centro de Formação tem como finalidade precípua a capacitação de pessoas para o exercício pleno da cidadania e para a promoção do desenvolvimento sustentável

Suas atividades estarão permanentemente voltadas para:

- A realização de atividades de formação e capacitação;
- A realização de estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo;

- A promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- A defesa, preservação e conservação do meio ambiente;
- A promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- O desenvolvimento da agroecologia, do agroturismo, do associativismo e de novas formas de organização das atividades econômicas.

O Centro dispõe na região de estrutura compatível com as necessidades de capacitação (salas de aula, equipamentos de projeção, meios de transporte e comunicação etc). Seu grande diferencial está na possibilidade de utilizar-se toda a estrutura operacional da AGRECO e de seus parceiros (Acolhida na Colônia e Credicolônia) como espaço de formação. Ou seja, a grande maioria das atividades podem ser realizadas nas lavouras de produção orgânica, nas agroindústrias, na estrutura turística e nas unidades da cooperativa de crédito, conferindo a esta iniciativa uma similaridade impar.

Soma-se a esta estrutura as unidades didáticas das universidades, escolas agrícolas e outros parceiros, constituindo um verdadeiro “laboratório de capacitação”, que será utilizado de forma a potencializar as ações de desenvolvimento do Território das Encostas da Serra Geral.

### **5.2.3.5 Projeto Agroindústrias Modulares em Rede<sup>19</sup>**

O Projeto Agroindústrias Modulares em Rede prevê a implantação de 53 indústrias rurais associativas de pequeno porte na região das encostas da serra, dos mais diversos produtos e organizadas em rede. Envolve, de forma direta, 211 (duzentas e onze) famílias de agricultores, gerando oportunidades de trabalho e renda no meio rural. Estão sendo gerados e/ou mantidos 707 postos de trabalho, sendo 499 (quatrocentos e noventa e nove) na produção de matéria-prima nas unidades familiares e 208 (duzentos e oito) dentro das unidades de beneficiamento/transformação, considerados apenas aqueles criados diretamente nas pequenas agroindústrias.

Além da criação de oportunidades de trabalho e de renda, ele se insere dentro de um objetivo maior na região, que é o de superar a prática do uso de agrotóxicos, predominante entre boa parte dos produtores. Destaque-se que as propostas de “agregação de valor” são vistas, pelos atores sociais locais e pela AGRECO, não como soluções individuais para um ou outro agricultor, mas como instrumentos de desenvolvimento rural.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.AGRECO.com.br/> Acesso em: 26/12/03

No médio prazo, buscar-se-á, também, reincorporar à produção, os filhos de agricultores desses municípios, que haviam migrado para grandes cidades e que, em função da crise de emprego no meio urbano, retornam agora para a região.

De um lado, o projeto coloca em prática a concepção de agroindústrias modulares; de outro, envolve agricultores que procuram a organização para viabilizar a sua inserção produtiva, ocupando, ainda, segmentos diferenciados de mercado, com produtos livres de agrotóxicos e de adubos sintéticos.

### **5.2.3.6 O Fórum de Desenvolvimento**

Para haver o desenvolvimento sustentável, é preciso reverter o processo que obriga a população rural a abandonar o campo, e a falta de acesso a serviços públicos de qualidade faz parte deste processo. Uma alternativa que se coloca, hoje, aos pequenos municípios com população predominantemente rural, como forma de se contrapor à fragmentação e ao esvaziamento do seu território, é a articulação entre si, numa mesma região, através de consórcios ou fóruns.

Assim, esses municípios podem atuar de forma conjunta, em ações de interesse comum que assegure o desenvolvimento sustentável da região. Foi com esta intenção, que em 15 de maio de 1999, representantes do poder público e da sociedade civil dos municípios de Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Rio Fortuna, Gravatal, Grão Pará e São Martinho, criaram o Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral.

## 5.2.4 Dados Econômico-Financeiros

Tabela 3 – Produção e faturamento AGRECO em 2003

| A<br>G<br>R<br>E<br>C<br>O     | Atividade                         | Nº de Agro indústrias | Nº de Famílias | Produção ano 2002 | Faturamento Bruto/R\$/ano | Renda Líquida R\$/ano |
|--------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|----------------|-------------------|---------------------------|-----------------------|
|                                | Beneficiamento de Mel             | 3                     | 8              | 7 To              | 75.000,00                 | 58.000                |
|                                | Beneficiamento de Ovos e macarrão | 1                     | 3              | 1 t               | 5.500,00                  | 4.000,00              |
|                                |                                   |                       |                | 12.900 dz         | 20.748,00                 | 16.000,00             |
|                                | Produção de Queijo                | 2                     | 7              | 20 Ton            | 140.000                   | 112.000,00            |
|                                | Abatedouro de Suínos              | 1                     | 2              | 10 Ton            | 80.000                    | 64.000,00             |
|                                | Beneficiamento de Conservas       | 5                     | 6              | 50.000 vd         | 107.000,00                | 80.000,00             |
|                                | Beneficiamento de Hortaliça       | 7                     | 15             | 20 Ton            | 60.000,00                 | 40.000,00             |
|                                | Beneficiamento de Cana-de açúcar  | 4                     | 6              | 10 T açúcar       | 29.000,00                 | 16.100,00             |
|                                |                                   |                       |                | 8 T melado        | 23.000,00                 | 17.556,00             |
|                                | Produção de Doces e molhos        | 1                     | 2              | 6 Ton             | 37.000,00                 | 26.000,00             |
|                                | Panificados                       | 2                     | 6              | 15 Ton            | 50.000,00                 | 35.000,00             |
| Abatedouro de Pequenos Animais | 1                                 | 7                     | 16,5 Ton       | 90.000,00         | 72.000,00                 |                       |
| <b>TOTAIS</b>                  | <b>27</b>                         | <b>62</b>             |                | <b>717.248,00</b> | <b>540.656,00</b>         |                       |

Fonte: Elaboração BRDE/SC – dados obtidos na AGRECO

OBS: Das Agroindústrias de beneficiamento de hortaliças, 5 estão sem atividade, em fase de decisão de mudança de perfil.

## 5.3 Cooperativa PROVE - COOPERPROVE

Em 1998, foi criado pela Prefeitura Municipal de Blumenau o Programa de Verticalização da Produção Familiar Rural – PROVE, com a finalidade de manter o homem rural no campo e ampliar a geração de renda das propriedades rurais, através da assistência técnica integral, desde a produção até a comercialização dos produtos.

O PROVE destaca-se por seu caráter de inclusão social, através de processo educativo e participativo de organização social e econômica da comunidade rural.

A Prefeitura Municipal de Blumenau repassa os recursos necessários a sua manutenção, infra-estrutura, construção, equipamentos, assistência técnica e pessoal. Os produtores fornecem a mão-de-obra. A prefeitura, principal responsável pelo programa, conta com a parceria da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), o que possibilitou um convênio com o CNPq. Ainda como parceiros estão o FUNCITEC (Fundo para Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia), que fornece técnicos, engenheiros e especialistas para atuarem no projeto, além do SEBRAE e da FURB (Fundação Universidade Regional de Blumenau).

### 5.3.1 Histórico

Ainda em 1998 foi criado o Serviço de Inspeção Municipal e formado o núcleo de produtores. Em fevereiro de 1999 foi inaugurada a Associação de Produtores de Leite Vale Germânia – Itoupava Central, com 5 sócios, e em outubro do mesmo ano foi fundada a **COOPERPROVE Cooperativa Prove** de Blumenau, comercializando: conservas vegetais, ovos de codorna, melado de cana, doces de frutas, geléias, panificação, licores, derivados de leite e produtos suínos defumados, sob a marca PROVE (figura 10).

Figura 10 – Marca coletiva dos produtos agroindustriais adotada pela PROVE



Fonte: PROVE

Em abril de 2000 foi instalada a usina móvel na Vila Itoupava, com 6 produtores associados e uma produção de 5.345 litros no mês, em parceria com



Sebrae/SC, UFSC, Prefeitura Municipal de Blumenau, Programa Desenvolver (CNPq/Funcitec) e Sotronic Equipamentos.

Em agosto de 2001, ocorreu a finalização da Usina de Leite COOPERPROVE, com produção de leite pasteurizado, queijo tipo prato, iogurte de coco e morango – com serviço de Inspeção Municipal e estrutura para Inspeção Estadual. Atualmente, a usina de leite tem 50 produtores, processando aproximadamente 40.000 litros de leite/mês.

## 5.3.2 Objetivo

A Cooperativa PROVE foi criada a partir da necessidade detectada pelos agricultores que já tinham uma pequena agroindústria familiar de ter uma pessoa jurídica para responder legalmente em nome dos associados e comercializar seus produtos.

Uma das dificuldades que os pequenos ou micro agroprodutores tem enfrentado é o comportamento ou o modo com que o consumidor vem demonstrando na hora de selecionar os produtos que vai levar para casa.

O consumidor está cada vez mais buscando produtos práticos, com embalagens bonitas e baratas. Ele não está preocupado com quem será beneficiado com a compra que está fazendo, se o dinheiro que está gastando vai ficar na cidade, no Estado, no País ou vai para fora.

O local para a comercialização dos produtos da COOPERPROVE é o próprio depósito dos produtos do PROVE, que é um espaço cedido pela Prefeitura na feira livre da PROEB.

A comercialização dos produtos PROVE é realizada da seguinte forma: a Cooperativa tem um vendedor responsável pela venda. Os rendimentos são repassados aos produtores uma vez por semana de acordo com a quantidade que produziram e venderam.

A COOPERPROVE se mantém com as cotas partes pagas pelos associados quando da adesão e com uma contribuição de 2% sobre as vendas efetuadas por associado.

## 5.3.3 Estrutura

### 5.3.3.1 Operacionalização

É recomendado pelo próprio PROVE a união dos produtores em algum tipo de associação para facilitar o acesso ao mercado, sendo que os produtores optaram pela cooperativa.



Os principais requisitos para ser associado da COOPERPROVE são:

- A agroindústria deve estar localizada e registrada no município de Blumenau;
- 50% da produção da matéria-prima tem que ser produzida necessariamente pela família proprietária ou grupo associativo.

A Cooperativa iniciou com cerca de 10 associados e atualmente conta com aproximadamente 40 associados e funciona como uma empresa normal. Tem um departamento de vendas, um de cobrança e um depósito.

A disponibilidade dos produtos no depósito é administrada por um funcionário da Prefeitura que entra em contato com o produtor quando falta algum produto ou quando o estoque está baixo.

No caso de produtos derivados do leite, estes são entregues diretamente ao comprador, sem a obrigatoriedade de passar pelo depósito.

A capacidade de produção não mantém uniformidade em termos de quantidade, devido aos períodos de entre safra. Como se trata de produtos agropecuários, no inverno a oferta ou disponibilidade do produto diminui bastante.

Assim sendo, o vendedor somente vende aquilo que está disponível e antes de efetuar uma venda, ele já sabe o quanto pode vender.

Em termos de competitividade com grandes marcas, o produto da COOPERPROVE ainda não tem condições de competir, devido à política de preços, como preços diferenciados por volume comprado pelos grandes mercados e até pela possibilidade de diminuição de margem de lucros por grandes volumes produzidos.

Uma das características dos produtos do PROVE é que a produção da matéria-prima é realizada no mesmo local onde se elabora o produto.

Muitas empresas fazem geléias ou doces de frutas com massa de batata, chuchu, maçã, etc. No caso do PROVE, no mesmo local que a fruta é produzida é utilizada para produzir a geléia ou o doce. Nessa fabricação não é usado nenhum tipo de conservante, sendo que o prazo de validade dos produtos é de apenas dois meses.

### 5.3.3.2 Atividades desenvolvidas

Figura 11 – Produtos hortifrutigranjeiros da COOPERPROVE



Fonte: COOPERPROVE

A COOPERPROVE desenvolve a comercialização de produtos alimentícios elaborados em pequenas agroindústrias que têm por objetivo agregar valor à produção rural, gerando emprego e renda no campo. Entre os principais produtos, podemos citar: leite pasteurizado, queijo prato, creme de leite, queijinho branco, iogurte de frutas, lingüiça defumada, salame defumado, costela defumada e outros embutidos, conservas vegetais (pepino, beterraba, cenoura, vagem, picles, cebola, chucrute e repolho roxo), ovos de codorna em conserva, geléias e doces de frutas, melado de cana, produtos de panificação (pães, cucas e bolachas) e licores. Está em fase de conclusão uma agroindústria de processamento de palmito.

As agroindústrias associadas à COOPERPROVE totalizam 153 famílias, com potencial de aumentar os beneficiados conforme a disponibilidade para aumento de produção.

Número de agroindústrias envolvidas em cada atividade e famílias beneficiadas por agroindústria:

**Tabela 4 – Capacidade instalada e utilizada das agroindústrias associadas à COOPERPROVE**

| <b>Linha de Produtos</b> | <b>Capacidade Instalada</b> | <b>Capacidade Utilizada</b> |
|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Leite e Derivados        | 4.300 litros/dia            | 65%                         |
| Carne Suína              | 1.300 Kg/semana             | 70%                         |
| Conservas e Vegetais     | 3.000 Kg/semana             | 50%                         |
| Ovos de Codorna          | 180 Kg/semana               | 50%                         |
| Melado de Cana           | 80 Kg/semana                | 30%                         |
| Doces e Geléias          | 200 Kg/semana               | 30%                         |

Fonte: COOPERPROVE

**Figura 12 – Produção de laticínios da COOPERPROVE**



Fonte: COOPERPROVE

### 5.3.4 Dados Econômico-Financeiros

Tabela 5 – Produção e faturamento da COOPERPROVE em 2002

|                       | Atividade                        | Nº de Agro indústrias | Nº de Famílias | Produção ano | Faturamento Bruto/R\$/ano |
|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|----------------|--------------|---------------------------|
| P<br>R<br>O<br>V<br>E | Leite e derivados                | 4                     | 120            | 726,7 Ton    | 702.055,00                |
|                       | Carne suína                      | 1                     | 3              | 47,32 Ton    | 46.763,00                 |
|                       | Conservas vegetais               | 5                     | 5              | 78 Ton       | 49.560,00                 |
|                       | Ovos de codorna                  | 1                     | 1              | 4,68 Ton     | 19.269,00                 |
|                       | Beneficiamento de Cana-de-açúcar | 1                     | 1              | 1,25 Ton     | 1.400,00                  |
|                       | Produção de Doces e Geléias      | 2                     | 2              | 3,12 Ton     | 7.957,00                  |
|                       | Panificação                      | 1                     | 1              | 3,6 Ton      | 8.333,00                  |
|                       | Processamento de palmito         | 1                     | 20             |              |                           |
|                       | <b>TOTAIS</b>                    |                       | <b>16</b>      | <b>153</b>   |                           |

Fonte: Elaboração BRDE/SC – dados obtidos na COOPERPROVE.



## 5.4 Associação Joinvillense de Agroindústrias Artesanais Rurais - AJAAR <sup>20</sup>

A Fundação 25 de julho iniciou em 1994, o programa Agroindústria Artesanal Rural de Alimentos, para desenvolver atividades de apoio aos produtores rurais da região de Joinville. Para a criação da Associação de Produtores (AJAAR) foi apenas mais um passo.

### 5.4.1 Histórico

A criação da Associação Joinvillense de Agroindústrias Artesanais Rurais – AJAAR, em 2000, tem como antecedentes a organização de eventos de fundamental importância para a consolidação das propostas para o desenvolvimento das atividades rurais e para a melhoria das condições de vida do homem do campo.

Uma dessas iniciativas foi a criação do **Programa de Desenvolvimento da Mulher Rural**, experiência do município com relação a aumento de renda e geração de emprego no meio rural. Seu início, em 1986, teve como objetivo estimular e promover ações para a formação de lideranças em cada grupo de mulheres nas diversas áreas rurais do município, viabilizando o desenvolvimento e capacitações contínuas, na busca por uma melhora da economia e da qualidade de vida das associadas.

Através de discussões desses grupos surgiu a necessidade de criar-se um programa que auxilia os agricultores na comercialização de alguns produtos e na recepção de pessoas em suas propriedades. A partir dessas discussões, em 1994, montou-se o **Programa de Turismo Rural** e o **Programa de Agroindústria Artesanal Rural de Alimentos**, sendo que ambos obtiveram êxito deste seu início.

No ano anterior, em 1993, já havia sido criado O **Programa Agroindústria Artesanal Rural de Alimentos de Joinville**<sup>21</sup>, uma parceria entre a Fundação Municipal 25 de Julho e a Secretaria Municipal de Saúde – Serviço de Vigilância Sanitária, desenvolve atividades de apoio à implantação de agroindústrias artesanais rurais no município de Joinville. O objetivo é agregar renda à produção agrícola, gerar empregos na área rural para as pessoas que lá residem e melhorar a qualidade de vida dos agricultores. O programa presta assessoria na implantação das unidades, nas áreas de produção agrícola, construção civil da unidade de produção, tratamento

---

<sup>20</sup> Dados e informações fornecidos pela AJAAR.

<sup>21</sup> Agroindústria Artesanal é uma unidade de transformação/beneficiamento de matéria-prima produzida em uma propriedade agrícola com uso de mão-de-obra da família, mantendo as características tradicionais, culturais e regionais. Possui instalações e equipamentos adequados à quantidade de produtos elaborados, bem como ao atendimento dos padrões de higiene visando à qualidade dos produtos e dando destino adequado aos resíduos

da água que será utilizada, tratamento de resíduos gerados, legalização da unidade de produção, elaboração de produtos, rotulagem, organização, gerenciamento e comercialização.

Em 1998, o **Programa Agroindústria Artesanal Rural de Alimentos** foi ampliado e passou a integrar o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção - **Programa Desenvolver**.

Em 2000, adquiriu-se uma máquina de termotransferência para impressão dos rótulos utilizados pelos integrantes do Programa (figura 13) e, em maio de 2001, associou-se à empresa EAN Brasil para a obtenção do código de barras.

Figura 13 – Marca coletiva dos produtos agroindustriais adotada pela AJAAR



Fonte: AJAAR

Atualmente o programa possui unidades de transformação de produtos nas mais diversas áreas, como melado, iogurte, conservas, geléias, biscoitos, cucas, pães, entre outros.

No plano político, o governo municipal vem apoiando este programa desde o seu surgimento, através de contratação de pessoal habilitado para trabalhar nesta área, condições de trabalho, desenvolvimento de decretos municipais para legalizar atividade, atuação da vigilância sanitária municipal e inspeção veterinária municipal, entre outras ações que são necessárias para o bom andamento do programa e a garantia de fornecimento de produtos com qualidade para os consumidores.

No plano social, o programa teve início com 12 famílias de agricultores beneficiados e hoje conta com 32 famílias, gerando 94 empregos nas famílias dos agricultores e mais 14 empregos de mão-de-obra contratada, para prestar os serviços de plantio e colheita.

No plano ambiental, todas as unidades de produção têm água potável e tratamento de seus resíduos. Estas ações são coordenadas e desenvolvidas pelo **Programa de Saneamento Rural**, que também faz parte da Fundação Municipal 25 de Julho. A água potável não é só oriunda do sistema de abastecimento de água, também são utilizadas águas de nascentes e poços, sendo tratadas para terem



qualidade necessária à produção de alimentos. Análises bacteriológicas são realizadas, pelo menos, uma vez a cada semestre para comprovar esta qualidade.

No plano cultural, alguns produtos elaborados pelos agricultores são considerados típicos da colonização, por exemplo, melado e muss de caldo de cana-de-açúcar, cucas alemãs, raiz forte, queijinho branco e o köchkase (queijo fundido).

## **5.4.2 Objetivo**

- Criar/consolidar unidades de beneficiamento / transformação de produtos agropecuários de origem animal e vegetal (frutas, carnes, hortaliças, frutas e cana-de-açúcar);
- Melhorar a qualidade de vida do empreendedor rural;
- Agregar valor aos produtos agrícolas produzidos na propriedade;
- Gerar postos de trabalho no meio rural;
- Qualificar os produtos industrializados de acordo com a legislação sanitária e fiscal;
- Fornecer produtos com garantia de qualidade ao consumidor;
- Implantar sistemas de melhoramento de captação de água;
- Instalar sistemas de tratamento de efluentes e resíduos da indústria artesanal;
- Estudar alternativas de melhoria nos equipamentos.

## **5.4.3 Estrutura**

### **5.4.3.1 Participantes do Programa**

Para participar do Programa, os produtores rurais devem ter bloco de notas e praticarem efetivamente a atividade agrícola. Devem residir na propriedade ou próximo a ela; utilizar mão-de-obra na propriedade e na unidade de processamento, na sua maioria, familiar; participar de cursos profissionalizantes na área de produção específica; produzir, na sua maioria, a matéria-prima utilizada na transformação, podendo ser contemplada com a compra direta de outro produtor do município.

Figura 14 – Produtos da AJAAR



Fonte: AJAAR

#### 5.4.4 Dados econômico-financeiros

As agroindústrias artesanais produziram 251,16 toneladas de alimentos em 2002, uma média de 7,79 toneladas/unidade/ano. As unidades de processamento de cana-de-açúcar são as de melhor remuneração (2,92 salários mínimos mensais/posto de trabalho). Neste ano foram fornecidas 346 mil unidades de rótulos, arrecadando, em média, o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Na Tabela 7, demonstra-se a produção anual e o faturamento bruto por posto de trabalho.

**Tabela 6 – Situação sócio-econômica das agroindústrias artesanais em 2002**

| SETORES      | Nº de unidades | Empregos  |           | Produção anual (ton) | Faturamento Anual (R\$) | SM anual/ Posto de Trabalho (R\$) | SM mensal/ posto de Trabalho (R\$) |
|--------------|----------------|-----------|-----------|----------------------|-------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
|              |                | Fam       | Cont      |                      |                         |                                   |                                    |
| Panificação  | 10             | 29        | 6         | 60,1                 | 36.529,23               | 23,22                             | 1,94                               |
| Vegetais     | 7              | 23        | 3         | 47,29                | 19.995,63               | 17,8                              | 1,48                               |
| Cana         | 11             | 32        | 2         | 135,38               | 64.286,25               | 35,07                             | 2,92                               |
| Leite        | 3              | 8         | 0         | 6,38                 | 4.469,17                | 30,85                             | 2,57                               |
| Massas       | 1              | 2         | 1         | 2,01                 | 3.309,44                | 16,55                             | 1,38                               |
| <b>Total</b> | <b>32</b>      | <b>94</b> | <b>12</b> | <b>251,16</b>        | <b>128.589,72</b>       | <b>123,49</b>                     | <b>10,29</b>                       |

Fonte: AJAAR



O comparativo entre as produções anuais, em toneladas, de 1999 até 2002, está demonstrado na Tabela 7.

**Tabela 7 – Produção anual (ton) da agroindústria artesanal de Joinville, de 1999 a 2002.**

| <b>SETORES</b> | <b>1999</b>  | <b>2000</b>   | <b>2001</b>   | <b>2002</b>   |
|----------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Panificação    | 146,47       | 295,8         | 60,25         | 60,1          |
| Vegetais       | 69,6         | 47,8          | 28,47         | 47,29         |
| Cana           | 149,88       | 200,3         | 149,81        | 135,38        |
| Leite          | 38,21        | 36,37         | 2,53          | 6,38          |
| Massas         | --           | --            | --            | 2,01          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>404,6</b> | <b>580,27</b> | <b>244,35</b> | <b>251,16</b> |

Fonte: AJAAR

## **5.5 Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - APACO**

A APACO, através de uma rede de agentes locais, tem desenvolvido e assessorado programas destinados à viabilização da agricultura familiar na região oeste de Santa Catarina, com base na cooperação agrícola e práticas agroecológicas, norteada por uma concepção de "desenvolvimento sustentável", e por princípios de auto-gestão e solidariedade.

A orientação repassada pela APACO, com vistas à reprodução social dos agricultores catarinenses, ocorre através da formação técnica e político-ideológica destes agricultores, tendo como suporte o intercâmbio com os diferentes agentes sociais que fazem parte da referida rede. (BADALOTTI, 2003)

### **5.5.1 Histórico**

A Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – APACO, fundada em 20 de novembro de 1989 e com sede em Chapecó, é uma organização não governamental sem fins lucrativos, cujo objetivo é estimular e assessorar o desenvolvimento da agricultura de grupo na região Oeste de Santa Catarina.

É formada e dirigida por grupos de agricultores do tipo familiar que se organizam e desenvolvem suas atividades de forma cooperada, a partir das suas próprias experiências em comunidades, buscando enfrentar as enormes dificuldades impostas pelo modelo de desenvolvimento agrícola e agrário vigente no país, cujas conseqüências mais marcantes são a concentração da terra e da renda, a exclusão de uma grande parcela de pequenos agricultores da atividade agrícola bem como a degradação e comprometimento dos recursos naturais.

A APACO busca a participação efetiva das organizações sindicais e movimentos populares no desenvolvimento da cooperação dos órgãos de pesquisa e assistência técnica do Estado, como também das prefeituras municipais. Articula-se com uma rede de Organizações Não-Governamentais no Estado, na região sul do país, em nível nacional e internacional.

Para avançar na construção desta proposta, a APACO tem na sua origem e adota como estratégia de ação, a organização dos agricultores em Grupos de Cooperação Agrícola - GCA's. Possui, 85 grupos filiados e mais 60 grupos assessorados de forma indireta e esporádica, buscando sua filiação. Hoje, são mais de 100 grupos sendo assessorados pela APACO dentro de seus programas.

Entre outros projetos e parcerias, a APACO está desenvolvendo, em nível nacional com o Ministério do Meio Ambiente, o Projeto Piloto Gestar na Bacia do Rio Ariranha – Gestão Ambiental.

## 5.5.2 Objetivo

A APACO tem por objetivo ser um instrumento de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para a construção de um novo modelo de agricultura, com base na cooperação das unidades de produção familiar, para adoção de programas baseados na agroecologia, na geração de trabalho e renda, na solidariedade e na sustentabilidade.

Atua de modo democrático, com a participação dos agricultores nos processo decisórios, incentivando a adoção do enfoque agroecológico nas atividades agrícolas. Tem como princípio a intervenção em toda a cadeia produtiva como instrumento para construir relações produtivas e de trabalho democráticas.

## 5.5.3 Estrutura

### 5.5.3.1 Programas Desenvolvidos

**a) Gestão Agrícola Associativa**, com o objetivo capacitar agricultores e técnicos para a gestão sustentável dos GCA's e das propriedades familiares, para implantar instrumentos de gestão agrícola associativa. A gestão agrícola compreende os elementos de **planejamento, organização, direção e controle**.

**b) Agroecologia** objetiva a sustentabilidade das propriedades familiares através da busca da sua independência, auto-sustentação e equilíbrio com o meio ambiente e a capacitação técnica dos agricultores para o seu uso, confrontando-se desta forma com o modelo agropecuário vigente. O trabalho concentra-se em três áreas (produção de sementes de milho, produção de leite a pasto e suinocultura ao ar livre) e tem como processo a **Rede Ecovida**.

**c) Agroindústria Familiar de Pequeno Porte**, objetiva agregar valor à própria produção dos agricultores familiares, fortalecendo as atividades agrícolas e não agrícola dos GCA's. Trabalha com pequenas unidades rurais, descentralizadas, de transformação e/ou beneficiamento dos produtos artesanais e agroecológicos, atendendo a mercados locais e/ou regionais, atuando em forma de rede. Em novembro de 1999 foi criada a Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense – UCAF, com a finalidade de apoiar os agricultores familiares organizados em grupos e proprietários de pequenas agroindústrias.

**d) Comercialização Justa** objetiva reduzir a ação dos intermediários ao longo da cadeia de comercialização, onde os produtos comercializados são fruto da responsabilidade social e da sustentabilidade na agricultura. Para isso, criou uma rede de cooperativas familiares, com 9 (nove) cooperativas ligadas à comercialização de produtos industrializados e “in natura”.



**e) Assistência Técnica** objetiva garantir assessoria técnica aos grupos de cooperação em nível local. Nesse sentido são estimulados programas e convênios com municípios, cooperativas e grupos para o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

**f) Crédito Solidário** visa motivar e assessorar os agricultores na discussão e constituição de cooperativas de crédito rural e urbano e instituições de microcrédito. Constituído-se num importante instrumento de organização da poupança dos agricultores, captação e repasse de recursos.

**g) Capacitação e Intercâmbio** objetivo trocar experiências entre agricultores, organizações e instituições de pesquisa, realizando intercâmbios, estágios e assessoria.

**h) Agroturismo** objetiva apoiar e organizar experiências de agroturismo com objetivo de complemento e melhoria da renda das propriedades familiares. Atua complementando atividades agrícolas.

**i) Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário** visa realizar trabalho de animação de processos de desenvolvimento local na estruturação de propostas alternativas de desenvolvimento, construídas a partir da lógica das necessidades.

Para desenvolver seus programas, a APACO conta com a assessoria permanente nas áreas de:

- fomento da organização da Agricultura Familiar, em seus programas de Capacitação de agricultores como o Programa Terra Solidária, no Desenvolvimento do Programa Agricultor para Agricultor (construindo instrumentos de assistência técnica) por processos de intercâmbios acompanhados e no acompanhamento do programa de produção de sementes crioulas (Fetrafsul/Cut);

- criação, capacitação e gestão da Associação de Agroturismo de Chapecó com 26 unidades de agroturismo (atividades não agrícolas);

- produção e planejamento das Cooperativas do Sistema Cresol da região oeste de Santa Catarina (Cresol Seara, Cresol Chapecó, Cresol Formosa do Sul, Cresol de Santiago do Sul etc.) e também em metodologia e capacitação na formação de novas cooperativas do Sistema;

- UCAF (Unidade Central de Apoio as Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense) e gestão de suas 50 agroindústrias familiares. Elaboração do projeto técnico de novas agroindústrias, implantação das agroindústrias familiares e na prestação dos serviços junto aos agricultores familiares como controle de qualidade, controle da produção da matéria-prima, legalização junto aos órgão competentes, assinatura de responsabilidade junto a órgão de classe como CRMV, marketing, código de barras, marca, etc. Dentre os empreendimentos foram implantando e



consolidadas 5 camping (áreas de lazer) (Sol de Verão/Seara, Chico Mendes/Formosa do Sul, Francischetto/Nova Itaberaba, Tibola/Coronel Freitas e Tropero velho/Chapecó)

- elaboração de planos municipais de desenvolvimento rural e implantação de programas na produção (agroecologia, agroindústrias, comercialização, etc), para as prefeituras de Constantina/RS, Chapecó/SC, Coronel Martins, Arvoredo, Jupirá, Xavantina,

- assessoria e fomento à implantação e verticalização das cooperativas de leite da região oeste catarinense. Montagem do Consórcio do Leite (Cooperativa do leite de Irati/SC, Formosa do Sul/SC, São Lourenço do Oeste, Jupirá, Coronel Martins, Passos Maia e Arvoredo);

- 34 pomares de laranja agroecológicos, certificados pela rede ecovida e pela ECOCERT com fins de exportação do suco para o mercado justo europeu;

- gestão e montagem das filiais das cooperativas familiares de Chapecó, Cordilheira Alta, Campo Erê, Seara, Concórdia, Guaraciaba, São Miguel do Oeste e Paial);

- Implantação de programa de Gestão Ambiental Rural com vistas ao desenvolvimento sustentável na bacia do Rio Ariranha (Ipumirim, Seara, Xavantina, Arvoredo e Paial), em convênio com a MMA/FAO.

- Desenvolvimento Local no Oeste Catarinense no período de 2001 à 2003, convênio BNDES/PENUD.

A APACO também promove cursos regularmente, nas áreas de:

- implantação e gestão de agroindústrias familiares na região Oeste Catarinense;

- implantação e gestão de cooperativas populares em Chapecó na área de tecelagem, panificados, serviços gerais, artesanatos e empregadas domésticas;

- Agroecologia nas áreas de Produção de leite a base de pasto, criação de suínos ao ar livre, sementes crioulas;

- produção e armazenamento de sementes de hortaliças para o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e sementes de milho crioulas junto aos sindicatos dos trabalhadores na agricultura familiar ligadas a Fetraf sul/Cut;

- cursos formais curriculares em escola agrícola de primeiro grau em Fernando Machado em Cordilheira Alta/SC;

- implantação e gestão de empreendimento urbanos e rurais de caráter solidário, convênio com Banco do Povo de Chapecó;



- formação profissional, com base agroecológica, em verticalização das cadeias produtivas, de nível médio, junto a agricultores dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Lourenço do Oeste e Mandai, ligados a Fetraf sul/Cut.

Outra atividade desenvolvida pela APACO está relacionada ao desenvolvimento de pesquisas, voltadas a diagnósticos e estudos de sistemas, como:

- Diagnóstico da Cooperação Agrícola no Oeste Catarinense em parceria com a UnoChapecó;
- Diagnóstico e estratégias das Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense, em parceria com MDA/SAF;
- Estudo de sistemas Agrários em Quilombo em 1998, convênio FAO/INCRA.

A APACO conta com a parceria de outras entidades para o desenvolvimento de suas ações e o cumprimento de seus objetivos. São elas: CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – Erechim/RS); CEPO (Centro de Educação Popular, Erechim/RS); DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais Curitiba - PR); EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Concórdia/SC); EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural/SC); ASCOP (Associação das Cooperativas do Leite de Santa Catarina, Formosa do Sul/SC); FETRAF/SUL/CUT (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/ RS, SC e PR); BANCO DO POVO (Associação de Crédito Comunidade do Futuro); CRESOL (Cooperativa de Crédito com Interação Solidária/Francisco Beltrão/PR); MISERIOR (Cooperativa de Crédito com Interação Solidária/Francisco Beltrão/PR); CENTRO VIANEI (Centro Vianei de Educação Popular, Lages/SC); UCAF (Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense, Chapecó/SC); Associação REDE ECOVIDA (Rede Ecovida de Certificação Participativa).

Como membros representantes da APACO, destacam-se: Conselheiro eleito do DESER; Vice Presidente do Banco do Povo; Membros do Fórum Sul do Leite; Membro da Federação Internacional do Comércio Alternativo (IFAT Bial Conference); Membros do Fundo de Mini Projetos; Membros da FLO (Federação do Comércio Justo); Conselheiro da Cruz Vermelha; Membro do IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor); Coordenação do Núcleo Ecovida (Associação de Certificação Participativa); Membro do CONSEIA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar).

### **5.5.3.2 Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense - UCAF**

A UCAF foi criada em novembro de 1999, em forma de associação, e tem como objetivo unir forças para a prestação de serviços ligados às áreas de produção, gestão, controle de qualidade, marketing e comercialização, buscando oferecer um produto com qualidade, procedência e legalização. A UCAF tem à disposição de seus associados uma marca coletiva, SABOR COLONIAL (figura 15), e o código de barras que avalizam produtos industrializados e inspecionados.

Figura 15 – Marcas coletivas de produtos de origem vegetal; carnes e ovos e leite e derivados, respectivamente com as cores verde, vermelho e branco, adotados pela APACO



Fonte: APACO

Atua em vários municípios do oeste catarinense, entre eles: Quilombo, Formosa do Sul, Coronel Freitas, União do Oeste, Chapecó, Caxambu do Sul, Irati, Saudades, Pinhalzinho, Dionísio Cerqueira, Seara, Ipumirim, Concórdia.

A coordenação em rede pela UCAF conseguiu articular a cooperação entre as instituições, alterando o ambiente institucional a favor da adequação de tecnologias apropriadas às agroindústrias familiares, cujo aprendizado interativo veio trazer melhores condições competitivas à rede. (PETTAN, 2004)

Com relação à gestão interna, todas as agroindústrias familiares em rede praticam gestão de custos, planejamento estratégico, promoção e marketing, resultado dos serviços prestados pela UCAF, apresentando um quadro deficiente em relação à gestão (administração do negócio) e à logística (PETTAN, 2004), comum ao setor como um todo.

As agroindústrias associadas a UCAF organizam-se como filiais de uma cooperativa central, de modo a ofertar ao mercado uma “cesta” de produtos diferenciados, diversificados e legalizados (nota fiscal, certificado sanitário, certificado agroecológico etc), em quantidades atrativas para as relações com os distribuidores e compradores (intermediários ou finais). A formação da cooperativa favorece, ainda, a logística e o acesso às assessorias de contadores e aos profissionais de comercialização e marketing. (PETTAN, 2004)

## 5.5.4 Dados Econômico-Financeiros

Tabela 8 – Produção e faturamento da APACO em 2003

|  | Atividade      | Nº de Agro indústrias | Nº de Famílias | Produção Ano     | Faturamento Bruto/R\$/ano | Renda Líquida R\$/ano |
|--|----------------|-----------------------|----------------|------------------|---------------------------|-----------------------|
| A<br>P<br>A<br>C<br>O<br>/<br>U<br>C<br>A<br>F | Mel            | 3                     | 48             | 150 coméias      | 100.000,00                | 20.000,00             |
|  | Ovos           | 14                    | 18             | 30.000 aves      | 862.000,00                | 30.000,00             |
|  | Leite          | 7                     | 25             | 250.000 l/mês    | 1.400.000,00              | 100.000,00            |
|  | Suínos         | 14                    | 63             | 1.027 suínos/mês | 3.400.000,00              | 300.000,00            |
|  | Frangos        | 1                     | 3              | 400 Kg/mês       | 33.600,00                 | 3.000,00              |
|  | Peixes         | 2                     | 5              | 3.000 Kg/mês     | 90.000,00                 | 10.000,00             |
|  | Cana-de Açúcar | 6                     | 46             | 90 ton/ano       | 112.000,00                | 30.000,00             |
|  | Doces          | 5                     | 10             | 3.000 Kg/mês     | 36.000,00                 | 4.000,00              |
|  | Panificados    | 4                     | 8              | 500 Kg/mês       | 250.000,00                | 5.000,00              |
|  | Agroturismo    | 6                     | 16             |                  | 72.000,00                 | 10.000,00             |
|  | <b>TOTAIS</b>  | <b>62</b>             | <b>242</b>     |                  | <b>6.355.600,00</b>       | <b>512.000,00</b>     |

Fonte: Elaboração BRDE/SC – dados obtidos na APACO.



## 5.6 Associação Central de Pequenos Agricultores de Mafra - ACEPAM

A Associação Central de Pequenos Agricultores de Mafra (ACEPAM), criada em maio de 1997, a partir de ações do BNAF – Banco Nacional da Agricultura Familiar, é composta por representantes dos grupos/associações de pequenos agricultores familiares da região de Mafra.

### 5.6.1 Histórico

O BNAF, inicialmente mantido pela Fundação Lyndolpho Silva<sup>22</sup>, vem desde 1996 trabalhando com agricultores familiares, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina (FETAESC) auxiliando, inclusive, na formação de associações, condomínios e grupos informais prestando assessoria geral aos projetos demandados, buscando a consolidação dos mesmos, transformando-os em empresários rurais. (KALNIN, 2004)

É considerado um banco de inteligência, pois basicamente capta e disponibiliza recursos tecnológicos para os agricultores familiares, auxiliando-os no processo de desenvolvimento. Através dele os agricultores têm acesso a novas formas de produção científica e tecnológica, possibilitando a inovação e geração de novos conhecimentos adequados a sua realidade socioeconômica.

A coordenação dos projetos obedece a uma lógica operacional criada estrategicamente para evitar frustrações, tanto por parte dos agricultores quanto por parte das instituições facilitadoras do processo de desenvolvimento. O passo inicial que antecede toda e qualquer atividade junto à comunidade é a realização do estudo de viabilidade técnica, agro-ecológica e socioeconômica da atividade pretendida pelo grupo de agricultores. Conferida a viabilidade do projeto, a equipe do BNAF busca junto a várias instituições de pesquisa informações tecnológicas adequadas àquela atividade que será desenvolvida. Aprovada na base, agricultores e BNAF buscam o acesso aos recursos tecnológicos.

Paralelamente a disponibilização de tecnologias de produtos, agricultores e administradores da atividade que será executada recebem treinamento para dominar as técnicas do "como fazer" (know-how).

O BNAF funciona como um agente de comercialização virtual. Cobra comissão sobre o resultado do projeto. É estipulado um percentual sobre o valor da

---

<sup>22</sup> A Fundação Lyndolpho Silva, entidade de caráter técnico-científico, tem como missão promover o desenvolvimento rural sustentável, a melhoria da qualidade de vida, trabalho e produção da agricultura familiar. Foi instituída no ano de 1996, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.



comercialização. Antes de iniciar-se qualquer projeto é feita prospecção de mercado, articulação com a prefeitura, organizados os treinamentos necessários, etc...

A região conta também com uma cooperativa de crédito, a CREDINORTE. Segundo Machado<sup>23</sup> *apud* Batista (2003) até o ano de 1999 a CREDINORTE<sup>24</sup> só atendia aos grandes produtores, estava embutida na cooperativa de produção. Sendo assim, os pequenos produtores de economia familiar estavam alijados do processo de crédito, tanto para o investimento como para o custeio da safra.

Mas, a partir de 1999, quando Camilo assumiu a direção da Cooperativa de Crédito, houve uma alteração das prioridades, dando preferência aos pequenos produtores, principalmente aos associados ao BNAF, mudando totalmente a direção dos recursos e, com isso, viabilizando a agricultura familiar do município de Mafra. De 1.800 associados inscritos e apenas 384 ativos, em 1999, para mais de mil inscritos em 2000, e em torno de 3000 associados em 2003 e não tem registros de inadimplências.

No ano de 2001, iniciou-se a disponibilização do microcrédito para os produtores familiares e também o financiamento dos grupos de associados para construção de abrigos, investimento, custeio e insumos.

Mesmo após a retirada do apoio federal ao BNAF Mafra, em julho de 2001, houve um grande envolvimento das entidades locais para manter a estrutura, bem como para continuar a ter uma equipe técnica dentro das características necessárias para desenvolver as suas atividades.

## **5.6.2 Objetivo**

A ACEPAM tem por objetivo auxiliar e dar suporte legal a todas as organizações, inclusive aquelas informais, na busca de condições de viabilização dos projetos (financiamentos, assistência, compras conjuntas, representatividade entre outros), visando o melhor desempenho possível de suas atividades.

## **5.6.3 Estrutura**

### **5.6.3.1 Entraves da Comercialização**

Um dos principais entraves para o desenvolvimento da economia do meio rural, que se observou através do BNAF – Mafra, está na comercialização dos

---

<sup>23</sup> Camilo D.H. Machado – presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Mafra e presidente da Cooperativa de Crédito do Planalto Norte - Credinorte.

<sup>24</sup> Cooperativa de Crédito SICOOB.



produtos da agroindústria familiar. Vencer este obstáculo está entre as principais prioridades da atual diretoria do banco.

As limitações que as Associações de produtores apresentam, bem como os Condomínios, está no fato de terem natureza civil e não comercial, o que as impede de beneficiar/processar produtos e comercializá-los. Além disso, ao condomínio se aplica apenas a garantia da posse comum de bens, sem implicar personalidade jurídica.

Quanto à MARCA, hoje cada um tem a sua própria, mas o ICEPA, juntamente com a Universidade Bardal, está trabalhando uma família de produtos e será feito o lançamento de uma nova marca para esse grupo de produtos.

Pontos positivos na agricultura familiar do município de Mafra, de acordo com o estudo de Batista (2003), após a instalação da agência do BNAF:

- Apresentação de novas oportunidades para o meio rural, proporcionando diversificação da produção nas propriedades de economia de base familiar;
- Diminuição do êxodo rural, verificado no último censo demográfico do IBGE;
- Agregação de valor dos produtos agropecuários, com o processo de comercialização, evitando atravessadores;
- Melhora da qualidade de vida das famílias rurais;
- Qualificação dos produtores rural através de novas técnicas de cultivo e ambientalmente correta;
- Reconhecimento a importância da cultura associativista no desenvolvimento rural (Redes de cooperação);
- A marca BNAF ganhou a confiança e a credibilidade junto aos supermercadistas do município e da microrregião.

Algumas dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares associados ou não ao BNAF no município de Mafra:

- Persiste ainda a presença de produtores com a cultura individualista, ou seja, que resistem a idéia de trabalhar na forma de associação ou de cooperativa;
- A comercialização ainda representa um dos principais obstáculos a ser vencido, pois há necessidade na adequação à legislação atual, para facilitar a venda dos produtos da agricultura familiar;
- Necessidade de especialista em comercialização;
- Necessidade de maior agilidade e flexibilidade na liberação dos financiamentos dos diversos projetos;
- Burocracia em excesso, principalmente quanto à legislação sanitária.

Apesar das dificuldades, o modelo implantado pelo BNAF em Mafra, segundo Batista (2003), é um bom exemplo a ser seguido para o desenvolvimento de novas atividades no meio rural e nas pequenas cidades, podendo ser uma ação de sinergia com a criação de circuitos de turismo rural e de agroturismo, a revalorização dos produtos coloniais e a maior agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

### 5.6.3.2 Projetos desenvolvidos

A seguir descreve-se um breve resumo das principais projetos desenvolvidos pelo BNAF/Mafra:

Figura 16 – Áreas de plantio da ACEPAM

**Cultivo protegido de hortaliças (Programa de Olericultura):**



Fonte: ACEPAM

O cultivo de hortaliças dentro de abrigos cobertos com lâminas de plástico transparente diminui vários fatores que predispõem as plantas a doenças (excesso de chuva por exemplo), chegando a reduzir de 60 a 100% o uso de agrotóxicos, conforme a hortaliça cultivada e as condições climáticas ocorridas. Tanto a compra de insumos como a venda de hortaliças são realizadas de forma coletiva. Esse projeto iniciou-se com 13 abrigos, de forma a possibilitar um melhor controle e posterior avaliação. Atualmente, mais de 100 famílias estão envolvidas diretamente no projeto nos municípios de Mafra, Itaiópolis e Canoinhas.

O BNAF trabalha no estudo de mercado e viabilidade, organização dos produtores, identificação, acompanhamento dos recursos e treinamentos necessários, planejamento e organização da produção, estruturação da entrega e principalmente na comercialização da produção. Também uma criteriosa análise posterior a cada safra é realizada, buscando a melhoria constante e estruturada do programa. Começamos com o cultivo do tomate e hoje produzimos também feijão, vagem, alface, pepino, pimentão, repolho, couve-flor, abobrinha, sementes de cebola, melão e morango.

Ainda a cultura mais importante é o tomate com produção próxima a mil (1000) toneladas anuais, com uma renda líquida em torno de R\$ 3.000,00 por produtor em duas safras anuais e em área de apenas 500 m<sup>2</sup> (um abrigo / estufa plástica).

Figura 17 – Compra coletiva de insumos



Fonte: ACEPAM

Trabalho que consiste em unificar as compras de insumos agrícolas dos agricultores familiares da região, onde são conseguidos melhores preços, devido ao grande volume de compras. Em média, obtém-se redução de 15 a 20% do preço de balcão. Agricultores envolvidos: em média 220 famílias a cada ano.

O sistema consiste primeiramente na realização do levantamento das necessidades de insumos por parte dos agricultores (adubos, semente, herbicidas, inseticidas, etc.) junto ao BNAF, conseguindo-se um bom volume. Em seguida

contatamos cooperativas, indústrias e empresas da região vendedoras destes produtos, sendo feita uma reunião com as mesmas para a escolha dos melhores preços. A distribuição é feita em lugares “pólos”, diminuindo-se o custo do frete aos agricultores.

Figura 18 – Granja Avícola Hable



Fonte: ACEPAM

A Granja Avícola Hable é um estabelecimento credenciado pelo SIF (Serviço de Inspeção Federal), que recebe, inspeciona, limpa e classifica os ovos de galinha. Foi demanda apresentada pela Associação Hable, grupo de quatro famílias, que já possuíam uma granja de produção de ovos, mas estavam encontrando dificuldades para comercialização de seu produto devido a falta de beneficiamento em um serviço de inspeção. Hoje o estabelecimento já está funcionando, beneficiando uma média de 3.000 dúzias de ovos por dia, que são vendidos nos mercados de Mafra, Rio Negro e São Bento do Sul, e com amplas possibilidades de expansão desse mercado. Um dos Gargalos do setor é a produção de milho.

O BNAF auxiliou nas etapas de elaboração do projeto do SIF, bem como na obtenção de financiamento junto ao Banco do Brasil através do “PRONAF AGREGAR” e busca de novos mercados.

Figura 19 – Micro-Usina de Leite e Derivados



Fonte: ACEPAM

### **Associação Novo Rumo**

Estabelecimento que surgiu pouco antes da agência do BNAF em Mafra. O leite in natura vendido a baixos preços para usinas de beneficiamento, motivou um grupo de nove famílias da comunidade de Campo São Lourenço-Mafra-SC a partirem para a construção da micro-usina, com a finalidade principal de maior agregação de valor ao leite, que sofre processo de pasteurização e é vendido empacotado no comércio local e regional. Hoje possuem uma produção média diária de 2.500 litros, precisando atingir 3 mil para alcançar o ponto de equilíbrio, e faturamento mensal acima de R\$ 57.000,00.

O BNAF vem apoiado a micro-usina em todos os assuntos necessários, principalmente nos controles administrativos e gerenciais, bem como na motivação da associação. Também em todo o processo para a obtenção do SIF, possibilitando a venda para outros municípios e estados. A associação está iniciando a produção de bebidas lácteas e já é uma empresa consolidada.

Figura 20 – Associação APROMEL - Entrepósito do Mel



Fonte: ACEPAM

### **Entrepósito do Mel**

O entreposto de mel é um estabelecimento construído dentro dos padrões do SIF, que tem por finalidade receber, inspecionar, beneficiar e embalar o mel das abelhas. Através deste beneficiamento, realizado no entreposto dos próprios apicultores, se obtém agregação de valor ao produto final de aproximadamente 50%, diferença esta que sempre ficava com os intermediários. Pertence a um grupo de 10 apicultores, os quais beneficiam o produto de outros apicultores de base familiar de toda a região.

O trabalho do BNAF consistiu em organizar e incentivar este grupo, bem como coordenou todas as etapas do projeto técnico para obtenção do SIF. Hoje o BNAF auxilia na administração do entreposto e realiza a toda a logística de comercialização e marketing sendo que o mel da região é de altíssima qualidade, e possui grande potencial inclusive para exportação. O entreposto possui capacidade para beneficiar 200 toneladas de mel ao ano.

Figura 21 – Cunicultura



Fonte: ACEPAM

O projeto de cunicultura começou a ser estudado em fevereiro de 1999, quando alguns produtores interessados vieram pedir auxílio ao BNAF e ao STR. Atualmente 15 produtores (famílias) de agricultores familiares desempenham a atividade, obtendo bons lucros. A venda dos animais é feita ao frigorífico Vila Germânia, porém já estamos buscando recursos para a criação de um abatedouro de pequenos animais (também para o abate do “Frango Colonial BNAF”). O projeto é novo e possui grande potencial de crescimento.

O BNAF trabalhou na organização do grupo, presta assistência técnica, realiza a compra coletiva da ração e organiza as vendas ao frigorífico.

Figura 22 – Associação Portal Verde - Fabricação de conservas



Fonte: ACEPAM

Grupo de quatro famílias, onde as mulheres se organizaram para a fabricação conservas e processamento mínimo de hortaliças. Possuem hoje uma Fábrica de 120 m<sup>2</sup> de área construída dentro dos padrões técnicos exigidos e com empenho do STR – Mafra e FETAESC conseguiram financiamento junto ao FDR (Fundo de Desenvolvimento Rural do Governo do Estado) com juros fixos de 3% ao ano e 5 anos para pagar. O grupo está bastante entusiasmado e já nesta safra prevê-se uma produção de 20.000 vidros de pepino por safra, além de picles e beterraba. O BNAF auxiliou em todo o processo e vai realizar a comercialização de toda a produção.

A associação assegura o preço médio da matéria-prima, durante todo o período. O preço pago fica sempre, na média, 20 a 30% acima do preço pago usualmente pelo mercado, além de ter garantida a comercialização. Os vidros utilizados como embalagens são recebidos como doações e através de campanhas realizadas pelas escolas locais. O restante é adquirido em Curitiba, como material de reaproveitamento. Só compram as tampas novas.

### **Secador de Cereais (Associação de Agricultores Unidos)**

Equipamentos de grande porte instalados dentro de um armazém, destinados a secagem de cereais (grãos) recém colhidos. É um secador do tipo intermitente com capacidade de secagem de 90 sacas por hora. A demanda surgiu de um grupo de 13 famílias de agricultores, da localidade de Butiá dos Taborda - Mafra-SC. A distância do local de secagem (sede do município) determinava grande dificuldade para transporte rápido dos cereais, o que ocasionou a demanda para a construção do secador. Além das facilidades para secagem de suas safras, os agricultores terão também a possibilidade de vender o seu produto por preços melhores, em diferentes épocas do ano, pois o cereal estará seco e poderá ser armazenado por longo período.

O BNAF auxiliou na organização do grupo, levantamento das possibilidades, elaboração do projeto técnico e enquadramento no “PRONAF INFRA-ESTRUTURA”.

### **Associação Iraense – Empacotamento de cereais**



Esta associação foi uma das primeiras formadas com o auxílio do BNAF em Mafra. Porém só depois de um bom tempo de discussão e estudo decidiram-se pelo empacotamento de cereais, principalmente feijão e milho, produtos importantes do grupo e da região. A associação está iniciando as atividades e pelos estudos realizados acreditamos atingir um lucro de aproximadamente 40% com o beneficiamento do produto.

A agência trabalhou em todo o processo junto a associação e ainda vai auxiliar na comercialização buscando a consolidação do grupo.

### **Frango Colonial BNAF**

Projeto em fase inicial, que conta hoje com a participação de 16 famílias de agricultores, para fornecimento semanal de 250 frangos. Inicialmente este produto está sendo vendido no comércio local, exercitando-se a comercialização e aceitação do produto, havendo grandes chances de expansão para outras regiões quando for possível realizar o abate dos animais em um frigorífico, terceirizado ou próprio, credenciado pelo SIF. O frango colonial é um produto diferenciado, com preço aproximadamente 50% superior ao frango convencional, onde o sistema de criação é realizado com os animais soltos em pastagens, também recebendo ração balanceada, sem antibióticos e promotores de crescimento (hormônios), para que não haja resíduos de medicamentos na carcaça.

### **Programa Nacional de Agregação de Valores**

Este projeto é resultado de parcerias com órgãos da região, principalmente STRs, EPAGRI, Secretaria Estadual da Agricultura, Delegacia Federal da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, FETAESC e PRONAF. O programa compreende: organização do produtor, organização da produção, assistência técnica à produção e ao processamento, estudo de mercado e marketing, planejamento creditício, alocação de recursos financeiros e assessoria à comercialização.

O programa iniciou-se no ano de 2000 com a identificação de várias demandas de pequenas agroindústrias, junto aos sindicatos da região, vindas de grupos de agricultores familiares interessados em processar seus produtos, visando a agregação de valor. Em seguida foi providenciado curso de capacitação em elaboração de projetos agroindustriais.

### **Outras atividades em desenvolvimento**

Turismo rural (para desenvolvê-lo, o Sebrae ministrou curso de 5S para os produtores); produção de plantas medicinais (embora constituído de um grupo de apenas 8 famílias, evidenciou-se um bom negócio); fábrica de bolachas caseiras (consolidada no mercado local, está alçando vôo para o mercado regional); fábrica de sucos (uva e pêssego), geléias e doces (figos, uvas, amora e pêssego) de produção orgânica – (certificada participativamente pela Rede ECOVIDA); produção de



artesanato (envolvendo um grupo de 8 famílias do Assentamento Domingos Carvalho, do INCRA).

### 5.6.3.3 Parceria BNAF/ARCO CONTESTADO<sup>25</sup>

A ARCO CONTESTADO é um fio condutor que liga o Agricultor Familiar ao consumidor num processo sistêmico. A sistemicidade do processo desenvolvido pelo BNAF, segue os seguintes passos:

- 1º Prospecta o espaço rural, interagindo e sinergizando com seus parceiros chaves<sup>26</sup> na construção do Diagnóstico Participativo Rápido – DPR que enquadra as potencialidades, as demandas de apoio, os interesses e as deficiências;
- 2º Articula a organização associativa de grupos de agricultores familiares;
- 3º Promove a discussão na definição do negócio;
- 3º Parceiriza a disponibilização da assistência técnica;
- 4º Apóia e orienta a consecução do projeto e linhas de financiamento;
- 5º Organiza a produção e capacita os envolvidos na produção;
- 7º Desenvolve fornecedores e clientes individuais e corporativos e
- 8º Comercializa a produção.

Região potencial exportadora de móveis Sr. Ilgo organizou uma viagem à Suíça para sensibilizar possíveis exportadores. Região tem necessidade de máquinas de pequeno porte para atender as pequenas agroindústrias.

É desenvolvido todo um trabalho de sensibilização/conscientização, contribuindo para que os associados tenham uma idéia clara de sua participação na rede e importância da agregação de valor. A idéia é trabalhar sempre em rede para obter escala. Necessitam de recursos para viabilizar projetos de agregação de valor em rede.

---

<sup>25</sup> Agência Regional de Comercialização do Planalto Norte Catarinense.

<sup>26</sup> Parceiros-chave da ARCO: BNAF-STR Mafra, EPAGRI, Instituto CEPA, CIDASC, INCRA, SEBRAE, STR's da ASTRAMATE, integrantes do Fórum dos SMA, SINTRAF, Associações de AF's, Grupo Batistella, Prefeituras, CMDR's e ACI's.

## 5.6.4 Dados Econômico-Financeiros

Tabela 9 – Produção e faturamento da ACEPAM em 2002

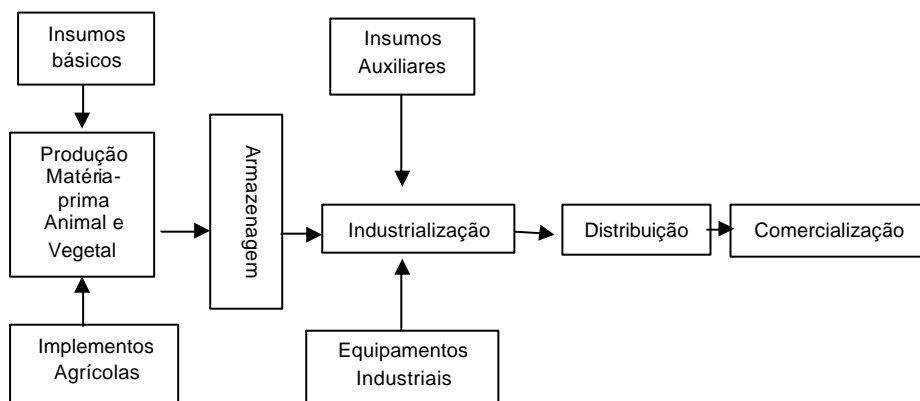
| A<br>C<br>E<br>P<br>A<br>M                   | Atividade  | Nº de Agro indústrias | Nº de Famílias | Produção ano             | Faturamento Bruto/R\$/ano |
|--|--|-----------------------|----------------|--------------------------|---------------------------|
|  | Beneficiamento de Mel                                      | 1                     | 10             | 3,6 Ton                  | 27.600,00                 |
|  | Beneficiamento de Ovos                                     | 1                     | 4              | 720 mil dz               | 1.176.000,00              |
|  | Benef/empacotamento de Cereais                             | 1                     |                | 126 Ton                  | 176.400,00                |
|  | Leite e derivados (yogurte)                                | 1                     | 9              | 972 mil litros           | 516.000 00                |
|  | Fábrica de Conservas                                       | 1                     | 3              | 40 mil vidros            | 53.000,00                 |
|  | Fábrica de Bolachas  | 1                     | 4              | 2,5 Ton                  | 15.600,00                 |
|  | Secador de Cereais   | 1                     | 13             | Capac. p/ 90 sacas /hora |                           |
|  | <b>TOTAIS</b>  | <b>7</b>              | <b>43</b>      |                          | <b>1.964.600,00</b>       |
|  | Projetos envolvendo outras atividades, não-agroindustriais |                       |                |                          |                           |
| Cultivo protegido de hortaliças              |  | 70                    |                |                          |                           |
| Compra coletiva de árvores frutíferas        |  | 100                   | 452,5 Ton      | 280.000,00               |                           |
| Compra coletiva de insumos p/ safra de grãos |  |                       |                |                          |                           |

Fonte: Elaboração BRDE/SC – dados obtidos na ACEPAM.

## 6 A CADEIA PRODUTIVA DA AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE RURAL EM SANTA CATARINA – ENTRAVES E POTENCIALIDADES

A transformação de produtos agro-alimentares provindos da agricultura predominantemente familiar está inserida numa cadeia produtiva bastante simplificada, da qual fazem parte: a produção primária de matéria-prima de natureza animal e vegetal, a armazenagem desses produtos primários, o processamento agroindustrial, a distribuição e comercialização dos produtos acabados.

Figura 23 – Cadeia Produtiva da Agroindústria Rural de Pequeno Porte



Fonte: BRDE

Nesse conjunto de atividades que se articulam progressivamente, estão inseridos a montante, ainda, os insumos básicos e os implementos agrícolas que são utilizados na produção de matéria-prima, assim como os elos que se vinculam ao seu processamento/transformação, que são os insumos auxiliares e as máquinas e equipamentos industriais.

A forma de organização, o grau de articulação e o estágio de desenvolvimento não são absolutamente homogêneos entre as unidades produtivas que se situam ao longo da cadeia, sendo também bastante distintas entre cada agroindústria, esteja ela organizada em rede ou atuando de forma isolada.

As iniciativas de cooperação para compartilhar funções da cadeia de valor nas agroindústrias de pequeno porte de SC ainda são poucas, resumem-se, praticamente às seis redes apresentadas no presente estudo - AGRECO, Instituto SAGA, COOPER PROVE, AJAAR, APACO ACEPAM - representativas no contexto da agricultura

familiar catarinense. Predominam no estado as pequenas agroindústrias individuais atuando de forma isolada, sem qualquer articulação com outras empresas ou instituições de suporte. Segundo Kalnin (2004), as agroindústrias de pequeno porte conseguem, na maioria das vezes, ser eficientes na etapa de produção, porém, encontram inúmeras barreiras e dificuldades para mobilizar fatores que são fundamentais ao seu desenvolvimento, como acesso a novas tecnologias, desenvolvimento e valorização de marca, marketing, capacitação, logística, crédito, etc.

Com o intuito de fazer frente à crescente complexidade das funções organizacionais, surgem as cooperações entre as pequenas e médias empresas para compartilhar as funções iniciais e finais da cadeia de valor e desenvolverem competências que elevem a sua competitividade e assegurem a sua permanência no mercado.

À medida que as empresas vão estabelecendo parcerias para elevar suas competências, os elos da cadeia produtiva tendem a se ampliar, para frente e para trás, seja pela articulação que ocorre entre os próprios agentes produtivos, seja pelas relações que se estabelecem com instituições de suporte, gerando sinergias que contribuem para agregar valor a todo o conjunto. No caso das redes de agroindústrias familiares de Santa Catarina, estão envolvidas na dinâmica de funcionamento da sua cadeia produtiva, em graus variados de participação, as instituições que fornecem suporte técnico, capacitação, educação, informação, pesquisa e desenvolvimento às empresas participantes da cadeia, tais como:

Universidades, instituições de pesquisa, instituições governamentais, sindicatos, laboratórios, cooperativas de crédito, etc.

Na maioria das redes, entretanto, as relações que existem entre os vários elos de ligação ainda são frágeis. A dificuldade de articulação aliada à falta de apoio nas várias esferas tem imposto às redes um esforço magnânimo para a superação das muitas dificuldades. A articulação geralmente é feita por uma central de apoio, cuja constituição jurídica difere de uma rede para outra, mas, normalmente, assume a forma de associação ou cooperativa, que estabelece, também, as relações com o mercado e fornecedores, além do assessoramento técnico e gerencial às unidades. Em graus distintos, as centrais de apoio desenvolvem uma modalidade de gerenciamento integrado que contribui para visualizar e mobilizar os elos que compõem a cadeia produtiva, o que acaba por constituir-se num diferencial em termos de eficiência e competitividade entre as agroindústrias de pequeno porte que a compõem. O gerenciamento coordenado e sistêmico entre os segmentos da cadeia produtiva, possibilita uma melhor e mais ampla visualização do fluxo produção-consumo e permite identificar com maior facilidade as fragilidades e possibilidades existentes nas diversas unidades, perceber gargalos e necessidades de diversificação e complementaridades, em termos de produtos e serviços, ajudando, assim, a melhorar a eficiência do conjunto.

Algumas destas principais debilidades, potencialidades e fatores organizacionais condicionantes da competitividade em cada segmento da cadeia produtiva das agroindústrias de natureza familiar, serão abordados a seguir.

## 6.1 Gestão Empresarial

A carência de recursos para custeio e investimento obriga o pequeno agricultor e seus familiares a assumirem o comando e as atividades de toda a cadeia produtiva. Esse fato, aliado ao baixo grau de escolaridade e a outras limitações como falta de capacitação, dificuldades de acesso a técnicas de gerenciamento e produção se constituem em dificuldades concretas que acabam interferindo negativamente na forma de operar e gerir a agroindústria e que refletem na eficiência do sistema.

A grande e sempre presente escassez de recursos vivenciada pelos empreendimentos agroindustriais de pequeno porte obriga os gestores, geralmente seu próprio dono e familiares, a atuarem de forma polivalente, desempenhando funções que vão do principal executivo até gerente de vendas, de produção, de administração e finanças. Também é bastante comum o próprio gestor trabalhar como mão-de-obra de produção, administração e vendas. Assim, em geral, é ele, o pequeno produtor e proprietário rural, quem toma as decisões de cunho administrativo, tecnológico e comercial na agroindústria familiar. (Vieira, 1998).

De uma maneira geral, há uma enorme carência de conhecimentos sobre todo o processo de gestão, iniciando pela legislação e normas que regulam a atividade, até conhecimentos sobre o mercado, planejamento e organização da produção, custos de fabricação, exigências sanitárias, etc. Registre-se que é perfeitamente compreensível o despreparo do agricultor familiar nessas áreas que são típicas da função de gestor empresarial. Todavia não há como deixar de evidenciar que esses conhecimentos são determinantes para assegurar a sobrevivência e o futuro da atividade.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (CARNÉLIO, et al, 2003), diversos são fatores que podem determinar o insucesso dos empreendimentos agroindustriais, dentre os quais destacam-se: a baixa capacidade gerencial em todas as etapas do processo produtivo; o baixo nível de organização; a ausência de estudo de viabilidade na implantação; ausência de economia de escala na comercialização e/ou inadequação da escala da agroindústria com o mercado; a disponibilidade da matéria-prima, mão-de-obra e capital, e de equipamentos e instalações; a falta de padronização e de qualidade; a descontinuidade da oferta; a pouca disponibilidade de infra-estrutura pública; a inadequação e o desconhecimento das legislações sanitária, fiscal e tributária; e a ausência de suporte creditício para a estruturação produtiva e o capital de giro.

Note-se que a quase totalidade dos fatores responsáveis pelo insucesso está relacionada, direta ou indiretamente, com a capacidade de gestão do dirigente, em suas múltiplas funções: planejamento, organização, direção e controle. Todavia, há que se considerar que o conhecimento profundo que o agricultor familiar detém sobre

o seu produto, é justamente o que o credencia a gerir o processo. A diferenciação e qualidade do produto agroalimentar familiar é resultado de uma estreita relação das características do território com o saber-fazer tradicional do agricultor familiar, repassado de geração em geração. Se a esse conhecimento, já consolidado, forem acrescidos instrumentos de qualificação sobre o processo produtivo, gestão e comercialização, ainda que básicos, os resultados serão muito positivos.

Conhecedores desta realidade as redes de agroindústrias de Santa Catarina, através de suas unidades centrais de apoio técnico e gerencial às agroindústrias associadas, têm procurado, dentro de suas possibilidades, preparar o pequeno agricultor para atuar como gestor de seu agronegócio. Essa capacitação tem se dado tanto em nível individual, preparando-o para atuar como gestor de sua própria agroindústria, quanto em grupo, para atuar na gestão social da rede, qualificando-o para participar na organização, planejamento e decisões estratégicas dentro da cadeia produtiva e da rede como um todo.

A administração nas agroindústrias familiares é de responsabilidade dos associados que, em média, corresponde a cinco famílias por negócio (KALNIN, 2004), com exceção da AJJAR, em que cada agroindústria pertence a uma família. Normalmente, as receitas são utilizadas para: manutenção e funcionamento; pagamento de financiamentos ou reinvestimento, segundo os lucros; e divisão de parte dos lucros entre os sócios – definidos pela assembléia geral.

Nestas agroindústrias, constata-se que as centrais de apoio têm procurado fornecer, também, dentro de suas possibilidades e competências, o apoio técnico e gerencial, nas diversas etapas relacionadas com a produção, logística, comercialização etc., buscando a eficiência ao longo do processo. O fato de as agroindústrias estarem assentadas sobre uma base associativa tem favorecido mais o intercâmbio de cooperação entre as diversas agroindústrias participantes e destas com os agentes locais, sindicatos, associações, instituições governamentais e de ensino, todos interagindo para dar competitividade ao conjunto.

Todavia, os desafios inerentes ao processo de atuação em rede têm sido grandes, a começar pela limitada estrutura que possuem algumas redes, dispondo de profissionais apenas em tempo parcial para o assessoramento e acompanhamento dos trabalhos, o que tem comprometido a qualidade dos serviços que são fornecidos.

### **6.1.1 Entraves e Potencialidades**

Todas as experiências de agroindústria em rede apresentadas no presente estudo desenvolvem programas de capacitação gerencial e técnica aos agricultores familiares proprietários de agroindústrias.

Na AGRECO, existe o projeto Vida Rural Sustentável (em parceria com SEBRAE-SC e SEBRAE nacional), que tem como um dos seus objetivos capacitar os proprietários das agroindústrias. Na região de Mafra, o BNAF se encarrega de

fornecer todas as informações técnicas, econômicas e financeiras necessárias à implantação do negócio, da mesma forma que em Blumenau, com o PROVE, e na região da AMOSC através do Instituto SAGA. (KALNIN, 2004) Ainda na região oeste, o exemplo da APACO, através da assistência da UCAF, e no litoral norte (Joinville), a AJAAR, que conta com o apoio da Fundação 25 de Julho.

No 1º Encontro de Trabalho dos Núcleos Técnicos para implementação do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento e à Consolidação de Redes de Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte de Santa Catarina, realizado em outubro e novembro de 2003, o núcleo técnico “Organização e Gestão Empresarial” identificou os principais fatores restritivos para o desenvolvimento da atividade, assim como as oportunidades e potencialidades que impulsionam as redes de agroindústrias estabelecidas no Estado de Santa Catarina.

Dentre os obstáculos apresentados, os que mais afetam o processo de gestão das agroindústrias estão relacionados com a falta de preparação do pequeno agricultor para uma atuação baseada num modelo de gestão social, compartilhando ações e decisões estratégicas dentro da cadeia produtiva e da rede, indispensável para a consolidação de um modelo solidário de organização, inserida num contexto de desenvolvimento sustentável. O baixo nível de escolaridade do agricultor familiar aliado à falta de capacitação dificultam a assimilação de conhecimentos sobre os métodos e práticas de gestão e limita a compreensão, visão e, por conseguinte, a ação integrada, sobre todas as etapas da cadeia produtiva e sobre toda rede. Além do fato de muitas das redes não disporem de uma estrutura adequada, como centros de treinamento com profissionais habilitados para atuar na capacitação e orientação dos gestores, contribui para essa situação a dificuldade de atrair o pequeno agricultor para participar dos programas de capacitação oferecidos pelas redes, seja pela não disponibilidade de tempo, seja por timidez e insegurança, devido ao seu ínfimo grau de instrução.

A legislação que rege o funcionamento das agroindústrias de pequeno porte, também foi apontada como fator que dificulta o processo de gestão dos empreendimentos que fazem parte das redes. A diversidade e complexidade das leis que regulam a atividade, as exigências para registro das empresas e para a produção e comercialização de alimentos, a dificuldade para interpretar e se adequar à legislação, aliado à indisponibilidade e os desencontros de informações procedentes de instituições governamentais e órgãos reguladores, foram aspectos considerados relevantes e que prejudicam o exercício da gestão e o funcionamento das agroindústrias. Além disso, as redes consideram que há necessidade de implementar as mudanças que se fazem necessárias na legislação sanitária, tributária, previdenciária, ambiental e cooperativista, adequando-as às características e porte do agronegócio de natureza familiar, disponibilizando orientações e informações sobre a legislação aos associados.

Quanto às oportunidades, o Núcleo apontou que, não obstante as muitas dificuldades enfrentadas, a avaliação das experiências conhecidas deixa evidente a

importância do trabalho das organizações estabelecidas sobre uma base associativa e solidária para a sua superação e aproveitamento das potencialidades. Cresce, por exemplo, a conscientização de parcela considerável de agricultores familiares para atuar de forma cooperada, buscando imprimir melhoramentos na gestão e operação de seu empreendimento. Esses empreendimentos, por suas vez, contribuem para a formação de um elenco de experiências bem sucedidas, que agem como modelo em termos de gestão e operacionalização e estimulam novas iniciativas.

O Núcleo Técnico considerou, também, que o momento mostra-se bastante favorável a iniciativas de natureza associativa, haja vista que profissionais, instituições, e até o próprio governo, demonstram predisposição para trabalhar concretamente no apoio à formação de redes de complementaridade e cooperação, e para fornecer o suporte à gestão e à operacionalização das agroindústrias a elas vinculadas. As parcerias com agentes localizados no meio rural - sindicatos, associações - são aspectos que contribuem positivamente, pois atuam interagindo continuamente para fornecer suporte às demandas das agroindústrias familiares organizadas e, subseqüentemente, para dar competitividade à rede.

## 6.2 Produção

A agroindústria de pequeno porte de Santa Catarina inserida num sistema de produção da agricultura familiar, foco deste trabalho, compreende uma heterogeneidade de culturas e criações dentro de uma mesma unidade de produção.

Em geral, os sistemas de produção envolvem a combinação de vários sub-setores agropecuários, que podem incluir a pecuária extensiva, a produção de leite e seus derivados, o cultivo de hortaliças, cereais e frutas diversas, a produção de frangos, ovos, peixes, coelhos, mel, entre outros.

O processo de produção apresenta graus distintos de evolução, encontrando-se desde pequenas agroindústrias que empregam tecnologias bastante tradicionais ou artesanais na transformação primária dos produtos, como é o caso dos moinhos coloniais, alambiques, engenhos de farinha, algumas cervejarias etc., até algumas pequenas agroindústrias organizadas sobre uma base associativa ou em rede, que já dispõem de pessoal qualificado para a assessoria e assistência técnica no que se refere à produção da matéria-prima, a sua transformação e beneficiamento, ao controle da qualidade dos produtos e, inclusive, à gestão da produção. Todavia, todas têm em comum a produção de alimentos identificados com a cultura local. Essa identificação compreende um conjunto de características intrínsecas – ecológicas, sociais, culturais, históricas, nutricionais, entre outras – que são incorporadas aos alimentos e lhes conferem uma diferenciação em relação aos demais produtos advindos da agroindústria tradicional.

As técnicas de processamento e tecnologias utilizadas na transformação dos produtos têm origem, sobretudo, na tradição familiar, mediante transmissão de conhecimentos de pai para filho. Em empreendimentos mais organizados, esse

conhecimento oriundo da tradição familiar é complementado com cursos profissionalizantes, oferecidos principalmente pela Epagri em sua rede de centros de treinamento, ou adquirida através de cursos de capacitação profissional promovidos por outras instituições (OLIVEIRA, 1999).

No que tange ao processo produtivo, vários são os problemas que interferem na produtividade e na qualidade da produção das agroindústrias de pequeno porte. Vieira (1998), cita, entre outros, aqueles relacionados com a matéria-prima que, por apresentarem estreita vinculação com as atividades agropecuárias típicas da agricultura familiar, que busca aproveitar os excedentes da produção, apresentam dificuldade de garantia de suprimento obedecendo a um padrão de uniformidade e qualidade, nas quantidades e tempos exigidos pela produção. Isso decorre, segundo o autor, da ausência de um projeto mínimo que contenha as especificações e critérios de padronização das características da matéria-prima e do produto final, bem como possibilite o monitoramento de todo o processo de produção utilizado pelas pequenas empresas agroindustriais.

A obtenção de matéria-prima de qualidade, condição indispensável para assegurar a qualidade do produto processado, depende de um criterioso monitoramento de todas as atividades que envolvem a produção do agricultor familiar nas diversas formas de cultivo. Isso inclui o controle adequado e sustentável dos recursos naturais, a higiene das instalações e equipamentos, o controle da sanidade dos animais, os cuidados na colheita, a implementação de práticas orgânicas, o armazenamento e transporte de matéria-prima e produtos acabados, entre outros.

## **6.2.1 Entraves e Potencialidades**

A pesquisa realizada por Oliveira, et al, 1999, identificou uma série de questões relacionadas com o sistema de produção das agroindústrias de pequena escala em Santa Catarina. A pesquisa evidenciou que muitas das pequenas agroindústrias não possuíam sequer instalações adequadas ou qualquer tipo de equipamento que pudesse ser utilizado para melhorar o rendimento do trabalho. Identificou também que, por terem sido implantadas sem um projeto técnico, a maioria das unidades apresentava deficiências relacionadas com racionalização dos processos produtivos devido à inexistência de um “lay out” apropriado. A inexistência de uma planta agroindustrial adequada prejudica o processo de produção, não só por dificultar o fluxo de pessoas e materiais, como por dificultar o controle de qualidade, elevando os riscos de ocorrência de contaminação, tão comuns no processamento de produtos das pequenas agroindústrias.

Outro aspecto de relevância diz respeito ao dimensionamento das máquinas e equipamentos que são utilizados pelas pequenas agroindústrias. Essas máquinas e equipamentos, geralmente dimensionadas para atender a produção de grandes ou médias indústrias, são inadequadas para agroindústrias de pequena escala de produção. Em visita realizada por técnicos do BRDE a várias indústrias rurais de natureza familiar do Estado de Santa Catarina, ficou evidenciada essa carência de

equipamentos apropriados, sendo freqüente encontrar-se plantas agroindustriais com uma capacidade instalada muito superior ao volume produzido, com reflexos negativos na produtividade, por implicar custos adicionais de produção. Para contornar essa dificuldade, muitas agroindústrias procuram fazer adaptações nos equipamentos ajustando-os às suas necessidades. Utilizam-se, para isso, do serviço de artesãos locais e, muitas vezes dos serviços dos próprios proprietários e agricultores.

Também de fundamental importância no processo de produção da agroindústria de pequeno porte é o controle de qualidade do produto, sobretudo por se tratar da fabricação de alimentos, tanto àquele relacionado aos atributos ligados à cultura local que lhes conferem uma característica peculiar que os diferenciam frente às preferências dos consumidores, mas também com relação à garantia de qualidade intrínseca do produto, da qual depende a segurança alimentar de quem os consome.

Sabe-se que qualidade requer, acima de tudo, mudança cultural. Todavia, além de necessitarem de investimentos em treinamento em boas práticas de fabricação e outras relacionadas diretamente ao processamento dos produtos, as agroindústrias de pequeno porte apresentam outras limitações que dificultam a adoção de um adequado controle de qualidade aliado aos princípios da produtividade, ou seja, agregação de valor ao menor custo.

Questões relacionadas com o baixo nível de escolaridade do produtor, carência de assistência técnica qualificada, tanto para a instalação da unidade produtora, quanto no processamento do produto, bem como restrições de ordem financeira, fazem com que muitos dos pequenos empreendimentos agroindustriais deixem de realizar um adequado controle no processo de fabricação dos produtos, notadamente sobre os fatores que afetam as características de qualidade.

Por não disporem de instalações de laboratórios para monitoramento da qualidade e não terem acesso às técnicas científicas para a realização das análises requeridas, tanto nas matérias primas quanto no produto acabado, 61% das pequenas agroindústrias catarinense, segundo Oliveira, et al, 1999, deixam de realizar a análise físico-químicas ou microbiológicas dos produtos.

Por outro lado, as exigências legais em relação às instalações e estruturas para o funcionamento de pequenas unidades agroindústrias, aliado ao excesso de taxas e burocracia para o licenciamento do empreendimento, contribui para que as pequenas propriedades permaneçam na informalidade e, conseqüentemente, para a não inspeção dos produtos por elas fabricados. Pesquisa realizada pelo ICEPA (CONCEIÇÃO, 2002), apontou que, em Santa Catarina, 78,7% dos estabelecimentos pesquisados estavam excluídos de qualquer sistema de inspeção, mesmo após a promulgação da Lei nº 10.356, de 10 de janeiro de 1997, que dispunha sobre normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no estado de SC, instituída justamente para permitir que os micros e pequenos estabelecimentos agroindustriais pudessem operar

com equipamentos e instalações economicamente compatíveis com a sua escala de produção.

Também as agroindústrias de pequeno porte organizadas em rede analisadas neste estudo - AGRECO, Instituto SAGA, COOPERPROVE, AJAAR, APACO e ACEPAM -, não obstante situarem-se em diferentes estágios de organização, terem características distintas e já estarem alcançando resultados práticos e efetivos de uma atuação mais cooperada, ainda apresentam, em graus variados, muitos dos problemas vivenciados pelas agroindústrias individuais. No 1º Encontro de Trabalho dos Núcleos Técnicos para implementação do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento e à Consolidação de Redes de Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte de Santa Catarina, realizado em outubro e novembro de 2003, foram apresentados os diversos problemas que persistem, em níveis distintos, nas redes de cooperação de agroindústrias de pequeno porte e que interferem no seu funcionamento. No tocante aos aspectos relacionados com o processo produtivo, os principais pontos enfocados estavam relacionados com:

- A necessidade de sensibilizar o pequeno produtor rural para atuar dentro de um modelo de gestão participativa, baseado no princípio da cooperação e do associativismo, minimizando as ações de caráter individualistas e incentivando a utilização de métodos integrados de planejamento e controle de todo o processo produtivo. Essa visão de gestão integrada precisa iniciar pelo planejamento da produção da matéria-prima, objetivando a melhoria da qualidade e produtividade, assegurando a regularidade do abastecimento da agroindústria para obtenção de escalas. Deve ser buscado também assegurar a melhoria na qualidade do produto fabricado, mediante a definição e observância de padrões de qualidade pertinentes.

Para tanto, é imperioso ampliar as ações de capacitação voltadas para qualificar os agricultores para a gestão do processo produtivo dentro de uma concepção de cooperação e integração, habilitando-os a efetuar o planejamento e o monitoramento das atividades relacionadas com o a produção da matéria-prima - quantidade, qualidade, produtividade e diversidade dentro da cadeia produtiva -, bem como incentivar a utilização de tecnologias de processo e de produto, ambientalmente corretas e apropriadas, obedecendo aos princípios de valorização do produto, da territorialidade, qualidade e segurança alimentar. Para possibilitar o desenvolvimento de competências nos diversos níveis da rede, é fundamental que a ação de capacitação atenda tanto aos integrantes da unidade central de apoio técnico e gerencial, como a cada unidade produtiva que compõe a rede.

- Adequação e atualização tecnológica, onde se inclui a necessidade de dispor-se de uma estrutura de serviços de assistência técnica, laboratorial e de inspeção, adequada às redes, bem como de perfis agroindustriais, tecnologias, instalações e equipamentos adequados às características da pequena agroindústria de natureza rural.

Algumas redes dispõem de um quadro mínimo de técnicos para atender suas necessidades, enquanto outras são totalmente dependentes do poder público. De uma maneira geral, o serviço de assistência técnica (e extensão rural) está sendo prestado pelas estruturas públicas municipais, estaduais e/ou federais, ou ainda por organizações privadas vinculadas aos fabricantes de equipamentos e insumos produtivos. Imprescindível é, pois, assegurar a presença de técnicos junto às unidades produtivas de cada rede, tanto para a assistência técnica quanto para a inspeção sanitária e atividades de pesquisa e desenvolvimento o que, até então, tem se constituído numa tarefa bastante difícil para as redes de pequenas agroindústrias rurais, dada a pouca disponibilidade de técnicos para atender toda a demanda existente no Estado.

Para dar maior competitividade às redes de cooperação, deve ser buscada, através do poder público, a viabilização de instalação de centros de tecnologias e laboratórios regionais para a realização de pesquisa e desenvolvimento, diagnósticos, medições, controles de qualidade. Há necessidade de se buscar, também, viabilizar a implementação de mecanismos oficiais de garantia de qualidade e certificação de produtos oriundos das redes de agroindústria de pequeno porte de natureza familiar.

## 6.3 Comercialização

Os empreendimentos agroindustriais de pequeno porte defrontam-se com o grande desafio de alavancar competência em todas as etapas da cadeia de valor, visando tornar os produtos da agroindústria familiar não somente reconhecidos pelo consumidor como, e principalmente, competitivos nos mercados que pretende atingir.

É sabido que a integração com o mercado é fator determinante para o alcance de resultados, porém, as restrições de ordem estrutural, tecnológica e financeira, entre outras, com que convivem permanentemente as agroindústrias familiares de Santa Catarina, dificultam a adequação das ações no campo produtivo com as de comercialização, fragilizando a competitividade do setor.

Por se tratar de um processo de verticalização da produção, são os próprios proprietários das agroindústrias que produzem e industrializam a matéria-prima e comumente realizam a comercialização diretamente ao consumidor, da forma tradicional, através de feiras organizadas por algumas prefeituras do estado e através do pequeno varejo local etc.

Em regiões onde as agroindústrias familiares já desenvolvem algum tipo de articulação entre si com vistas a uma ação mais cooperada, já se percebe a manifestação de iniciativas organizadas de apoio à comercialização, comumente através de estruturas adequadas para estimular a venda dos produtos. Esses suportes à comercialização estão sendo dados, geralmente, pelas prefeituras e por algumas estruturas locais e regionais, criadas pela sociedade civil organizada, como associações e sindicatos. Através desses suportes, as pequenas agroindústrias rurais

começam a ter acesso, ainda que de uma forma muito tímida, ao comércio varejista e atacadista locais e regionais.

Naquelas agroindústrias estabelecidas em redes, as centrais de apoio técnico e gerencial têm envidado esforços para integrar a produção dos agricultores familiares com as ações da comercialização, focando o atendimento a essas expectativas do consumidor e a competitividade como condição de sobrevivência das pequenas agroindústrias. Para isso, vêm procurando investir na sensibilização do agricultor familiar e na sua capacitação em serviço, com vistas à valorização e à preservação da identidade cultural, com maior atenção à qualidade e à segurança dos alimentos.

Para diferenciar e valorizar seus produtos, as redes estão investindo, também, na certificação. A adoção de selos de qualidade por parte dessas organizações significa, para o consumidor, maior confiabilidade e garantia de que o processo de fabricação de seus produtos segue os princípios do “ecologicamente correto” e “socialmente justo”, além de vincular os produtos típicos específicos da agroindústria familiar com atributos do território em que estão localizados, seu clima e solo, saber-fazer, tradição e cultura. Identifica, também, o processo de produção dessas agroindústrias, artesanal, orgânica etc.

Muito embora todas as associações agroindústrias de pequeno porte de Santa Catarina tenham essa preocupação e estejam desenvolvendo ou planejando a certificação de seus produtos, as que atuam no segmento de produtos orgânicos são as que mais evoluíram no processo. E o caso da AGRECO, por exemplo. Para atender às exigências do mercado quanto ao afastamento dos riscos de fraudes, é exigida a garantia de que o produto esteja isento de contaminação química e de que tenha sido produzido obedecendo a princípios ambientalmente adequados. A necessidade da certificação também decorre das exigências impostas por algumas instituições financeiras oficiais, que a colocam como condição básica para a obtenção de crédito para aplicação na agricultura orgânica.

Também para atingir um patamar de competitividade, ganha importância a atuação das redes de cooperação de Santa Catarina, em torno de um projeto de atuação conjunta, articulada e organizada para alcançar escala e dar eficiência a todo o conjunto. Algumas redes estão procurando desenvolver estratégias de ação conjunta, utilizando-se de diversas formas de complementaridade e compartilhando atividades comuns às agroindústrias associadas como compra de insumos, treinamento de mão-de-obra, comercialização de produtos, marca coletiva, entre outros.

### **6.3.1 Entraves e Potencialidades**

Em todas as experiências analisadas neste estudo verifica-se que o grande desafio com que se deparam as redes de agroindústrias de Santa Catarina, no momento, é o de organizar e integrar as ações de todas as unidades ao longo de toda a sua cadeia produtiva, com vistas ao atendimento às crescentes necessidades e

exigências do consumidor. E, que para isso, indispensável se torna, primeiramente, conscientizar e preparar o agricultor para identificar, quais são essas necessidades atuais e potenciais dos clientes que se pretende atingir, e realizar um planejamento sobre a natureza, quantidade e qualidade da matéria-prima a ser cultivada, sem descuidar dos hábitos identificados com o patrimônio cultural do território e espaço rural.

O consumidor brasileiro cada vez mais bem informado e preocupado com a segurança alimentar, está exigindo produtos de qualidade, optando por marcas locais ou regionais da agricultura familiar que estejam identificadas com as questões ecológicas e sociais, e que estejam associadas, também, à saúde e qualidade de vida do ser humano. Por isso “a simples diferenciação dos produtos da agroindústria familiar, apontada como uma importante estratégia para a inserção e ampliação do espaço no mercado não é, por si só suficiente para assegurar a competitividade dos produtos” (CARNÉLIO, et al, 2003, p. 7).

A certificação de qualidade e procedência do produto é, sem dúvida, um grande fator de competitividade para a empresa de natureza agroindustrial de pequeno porte. Todavia, uma das barreiras para a obtenção da certificação, são os custos do processo que, segundo técnicos da área, ainda são bastante elevados e variam conforme os critérios de análise utilizados pelas certificadoras.

Para reduzir os custos e tornar a certificação mais acessível aos produtores familiares, a Rede Ecovia de Agroecologia, formada por associações de agricultores praticantes do cultivo agroecológico, criou uma espécie de sistema híbrido, chamada “certificação participativa”, cujo conteúdo atende às exigência da IN-007/99, do Ministério da Agricultura. Essa Instrução Normativa estabelece normas para o sistema orgânico de produção agropecuária, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal.

Visando disciplinar as atividades de produção e comercialização dos produtos orgânicos, o governo federal instituiu a Lei nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003. Nela, fica estabelecido que, para a comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

Em Santa Catarina, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, através da Lei nº 12.117, de 7 de janeiro de 2002, criou o sistema de certificação de qualidade e origem, composto por um conjunto de cinco tipos de selos, um para cada tipo de certificação. São eles: Indicação Geográfica Protegida (IGP), Denominação de Origem Controlada (DOC), Produto de Agricultura Orgânica (ORG), Produto de Origem Familiar (FAM) e Certificado de Conformidade (CCO). Até o momento, apenas a AGRECO obteve a certificação para dois de seus produtos – o queijo orgânico colonial e o queijo orgânico temperado. Nas demais redes, a certificação ainda não evoluiu devido às exigências do processo, já que para se obter

um selo de qualidade, segundo a SDA, o produto agrícola ou alimento deve atender a um conjunto de especificações e o agricultor deve cumprir varias formalidades que demandam tempo e esforços significativos na sua consecução.

Outro fator que tem interferido na competitividade das redes analisadas neste estudo é o que diz respeito à logística. Como os produtos dos agricultores familiares envolvidos na atividade de agro-industrialização são, em geral, muito perecíveis, a logística assume, igualmente, vital importância, constituindo-se fator diferencial na competitividade da agroindústria rural. Segundo Altmann et al. (2002), nos negócios agrícolas, os custos ligados à logística podem representar mais de 20% do custo final do produto ao consumidor.

Atualmente, a dificuldade de ordem financeira por que atravessam o agricultor familiar, tornam as empresas muito dependentes de transportadoras contratadas, o que dificulta a comercialização seja em termos de obediência a cronogramas pré-estabelecidos, seja em termos de assegurar a entrega do produto na condição exigida pelo cliente.

Essa ineficiência na logística ainda é mais acentuada quando se considera as dificuldades em termos de sincronização de prazos de entrega ao longo de toda a cadeia produtiva, desde o suprimento dos insumos até a colocação do produto final. Essa ineficiência é decorrente, em grande parte, da necessidade da capacitação do produtor rural no campo da gestão da produção, como também da necessidade de conhecimento e utilização de ferramentas tecnológicas para administrar os fluxos de informações que se estabelecem entre fornecedores e clientes.

Um instrumento que vem, paulatinamente, sendo utilizado pelas redes de agroindústrias de Santa Catarina, é o estabelecimento de parcerias com o poder público nos âmbitos municipal e estadual, para facilitar o acesso dos produtos típicos da agroindústria familiar ao mercado agroalimentar, inclusive institucional. Com o propósito de ampliar as oportunidades de venda, algumas administrações municipais já estão providenciando a instalação de estruturas de comercialização, administradas pelos produtores, para venda direta à população localizada nas periferias das cidades e, portanto, não atendida pelos supermercados.

Estão, também, negociando, com os agentes econômicos, a colocação dos produtos em supermercados e outros pontos de comercialização atacadista e varejista local e regional, bem como, providenciando a instalação de redes regionais de comercialização, através do apoio à implantação de entrepostos de compra e venda de produtos coloniais, ecológicos e artesanais. Outra ação de importância superlativa nessa parceria com o poder público, diz respeito aos esforços que estão sendo empreendidos para a introdução dos produtos fabricados pelas agroindústrias familiares no chamado mercado institucional, ainda tão pouco explorado pelas organizações. Este mercado é composto pelas redes oficiais de ensino e instituições como creches, hospitais, albergues, orfanatos, asilos e presídios, entre outros.

Ações sinérgicas entre o poder público e entre os vários atores sociais, como essas é que, sem dúvida, contribuirão para o desenvolvimento da agroindústria familiar e, por extensão, para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável.

## 6.4 Agroturismo

O agroturismo é uma atividade complementar ao dia-a-dia do trabalhador rural, em que integra seus hábitos, costumes, cultura e modo de vida com o homem urbano, revelando-se assim, não somente como uma nova fonte de renda e novas oportunidades de emprego ao homem do campo, mas também, contribui para o desenvolvimento econômico e social do espaço rural, promove a educação ambiental, a valorização e o resgate das culturas locais.

De acordo com o Levantamento dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural de Santa Catarina, realizado pelo Instituto Cepa em 2002, foram cadastrados 551 estabelecimentos de agroturismo no estado. A atividade de agroturismo foi caracterizada pelo Levantamento a partir das singularidades a seguir: o agricultor deve desenvolver atividades agropecuárias e residir na propriedade; a mão-de-obra familiar deve representar, no mínimo, 50% da mão-de-obra total, no período de maior movimento; a renda agropecuária deve ser, no mínimo, 20% da renda total. (TORESAN, MATTEI e GUZZATTI, 2002)

Os estabelecimentos de agroturismo em Santa Catarina encontram-se situados geograficamente de acordo com a distribuição dos agricultores familiares pelo Estado, de maneira que 28% se encontram no Sul, 27% no Oeste, 25% no Vale do Itajaí, 9% no Norte Catarinense, 6% na região Serrana e 5% na região da Grande Florianópolis. (TORESAN, MATTEI e GUZZATTI, 2002).

Aproveitando as potencialidades que o meio rural catarinense oferece, as redes, em graus diferentes de desenvolvimento, estão trabalhando no desenvolvimento de uma nova mentalidade do empreendedorismo rural que prepara o agricultor familiar para ser um prestador de serviços turísticos no espaço rural, associando modo de vida das famílias às riquezas e tradições gastronômicas e à conservação do patrimônio ambiental e cultural de sua região.

Além de se constituir num importante instrumento para estimular a produção e o desenvolvimento local, esta estratégia tem se revelado também bastante promissora na redução do êxodo rural, pela criação de novas oportunidades de trabalho e renda no campo, com reflexos positivos na economia local.

As atividades de maior destaque entre os estabelecimentos são as de pesque-pague, venda de produtos coloniais, turismo de conhecimento, camping, serviços de alimentação e hospedagem e lazer geral.

A venda de produtos processados nas propriedades rurais apresenta maiores expectativas para o futuro, devido a grande dimensão que os produtos coloniais vem adquirindo tanto em âmbito estadual quanto em âmbito nacional. O público visitante é representado, em maior proporção, por pessoas do próprio local ou da própria região ligada às atividades de pesque-pague e venda de produtos. As atividades que mais atraem os visitantes distantes são as de hospedagem e turismo de conhecimento, sendo que a maior frequência de turistas dá-se aos finais de semana e feriados.

Grande parte das atividades de agroturismo teve seu início em 1997 e encontram-se no período inicial de implantação, sendo fornecidos aproximadamente três serviços por unidade. Quanto à renda total, o agroturismo apresenta uma baixa participação, com no máximo de 20% da renda gerada na propriedade do agricultor familiar. A maior parte da mão-de-obra utilizada na atividade do agroturismo é de membros da família, e a parte contratada geralmente envolve vizinhos e parentes.

### **6.4.1. Entraves e Perspectivas**

A atividade, de modo geral, apresenta dificuldades para se consolidar, seja pela falta de mão-de-obra, seja pela escassez de recursos. A maior parte dos recursos aplicados no turismo rural é de origem própria, sendo uma pequena parcela originada a partir de financiamentos; a falta destes é uma das maiores dificuldades destacadas pelo pequeno agricultor quanto à atividade. Outras dificuldades enfatizadas são a falta de capacitação, treinamento e falta de divulgação.

Diante desta realidade, o Governo Federal instituiu, recentemente, uma linha especial de recurso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esta linha de crédito, cujo montante, nesta primeira etapa é de R\$ 200 milhões, destina-se à implementação de projetos nas propriedades familiares, com financiamentos de até R\$ 27 mil, com taxas de juros de 3% a 7,25% ao ano, para investimentos em pousadas, restaurantes, cafés coloniais e estabelecimentos de pesque-pague, por exemplo.

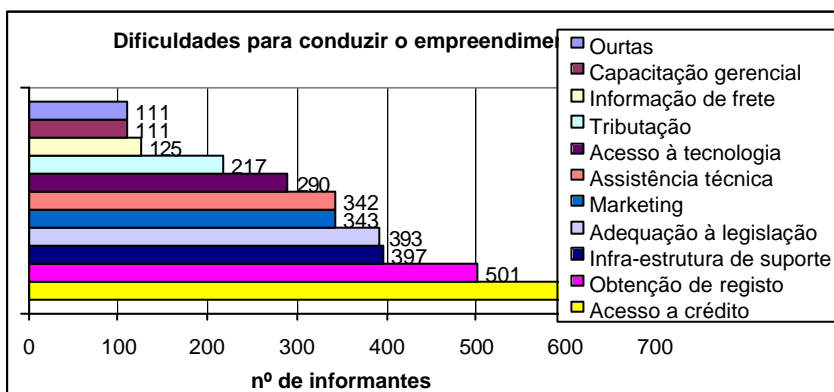
No contexto de apoio às atividades de desenvolvimento à agroindústria de pequeno porte numa perspectiva sustentabilidade do território, o governo federal deu início a um programa que visa à capacitação da mão-de-obra, a melhoria da infraestrutura das propriedades e contribui na divulgação de rotas e circuitos turísticos identificados com o perfil de cada região brasileira. Foi instituída, também, uma rede de articulação nacional para auxiliar no fomento da atividade, denominada Rede Traf (Turismo Rural na Agricultura Familiar), inicialmente instalada em 14 estados, articulando-se com mais de 100 instituições. A rede é coordenada nacionalmente pelo MDA em parceria com o Ministério do Turismo e tem apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

([http://www.incra.gov.br/noticias/news/Ano/2004/mes/Abril/Semana3/16\\_Encontro\\_discute\\_o\\_turismo\\_ruralna\\_agricultura\\_familiar\\_em\\_Florian%F3polis.htm](http://www.incra.gov.br/noticias/news/Ano/2004/mes/Abril/Semana3/16_Encontro_discute_o_turismo_ruralna_agricultura_familiar_em_Florian%F3polis.htm)).

## 6.5 Crédito

Em se tratando de agroindústrias de pequeno porte (consideradas, neste trabalho, como agroindústrias familiares), são evidentes as dificuldades enfrentadas pelos agricultores para implementar ou conduzir seus negócios. Em pesquisa realizada por Conceição<sup>27</sup> *apud* Kalnin (2004), a ocorrência mais citada em relação às dificuldades do setor foi o acesso ao crédito, conforme pode ser visto na figura 7. Outras dificuldades detectadas foram: preços baixos/custo elevado, aspectos ligados à mão-de-obra, problemas relacionados à embalagem, burocracia e aspectos fiscais, dificuldades com equipamentos, problemas de saúde, concorrência com grandes empresas, idade avançada do pessoal, falta de incentivos municipais, custo elevado para utilização de rótulo, falta de subsídios, juros altos, dificuldades para incremento de vendas, instalação adequada para os animais, insuficiência de mercado, custo e obtenção de frete.

Figura 24 – Dificuldades para Conduzir o Empreendimento



Fonte: Conceição *apud* Kalnin (2004)

A escassez de recursos financeiros apontados como um dos fatores que dificultam a competitividade dos empreendimentos agrícolas de pequeno porte já vem sendo registrada há muito tempo. A política de crédito rural subsidiado implantada pelo Governo Federal na década de 70, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), provocou uma concentração na oferta de crédito rurais, beneficiando os grandes produtores, sobretudo, os que se dedicavam às culturas voltadas à exportação.

<sup>27</sup> Conceição (2002) através do Instituto Cepa de SC, com a ajuda da FETAESC e o PRONAF, coordenou uma pesquisa com o intuito de caracterizar o segmento de Agroindústria Familiar, nas principais microrregiões do estado de Santa Catarina.

O uso intensivo desse instrumento financeiro, de um lado, trouxe um crescimento e uma modernização sem precedentes para a agricultura brasileira, mas, por outro lado, mostrou-se deficiente no aspecto distributivo, elevando a concentração da estrutura produtiva e agravando, ainda mais, as desigualdades sociais no País. (PESSOA, 2004)

Até 1993, não existia o conceito de agricultura familiar no Brasil. Para efeito de obtenção de empréstimos, o agricultor familiar era enquadrado como “mini-produtor” e competia com os demais produtores rurais a mesma fatia de recursos, sendo submetido às mesmas exigências bancária formatadas para atender o médio e grande produtor rural.

Para contornar essa situação, em 1994, o governo federal criou o PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural operacionalizado pelo BNDES que, após dois anos, passou a denominar-se PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, destinado a conceder “apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família” (BELIK, 2004).

A partir de outubro de 1996, o Banco Central do Brasil promove uma mudança nos procedimentos do PRONAF, ampliando o público beneficiário e os limites dos recursos e, ao mesmo tempo, incluindo as associações de produtores e cooperativas como beneficiárias do crédito.

As exigências para obtenção do crédito podem variar de acordo com a instituição financeira concedente dos recursos, mas de uma maneira geral, entre as exigências, incluem-se: a idoneidade do tomador; a apresentação de um plano ou projeto com orçamento de execução; adequação dos recursos; observância do cronograma de utilização e reembolso dos recursos; demonstração da capacidade de execução do projeto e de pagamento por parte dos tomadores; e fiscalização por parte do financiador.

As garantias são definidas pela instituição financiadora em conjunto com o tomador do crédito. Em geral são constituídas de penhor agrícola, pecuário, mercantil ou cedular; alienação fiduciária; hipoteca comum ou cedular; aval ou fiança; ou qualquer outro bem permitido pelo Conselho Monetário Nacional.

Reconhecendo o papel destacado do crédito na viabilização do desenvolvimento do setor agroindustrial familiar e conhecendo profundamente a realidade do agricultor no que tange às dificuldades de acesso ao crédito, as instituições financeiras vêm procurando desenvolver novos mecanismos para repasse de recursos, utilizando-se do sistema de Convênios com as Cooperativas de Créditos Rural.

Estas parcerias regionais permitem aos bancos de desenvolvimento, em especial ao BRDE, contornar uma das grandes limitações, que é a distância geográfica, para o cumprimento de sua missão de promover o desenvolvimento local e regional. A atuação conjunta com as Cooperativas de Crédito Rural além de facilitar o acesso do pequeno agricultor aos recursos que o BRDE opera, permite, também,

uma redução do risco e do custo da operação de financiamento, uma vez que a Cooperativa promove uma melhor seleção dos participantes, define previamente as garantias, realiza atividades como preenchimentos de formulários, cadastros, efetua pré-análise de projetos etc.

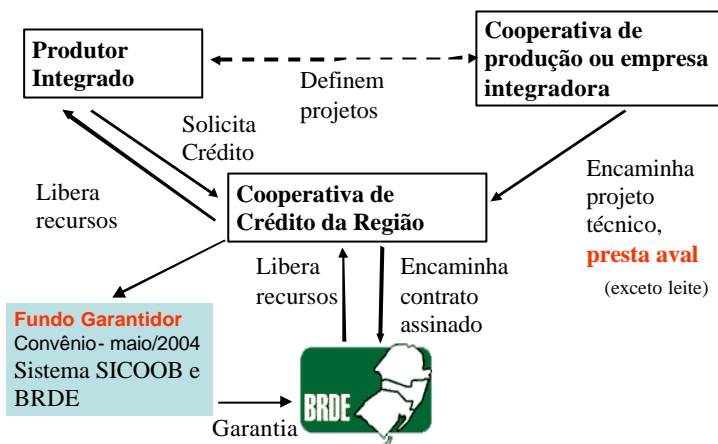
Os recursos do PRONAF são o principal instrumento de intervenção para o financiamento da agricultura familiar, sendo que os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva ou grupal.

Mas a operação via cooperativas de crédito tem se dado mais nos financiamentos ao produtor rural e não às pequenas agroindústrias. Isso se explica pelo fato do produtor rural normalmente estar integrado a uma grande cooperativa ou a uma grande agroindústria. O BRDE, por exemplo, nos financiamentos aos integrados produtores de suínos ou aves, confia à cooperativa de crédito toda a operação, mas exige o aval da integradora. Ora, para a pequena agroindústria, não há uma cooperativa de produção de porte, sobre ela. E, mesmo que exista uma linha do PRONAF agro-industrial específica para redes de empresas, ela ainda é muito pouco utilizada.

Recentemente, o BRDE assinou convênio com a SICOOB, em que esta se compromete a criar um fundo de aval, para dar suporte aos produtores rurais de atividades não afetas à integração, como produção de frutas, legumes, ou mesmo bovinos, por exemplo. Seria um modelo aproximado ao das cooperativas de garantia de crédito italianas, só que o papel seria aqui cumprido pelas cooperativas de crédito, já que não há legislação prevendo cooperativas de garantia de crédito no Brasil. (figura 26)

Figura 25 – Esquema operacional do convênio BRDE/SICOOB em Santa Catarina

## BRDE: Atuação no setor primário - até R\$ 100.000



É possível que essa seja a solução para as pequenas agroindústrias. Mas, antes de tudo, é necessário que elas estejam inseridas no sistema de cooperativas de crédito.

Das redes de agroindústrias estudadas, a AGRECO e a ACEPAM possuem apoio de cooperativas de crédito locais (Credicolônia e Credinorte, respectivamente).

### 6.5.1. Entraves e Perspectivas

Não obstante as mudanças introduzidas no Crédito Rural Brasileiro para atender as necessidades do pequeno agricultor familiar, a sistemática utilizada não cobre, ainda, todas as especificidades do setor. De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, “o atual sistema financeiro fundamentado nas redes bancárias, ainda não atende as necessidades de financiamento da agricultura familiar”.

Segundo o referido Conselho,

“a lógica rígida do sistema financeiro não constitui molde adequado para elaborar política de crédito rural, onde os Bancos estão desenhados para atender médios e grandes projetos. A cultura institucional não é adequada para análise e promoção de contratos de crédito da agricultura familiar, dado sua especificidade (projetos agroecológicos, ambientais,



investimentos, micro financiamento, e outras)". (Pressupostos e diretrizes para o estabelecimento de uma política de crédito rural, 2004).

Além disso, devido à legislação<sup>28</sup> garantir a posse e propriedade de imóveis com área inferior ao módulo fiscal/rural do município ao produtor rural, as instituições financeiras não podem aceitar imóveis dentro destas características como garantias ao crédito solicitado, que em grande parte das situações acaba inviabilizando os recursos ao pequeno produtor.

Dos 4,1 milhões de estabelecimentos familiares existentes no Brasil, apenas 23% acessaram financiamentos no sistema bancário nos últimos três anos. (TOSCANO, 2003). Isso porque o agricultor familiar não tem por hábito utilizar o crédito bancário, seja por receio de procurar o banco, enfrentar sua burocracia e tornar-se dependente dos custos financeiros, considerados elevados para os seus padrões, seja por não estar apto a atender às exigências necessárias para se habilitar ao crédito. Isso leva, freqüentemente, o pequeno produtor a ser dependente do crédito informal, em geral oferecido por agiotas, comerciantes e até vizinhos, parentes e amigos, muitas vezes, pagando juros superiores aos praticados pelos bancos oficiais.

Devido à inadequação do modelo de crédito agrícola brasileiro às características e necessidades do agronegócio de natureza familiar, no início dos anos noventa, organizações não governamentais (ONGs) e entidades representativas da agricultura familiar de Santa Catarina, instituíram o cooperativismo de crédito rural, fundamentado em amplas discussões que se estabeleceram no âmbito do "Programa de Promoção do Cooperativismo de Crédito Rural", criado pelo CEPAGRO, com o objetivo de transformar as cooperativas de crédito numa alternativa de apoio creditício para os agricultores familiares.

Criadas para atuar em consonância com a realidade dos produtores rurais de pequeno porte, as chamadas "credis alternativas", prestam quase todos os tipos de serviços financeiros que os bancos comumente oferecem, alguns de forma gratuita outros mediante cobrança de tarifas inferiores àquelas usualmente cobradas pelo sistema bancário. Os recursos advindos da prestação de serviços são aplicados na região e algumas vezes transformados em linhas de crédito, desenhadas de acordo com o perfil e necessidades dos pequenos agricultores.

Muito embora a operacionalização do crédito obedeça à regulamentação definida pelo Banco Central, a proximidade com o agricultor familiar permite o estabelecimento de uma relação de confiança que agiliza a operacionalização do crédito e reduz, significativamente, as exigências burocráticas que dificultam o processo de aprovação da operação.

---

<sup>28</sup> Constituição Federal, Artigo 5º, Inciso XXVI – "a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento".

Contribui, ainda, para essa agilização o fato de a Cooperativa de Crédito fazer parte da estrutura local e o tomador de recurso pertencer ao seu quadro de associados. Considere-se, também, que o Comitê de Crédito, sendo composto por membros das entidades representativas dos agricultores e movimentos sociais das várias comunidades e instituições representativas da região, conhece o tomador e fornece informações fidedignas sobre ele, facilitando, sobremaneira, o processo decisório e reduzindo o risco de inadimplência.

Para as operações de investimento fixo, essas cooperativas de crédito podem constituir fundos de aval, como o sistema SICOOB-SC e operacionalizar recursos de outros bancos, como os do BRDE. Há ainda, em prazo mais remoto, a alternativa de regulamentar as cooperativas de garantia de crédito.

## **6.6 Conclusões**

Como ficou evidenciado na análise da cadeia produtiva, as redes de agroindústrias rurais de pequeno porte de Santa Catarina vivem situações distintas tanto em termos de dificuldades que se interpõem ao fortalecimento e ampliação de suas atividades, como, e principalmente, em termos de possibilidades e potencialidades existentes para se tornarem cada vez mais competitivas no mercado onde atuam.

A evolução, paulatina, para uma atuação cooperada, baseada na força das alianças e parcerias é mais uma oportunidade concreta e viável que vai se firmando, como exemplo de mais uma entre as muitas conquistas já alcançadas pelos próprios agricultores familiares na sua luta pela sobrevivência no mercado e na promoção e desenvolvimento do território rural no qual estão inseridos.

Figura 26 – Cadeia de valor das Agroindústrias de Pequeno Porte

|                               |   |   |   |   |
|-------------------------------|---|---|---|---|
| <p><i>Infra-estrutura</i></p> | <p><i>Gestão</i><br/><i>Capacitação</i><br/><i>Parcerias</i><br/><i>Credito</i></p> |   |   |   |
| <p><i>Operação</i></p>        | <p><b><u>P e D:</u></b><br/><br/>-Pesquisa de novos produtos<br/>-Informação</p>    | <p><b><u>Produção Rural:</u></b><br/>Técnicas e logísticas dos insumos.</p> | <p><b><u>Produção industrial</u></b><br/>Técnicas Equipamentos Planejamento/ Controle Logística dos Produtos Inspeção</p> | <p><b><u>Produção Marketing:</u></b><br/>-Atualização Setorial<br/>-Promoção<br/>-Marca<br/>-Vendas<br/>--Atendimento<br/>-Assistência<br/>-Turismo</p> |

Fonte: adaptado de Casarotto e Pires (2001)

De uma maneira geral, utilizando-se do modelo indicado acima para avaliar o grau de maturação das empresas para uma atuação em rede, adaptado para a realidade das agroindústrias de Santa Catarina, pode-se concluir que, o fato de as pequenas agroindústrias estarem interligadas entre si por meio de uma unidade central de apoio técnico e gerencial vem, aos poucos, favorecendo a disseminação do princípio da cooperação, assim como a articulação e a integração entre os vários participantes das redes, seja entre os próprios produtores rurais, seja entre os setores que compõem a cadeia produtiva, agentes econômicos e poder público, o que acaba por se constituir num diferencial competitivo para essas organizações.

Em relação às funções que desempenham ao longo da cadeia de valor, as redes estão gradativamente adotando um modelo de gestão da produção, que associa o saber fazer dos agricultores com o desenvolvimento rural sustentável e solidário do território, numa perspectiva de diferenciação de produtos e agregação de valor.

Respeitados os estágios em que cada rede se encontra, já estão procurando desenvolver um sistema de planejamento integrado de todo o processo produtivo, onde se inclui o planejamento da produção da matéria-prima, o planejamento e controle dos estoques, aliando os princípios da qualidade e da agregação de valor.

Todavia, a carência de recursos aliado ao baixo grau de escolaridade e a outras limitações como falta de capacitação, dificuldades de acesso a técnicas de

gerenciamento e produção, se constituem em dificuldades concretas que acabam interferindo negativamente na forma de operar e gerir a agroindústria e que refletem na eficiência do sistema.

O esforço de integração que começa a permear as relações que se estabelecem entre as diversas agroindústrias está, aos poucos, contribuindo para a economicidade e eficiência dos processos de produção e para a obtenção de escalas para conquistar mercados, além de ampliar o poder de negociação do conjunto de produtores envolvidos. Atividades como compra de insumos, treinamento de mão-de-obra, serviços de logística, produção e comercialização de produtos, marca coletiva, entre outros, já estão gradativamente sendo introduzidas e praticadas de forma compartilhada por algumas redes, com o intuito de permitir a otimização de custos, ganhos mútuos e maior efetividade a toda a cadeia na qual estão inseridas.

Mas, se por um lado muito se progrediu através das várias iniciativas e esforços de cooperação, por outro, são grandes as dificuldades ainda existentes, sobretudo nas áreas ligadas à comercialização, produção (especialmente a inspeção) e crédito. As dificuldades encontradas estão justamente no desempenho daquelas funções mais especializadas e que requerem habilidades e equipamentos até então não acessíveis às empresas, devido ao seu atual estágio evolutivo. Isso dá uma indicação dos espaços ainda existentes para que as redes ganhem competitividade, utilizando-se de parcerias, mecanismos e potencialidades locais/regionais para o desempenho de funções mais especializadas. Entre elas, pode-se apontar: as funções de gestão, aí incluídos a gestão da qualidade, a gestão dos recursos humanos e a captação de recursos financeiros em condições favoráveis à realidade e porte das empresas; as funções mercadológicas, onde se incluem a venda, o marketing propriamente dito e a logística de distribuição; as funções intermediárias na cadeia de valor, como o compartilhamento da produção com o aproveitamento da capacidade instalada do conjunto de agroindústrias da rede e, também, o *Know-how* e a divisão de riscos no desenvolvimento de novos processos (Casarotto e Pires, 2001).

Pelas possibilidades apontadas, percebe-se que há muitos espaços para o estabelecimento de cooperações pelas agroindústrias de pequeno porte, onde as centrais de apoio técnico e gerencial das redes existentes têm um papel fundamental no processo de articulação e de integração das ações sinérgicas entre o poder público e os vários atores sociais, com vistas à ampliação e consolidação das experiências de Santa Catarina, que já são referências nacionais e que, por extensão, contribuirão para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

## 7 LEGISLAÇÃO

Como se tem observado, pelos diversos estudos realizados no âmbito da pequena propriedade agroindustrial, a agroindústria de pequeno porte tem o seu desenvolvimento obstado por um ambiente institucional que lhe é desfavorável por desconsiderar as suas peculiaridades. Segundo Barros *apud* ALTMANN et al. (2002), compõem este ambiente leis de caráter previdenciário, comercial, tributário, civil, sanitário (vide apêndice A). Foram identificados os seguintes entraves<sup>29</sup>:

### 7.1 Legislação Previdenciária

Os agricultores familiares são enquadrados na previdência social pelas leis nº 8212/91, que trata da organização e custeio da seguridade social e nº 8213/91, que trata dos planos de benefício da previdência social. O agricultor familiar é enquadrado como segurado especial, sendo definido como aquele produtor que trabalha apenas com a família, exclusivamente na produção agropecuária, sem utilização de empregados remunerados. O art. 25, incisos I e II da lei nº 8212/91 determinam que os segurados especiais com 2,2% sobre a receita bruta da produção comercializada. O parágrafo 3 do mesmo artigo especifica os tipos de produção sobre os quais incide a contribuição. Ocorre que os exemplos descritos pela lei se referem ao beneficiamento e não à transformação agroindustrial.

Uma agroindústria, não importando o seu porte, assume deveres previdenciários, dentre os quais se des tacam:

- Caso tenha empregados, deverá contribuir com 20% do total da folha de pagamento, mais 2% ou 3% da folha para cobertura de acidentes de trabalho de acordo com a atividade desenvolvida;
- Contribuição de 3% sobre o faturamento mensal da receita bruta das vendas de mercadorias, caso os produtos comercializados não se enquadrem como produção agropecuária (lei 9718/98 art. 8º);
- A micro ou pequena empresa pode optar pelo SIMPLES para o pagamento dessas contribuições.

Portanto, a perda da condição de segurado especial implica que todos os membros de uma família de agricultores passam a ser considerados empregadores rurais.

---

<sup>29</sup> Segundo Ludmila Caminha Barros (Consultora PRONAF/PNUD), no Anexo II do documento: Perspectivas para a Agricultura Familiar: horizonte 2010, de ALTMANN et al., Florianópolis: ICEPA, 2002.

## 7.2 Legislação de Inspeção Sanitária

O MS, na portaria nº 1248/93 aprovou o Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos, as Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos e o Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade para Serviços e Produtos na Área de Alimentos. A portaria nº 326/97 aprova o Regulamento Técnico “Condições Higiênicas Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos”. O exame destes regulamentos mostra que estes têm seu foco na higiene e sanidade, em todas as fases da produção e na comercialização das matérias-primas, processos produtivos, pessoal envolvido e produtos obtidos.

A legislação sanitária de produtos de origem animal data da década de 1950 e, apesar das modificações recebidas, ainda mantém seu foco nas instalações, relegando aspectos fundamentais referentes à qualidade de matéria-prima.

Dos projetos de lei sobre inspeção sanitária em tramitação no Congresso Nacional, dois se destacam:

- (nº 4908-A/1999) modifica a lei nº 1283/50, permitindo às Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos municípios realizar fiscalização nos estabelecimentos que façam comércio municipal ou intermunicipal. Este dispositivo determina ainda que as instalações, construções e equipamentos do empreendimento tenham estabelecidos em regulamento federal critérios que respeitem a capacidade produtiva do estabelecimento e o ramo de atividade.
- (nº 3428-A/1997) define produção artesanal de açoado com a escala produtiva, estabelece os documentos necessários para registro do estabelecimento e critérios mínimos a serem observados quanto à construção, equipamentos e higiene.

## 7.3 Formas de Instituição da Agroindústria

Como pessoa física, o agricultor familiar não pode registrar e comercializar produtos usando a Nota de Produtor Rural. Se o agricultor familiar constituir uma microempresa, incorre nos seguintes problemas: perde a condição de segurado especial; em caso de venda indireta, a microempresa não recolhe ICMS (tributo de competência do Estado), quem recolhe é o agente da venda, o que pode implicar no repasse do custo do tributo ao preço final, tornando o produto menos competitivo ou reduzindo a margem de lucro do produtor. Outro problema com a microempresa é o limite de receita bruta anual.



---

Caso o agricultor familiar reúna um grupo interessado em instituir uma cooperativa, as dificuldades para registro e à exigência mínima de vinte produtores para formação de uma cooperativa.

As associações de produtores têm por empecilho o fato de terem natureza civil e não comercial, o que as impede de beneficiar/processar produtos e comercializá-los, além de implicar na perda da condição de segurado especial para o agricultor familiar. A organização em forma e condomínio também é de natureza civil. Além disso, o condomínio se aplica apenas à garantia da posse comum de bens, sem implicar personalidade jurídica. As formas de tributação variam de acordo com as formas de registro referidas.

Como conclusão verifica-se que há necessidade de se regulamentar empresas consorciadas ou cooperativas de indústrias. Esses tipos de figuras jurídicas são comuns na Itália, onde existem a SCRL – Sociedade Consorciada de Responsabilidade Limitada, ou ainda as cooperativas de pessoas jurídicas, ambas com classe benefícios fiscais e burocráticos.

## 8 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR

Este estudo está direcionado para o entendimento, em conformidade com o Altmann et al. (2002), de que o desenvolvimento da agricultura familiar em Santa Catarina dependerá, no futuro próximo, sobretudo, da sinergia entre o Estado e os demais atores sociais para assegurar sua competitividade. Ou seja,

A complexidade da economia na era da globalização dos mercados e o dinamismo do progresso tecnológico exigem que os agricultores organizem seus negócios em redes de cooperação tecnológica, buscando uma síntese entre competição e cooperação. Os governos, por sua vez, precisam assumir um ativo papel no processo, gerando estímulos, orientando e coordenando ações locais focadas no mercado nacional e mundial. (ALTMANN et al., 2002, p.7)

Segundo o Instituto Alemão de Desenvolvimento – IAD, *apud* Altmann et al. (2002), os países mais competitivos, atualmente, são os que trabalham ativamente para criar vantagens de localização e competitividade, e não mais aqueles que apostam unicamente na competitividade de empresas que operam isoladamente, num contexto de livre comércio incondicional e com um Estado que se limita a regulamentar e monitorar a economia. Isso significa desenvolver competências para organizar processos rápidos e efetivos de aprendizagem e de tomada de decisões, para que se dê conta das novas exigências do mercado.

Com base nesse princípio, ao nível da economia nacional, o novo padrão competitivo deve ser acompanhado de políticas públicas dinâmicas, dirigidas a aglutinar o saber-fazer empresarial, a pesquisa e desenvolvimento e a administração pública. O Estado, por outro lado, deve assumir o papel de agente estimulador, orientando e coordenando ações na busca da competitividade sistêmica.

Assim, exigir dos poderes públicos a implementação de políticas e estratégias de médio e longo prazos, objetivando criar um ambiente favorável à sua inserção no mercado nacional e internacional, é resultado da capacidade de organização dos atores produtivos.

Conforme estudo apresentado pelo ICEPA (ALTMANN et al., 2002, p.19), no que se refere à internacionalização dos mercados,

o livre mercado é (...) uma falácia. A globalização está, na prática, levando à oligopolização da economia, contribuindo para a ampliação do fosso entre ricos e pobres, no seio de países e entre países, inviabilizando a agricultura familiar nas nações que abriram indiscriminadamente suas fronteiras sem definir políticas agrícolas consistentes com a realidade socioeconômica destes produtores.

Ainda conforme o Altmann et al. (2002, p. 21), “no cenário internacional, os indícios são de poucas mudanças favoráveis à agricultura familiar.” E, ainda, que “é pouco provável que este contexto sofra grandes alterações ou que o Brasil possa implementar políticas compensatórias, capazes de assegurar e restaurar a competitividade à agricultura familiar.”

Por outro lado, vislumbra-se um novo paradigma, no qual estejam protegidas as diversidades biológicas e culturais, os esforços para regenerar a biosfera, revitalizar os campos e humanizar as cidades.

E, como estratégia, a oportunidade é de conquista dos mercados internos de forma organizada. Segundo Altmann et al. (2002, p. 22), os pequenos produtores familiares de Santa Catarina devem

apostar forte na conquista do mercado nacional e direcionar seus esforços para atividades de alta densidade econômica que possibilitem agregação de valor e de renda, tais como os produtos típicos (produtos ou alimentos locais ou de território, com tecnologia artesanal, estreitamente vinculados à cultura e às condições edafoclimáticas regionais), os alimentos orgânicos, as ervas medicinais e as essências aromáticas, entre outros.

Uma oportunidade surgida em meados dos anos 70, de grande importância estratégica para o agronegócio catarinense, foi o destaque para o conceito de segurança alimentar<sup>30</sup>, que veio provocar estímulos à utilização de sistemas de controle de qualidade, como as normas ISO, HACCP, a certificação de produtos ligados ao território.

Na União Européia, já existem os selos de qualidade certificando as Denominações de Origem Controlada - DOC -, as Indicações Geográficas Protegidas - IGP - e os produtos da Agricultura Biológica, exemplos das estratégias adotadas para obter o reconhecimento internacional para a qualidade de seus produtos agrícolas e alimentares, através da diferenciação e da vinculação com atributos do território (clima, solo, saber-fazer, tradição e cultura) ou de modos de produção específicos (agricultura biológica, p. ex.).

De acordo com Altmann et al. (2002),

A crescente preocupação com a saúde, por parte dos consumidores em todo o mundo que progressivamente se

---

<sup>30</sup> Segurança alimentar e nutricional significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. (Definição construída por representantes do governo e da sociedade civil por ocasião da elaboração do documento brasileiro para a Cúpula Mundial de Alimentação.) Altmann (2002).

consolida com a divulgação de novos avanços no campo das ciências, da medicina e da nutrição), deverá, pouco a pouco, provocar uma mudança no modelo de consumo alimentar. Por consequência, induzirá a alterações nos modelos de produção agrícola fundamentados no adensamento dos cultivos ou criações, na produção em grande escala e no uso indiscriminado de produtos que colocam em risco a saúde humana (pesticidas, resíduos animais e outros produtos de síntese química).

Considerando certa esta tendência, a estratégia mais apropriada a ser seguida pelos pequenos produtores rurais de Santa Catarina, dadas suas características locais (relevo acidentado, pequeno tamanho das unidades de produção, produtores receptivos a mudanças tecnológicas, diversidade de microclimas), condições razoáveis de infra-estrutura física e logística, existência de universidades e centros de pesquisa de boa qualidade - atributos favoráveis à competitividade do produtor familiar -, é buscar, junto aos setores públicos e privado, apoio para a criação de um ambiente favorável à competitividade e à redução dos riscos de segurança alimentar.

Por fim, deve-se observar a implementação de políticas de desenvolvimento do espaço rural enquadráveis no conceito de multifuncionalidade<sup>31</sup>, em que sejam preservados o papel cultural e histórico de ocupação do espaço, a manutenção da paisagem e a contribuição da agricultura na geração de emprego.

## **8.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**

As políticas públicas voltadas à agricultura familiar surgiram, no Brasil, a partir de meados da década de 90, em decorrência do contexto macroeconômico da reforma do Estado, marcado pela crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais.

De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar, aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares; responsáveis por cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária. São 13,8 milhões de pessoas em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.<sup>32</sup>

Na promoção do desenvolvimento, cabe ao Estado organizar ações com intenção explícita de induzir a formação de capital social (construção de relações

---

<sup>31</sup> Refere-se ao fato de uma atividade econômica poder apresentar como resultante múltiplos produtos ou serviços, e, assim, poder contribuir para diversos objetivos da sociedade ao mesmo tempo (é um conceito focado na atividade e não no uso dos fatores de produção). ICEPA (2002)

<sup>32</sup> Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp07.htm> Acesso em: 18/05/2004.

sociais entre os agricultores familiares, entre estes e outros espaços sociais fora dos seus municípios e entre estes agricultores familiares e o poder público municipal) e definir estratégias operacionais que assumam tal intenção, especialmente nos territórios mais marginalizados, social e economicamente<sup>33</sup>.

Em decorrência da necessidade de atuação específica para o desenvolvimento do setor agrícola familiar<sup>34</sup>, o governo criou o Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF em 1996.

---

<sup>33</sup> Id. Ibid.

<sup>34</sup> Nos anos sessenta, a agricultura brasileira, para atender aos interesses do processo modelo desenvolvimentista baseado na industrialização, passa a modernizar-se de forma conservadora, baseada nos princípios da revolução verde (caracterizada pela adoção intensiva de tecnologias). A política agrícola desse período passa a destinar-se a: liberar mão-de-obra (êxodo rural) para formar o exército industrial de reserva, necessário para o crescimento industrial; produzir alimentos baratos para a população urbana o que necessitava de baixos salários; produzir matérias-primas para a indústria processadora, incentivando a agroindustrialização; produzir excedentes exportáveis para cumprir os compromissos internacionais e adquirir máquinas, equipamentos e insumos para a indústria nascente.

Esse processo de modernização contou com três instrumentos principais: 1) a pesquisa agropecuária; 2) a assistência técnica e a extensão rural; e 3) o crédito rural. Esses três elementos possuíam estreita articulação.

1. A pesquisa agrícola voltou-se para apoiar o modelo desenvolvimentista. Dessa forma os produtos selecionados para pesquisa eram selecionados a partir da produção de divisas, o abastecimento interno entre outros. Esse modelo de pesquisa determinava um modelo concentrado de pesquisa em somente alguns poucos produtos. Esse modelo prevalece até os anos oitenta.
2. A assistência técnica e extensão rural tinham então o objetivo de fazer a ponte entre a pesquisa e os agricultores, adaptando a tecnologia e levando até os produtores. No entanto, ambas eram organizadas de forma centralizadora o que permitia pouca adaptação à realidade local, desconsiderando assim as necessidades da agricultura familiar. Nos anos oitenta, o Estado praticamente abandona a assistência técnica pública que entra em decadência, ao passo que a assistência técnica privada se fortalece. Esse modelo prevalece até os dias atuais.
3. O crédito rural tinha por objetivo viabilizar financeiramente os pacotes tecnológicos validados pela pesquisa e difundidos pela assistência técnica, voltando se assim para a modernização tecnológica. A liberação dos recursos era vinculada a condições pré-fixadas, formando pacotes tecnológicos que incluíam a utilização de insumos químicos, sementes melhoradas entre outros visando à produção em escala.

Assim, esse modelo agrícola privilegiou as regiões mais desenvolvidas e os produtos mais dinâmicos economicamente, voltados para a exportação. Além de privilegiar os grandes e médios produtores que tinham escala. Assim, a população rural que era cerca de 55% da população total em 1960, passou a 32% em 1980.

Nos anos oitenta, o modelo agrícola entra em crise, reflexo da crise econômica. O Brasil enfrenta altas taxas de juros, hiperinflação, recuo dos preços das commodities no mercado externo e ainda o segundo choque do petróleo em 1979. Nesse contexto, o governo reduz drasticamente os subsídios à agricultura, tornando o crédito mais seletivo, voltado para os produtores integrados ao mercado e modernizados, processo este que aumentou ainda mais o



O PRONAF recebeu, em 2003, investimentos da ordem de R\$ 3,8 bilhões. Foram assinados 1,147 milhão de contratos, com aumento tanto das operações de custeio (crédito para manutenção das atividades desenvolvidas na propriedade), quanto de investimento (destinada à aquisição de equipamentos ou construção de benfeitorias geradoras de renda)<sup>35</sup>.

O maior impacto das ações do PRONAF, como política pública de emprego e renda, está na sua capacidade de preservar e manter ocupações na área rural. De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, cada operação de financiamento de crédito do programa garante a manutenção de três empregos e a geração de 0,58 ocupações. Ou seja, somente em 2003, o PRONAF gerou 638 mil novos empregos no campo e garantiu a manutenção de outros 3,3 milhões. Para 2004, a estimativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário é que o programa crie 812 mil empregos na área rural.<sup>36</sup>

Para a safra de 2003-2004, o governo disponibilizou para o setor R\$ 5,4 bilhões, permitindo elevar em 40% o número de contratos do PRONAF.

A agricultura familiar, por sua dimensão social, cultural e ambiental, representa grande potencial no projeto econômico do país. De cada dez trabalhadores do campo, cerca de oito estão ocupados em atividades familiares. Quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária vêm da agricultura familiar, valor que deve alcançar cerca de R\$ 57 bilhões em 2004.

No âmbito financeiro, destinaram-se R\$ 7 bilhões para o financiamento do Plano Safra 2004/2005, com um aumento de mais de 29% no volume de recursos em relação ao plano de safra passado. Do valor total disponibilizado, serão aplicados aproximadamente R\$ 2,5 bilhões em operações de investimentos, com objetivo de apoiar as diferentes agroindústrias, cooperativas e associações dos agricultores familiares.

São investimentos em tecnologia, para que os agricultores familiares possam participar das outras etapas da cadeia produtiva, como agroindustrialização e

---

êxodo rural, concentrando ainda mais a posse da terra. Em 1991, a população rural estava em cerca de 24% da população total. Atualmente esse percentual está em cerca de 17%.

Nos anos noventa, inaugura-se a fase neoliberal: desregulamentação dos mercados; abertura comercial (com a justificativa de elevar a concorrência e assim reduzir preços através da entrada de importados); reestruturação produtiva; e afastamento do Estado da coordenação da economia. (SOUZA, Raquel. História da Brasil. Seminário: Modelos de desenvolvimento da agricultura familiar e políticas agrícolas nacionais e internacionais. Disponível em: <http://www.coordinationsud.org/abong/actus/por/cr%20seminario%20adfam%20nov.doc>. Acesso em: 18/05/2004).

<sup>35</sup> Disponível em:

<http://www.funcamp.unicamp.br/espacofuncamp/noticia/noticiasLer.asp?noticia=2185>

Acesso em: 16/03/2004

<sup>36</sup> Id. Ibid.



distribuição no mercado. O objetivo é incentivar cada vez mais os agricultores familiares a participarem do processo de transformação do que produzem para que possam agregar valor à produção e, com isso, ampliar a renda.

Foi criada a linha especial Pronaf Custeio para Agroindústria Familiar, que visa contemplar os agricultores isolados ou que já estão unidos em associações e que precisam de recursos para alavancar a produção. Até o momento, os agricultores podiam pegar financiamentos para montar uma agroindústria, mas não havia nenhum tipo de crédito voltado para a manutenção ou mesmo ampliação da produção. Por isso, muitas agroindústrias se viam com problemas para adquirir insumos básicos, como sacolas, rótulos, embalagens e outros itens fundamentais na industrialização dos alimentos. O teto de financiamento desta linha será de R\$ 5 mil para cada agricultor (plano individual) ou de R\$ 150 mil no plano coletivo.

O Plano Safra 2004/2005 também pretende fortalecer o cooperativismo de crédito entre os agricultores familiares, com a criação de uma linha de financiamento específica para ampliar a participação das cooperativas de crédito na liberação de recursos do PRONAF aos produtores familiares. Cada agricultor terá direito a financiar até R\$ 500 para ampliar sua participação (cota) nas cooperativas de crédito e ampliar o teto de financiamento a que tem direito. Isso porque, com o aumento de participação dos associados, as cooperativas passam a ampliar seu capital social e com um capital social maior as cooperativas podem captar mais recursos junto aos agentes financeiros.

A assistência técnica também passa a ter papel decisivo em todo o processo de fortalecimento da agricultura familiar brasileira. Para dar sustentabilidade a este projeto, o Governo criou uma nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural que irá redefinir os parâmetros de como a informação e tecnologia de qualidade chegarão aos agricultores familiares.

No Plano Safra 2004/2005, os agricultores familiares também passam a ter o direito de contrair empréstimos de recursos que não estão ligados ao PRONAF sem perder o direito de utilizar as linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Até agora, qualquer produtor familiar que buscasse financiamento fora do PRONAF perdia o direito de acessar as linhas de crédito do Programa.

De acordo com documento publicado pelo Ministério da Agricultura – Plano Safra 2003-2004, a agricultura familiar, na década de 90, foi o segmento que mais cresceu (3,79% ao ano). O bom desempenho ocorreu mesmo em condições adversas para o setor que, no período, sofreu uma queda de 4,74% ao ano nos preços recebidos pelos produtores.

O documento destaca que “esses resultados positivos foram alcançados mesmo tendo a agricultura familiar um histórico de baixa cobertura de crédito rural –



apenas 23% dos estabelecimentos familiares rurais acessaram os financiamentos nos últimos três anos.”

Com relação à inserção do PRONAF no programa de combate à Fome e à Miséria (segurança alimentar), a agricultura familiar tem um papel fundamental. Ela produzirá os alimentos necessários para abastecer o Programa Fome Zero, que deverá atingir 44 milhões de pessoas até 2006.

O programa - PRONAF Alimentos – é uma linha de crédito especial para estimular a produção de cinco alimentos básicos da mesa dos brasileiros - arroz, feijão, mandioca, milho e trigo (os agricultores terão 50% a mais de crédito, em relação à safra passada, para a produção dessas culturas) e conta com a participação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Segurança Alimentar e Combate à Fome, Agricultura, Integração Nacional, Trabalho, Fazenda e Planejamento, além da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (BASA).

Este programa prevê uma renda mínima para as famílias beneficiadas de R\$ 50,00 para a compra de alimentos, sendo que os recursos alcançarão 3 milhões de famílias no final de 2004 e 9,5 milhões em 2006.

Já os recursos do Programa de Compras Públicas, ou PAA (Programa de Aquisição Alimentar), estão previstos para serem aplicados por meio dos seguintes mecanismos:

- 1) garantia para a Comercialização dos Assentados da Reforma Agrária;
- 2) compra Antecipada da Agricultura Familiar; e
- 3) compra Direta da Agricultura Familiar.

Outros mecanismos de apoio à comercialização e garantia de renda são os Empréstimos do Governo Federal (EGF) e Aquisição do Governo Federal (AGF) para a Agricultura Familiar e a Política de Garantia de Preços Mínimos.

Outra ação de política pública que demonstra preocupação com a agricultura familiar está na viabilização da liberação de crédito novo para a renegociação das dívidas dos produtores e a elevação em até 50% do teto para atividades específicas de jovens, mulheres, aquisição de máquinas e equipamentos, turismo rural e agroecologia. Também estão previstas ações de estímulo à criação de cooperativas de crédito que poderão operar os financiamentos do PRONAF.

Os agricultores familiares contam ainda com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, um seguro destinado a cobrir os financiamentos bancários de custeio da produção. No momento da contratação dos financiamentos, o agricultor pode aderir ao PROAGRO destinando 2% do valor financiado para o seguro.



Outra política pública fundamental para a agricultura familiar é que os agricultores voltarão a ter uma política nacional de assistência técnica e extensão rural. O governo está fomentando parcerias entre os seus órgãos de pesquisa, como a EMBRAPA, e os instrumentos de pesquisa e extensão locais, como as universidades e entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de novas metodologias, culturas e tecnologias que facilitem a vida dos agricultores familiares, respeitando a vocação e potencial de cada região do País.

As mulheres e os jovens terão recursos para desenvolver seus próprios projetos, inclusive podendo ser na mesma propriedade da família, bem como estão previstos recursos para os povos indígenas e os afro-descendentes (quilombolas).

Com relação ao Programa de Agroindústrias Familiares, serão incentivados projetos de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar a partir da criação ou ampliação de pequenas agroindústrias para beneficiamento da produção, por meio do PRONAF Agroindústria. As famílias terão crédito de até R\$ 18 mil por beneficiário, sendo garantida assistência técnica aos projetos e capacitação aos produtores sobre a organização da cadeia produtiva, como por exemplo processos de embalagem, rotulagem de produtos e logística de distribuição.



## Quadro 2 – PRONAF – Plano Safra 2004/2005 - MODALIDADES DE FINANCIAMENTO

| Grupo | Beneficiários  | Modalidade   | Finalidade do Financiamento          | Limites de Crédito/Teto (R\$) | Juros        | Rebate (Bônus de Adimplência)   | Prazos      | Carência   |
|-------|--|--------------|--------------------------------------|-------------------------------|--------------|---|-------------|------------|
| A     | Assentados da Reforma Agrária  | Investimento | Estruturação das unidades-produtivas | Até 13.500                    | 1,15% ao ano | Até 40% paa pagamento em dia  | Até 10 anos | Até 5 anos |
| A/C   | Assentados da Reforma Agrária que já contrataram financiamentos do Grupo "A"                   | Custeio      | Agricultura e Pecuária               | De 500,00 até 3.000,00        | 2% ao ano    | Desconto de R\$ 200,00 para pagamento em dia                                | Até 2 anos  | Não tem    |
| B     | Agricultores com renda bruta anual até R\$ 2000,00 (excluída a aposentadoria)                  | Investimento | Agricultura e Pecuária               | Até 1.000,00                  | 1% ao ano    | 25% em cada parcela da dívida (principal e encargos), para pagamento em dia | Até 2 anos  | Até 1 ano  |
| C     | Agricultores com renda bruta anual de R\$ 2000,00 e até 14.000,00 (excluída a aposentadoria)   | Investimento | Agricultura e Pecuária               | De 1.500,00 até 6.000,00      | 4% ao ano    | 25% sobre os juros para pagamento em dia e desconto de R\$ 700,00           | Até 0 anos  | Até 5 anos |
|       |  | Custeio      | Agricultura e Pecuária               | De 500,00 até 3.000,01        | 4% ao ano    | R\$ 200,00 de desconto para pagamento em dia                                | Até 2 anos  | Não tem    |
| D     | Agricultores com renda bruta anual de R\$14.000,00 e até 40.000,00 (excluída a aposentadoria)  | Investimento | Agricultura e Pecuária               | Até 18.000,00                 | 4% ao ano    | 25% sobre os juros para pagamento em dia                                    | Até 8 anos  | Até 5 anos |
|       |  | Custeio      | Agricultura e Pecuária               | Até 6.000,00                  | 4% ao ano    | Não tem   | Até 2 anos  | Não tem    |
| E     | Agricultores com renda bruta anual de R\$ 40.000,00 e até 60.000,00 (excluída a aposentadoria) | Investimento | Agricultura e Pecuária               | Até 36.000,00                 | 7,25% ao ano | Não tem   | Até 8 anos  | Até 3 anos |
|       |  | Custeio      | Agricultura e Pecuária               | Até 28.000,00                 | 7,25% ao ano | Não tem   | Até 2 anos  | Não tem    |

Fonte: PRONAF – Disponível em: <http://www.agronegocios.com.br/agronegocios/prom/PlanoSafraPronaf.jsp>  
 Acesso em: 16/08/04



**Quadro 3 – Linhas Especiais de Crédito do PRONAF – Safra 2004/2005**

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| <b>Pronaf Mulher</b>        | Crédito especial de investimento relacionados com projetos específicos de interesse das esposas ou companheiras dos agricultores familiares, sempre que o projeto técnico ou a proposta contemplar atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar, observadas as condições previstas para os Grupos "C", "D" e "E", limitado a um crédito em cada grupo, independentemente dos tetos de investimentos já concedidos a unidade familiar.  |
| <b>Pronaf Jovem</b>         | Crédito especial de investimento relacionados com projetos específicos de interesse de jovens, de 16 a 25 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de curso de formação profissional, filhos(as) dos agricultores familiares enquadrados nos Grupos "C", "D" e "E", que apresentem projeto técnico ou proposta contemplando atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar, observadas as condições: juros de 1% ao ano e prazo de pagamento de até 10 anos, com até 5 anos de carência, e teto máximo de R\$ 6.000,00, limitado a um crédito em cada grupo, independentemente dos tetos de investimentos já concedidos a unidade familiar. |
| <b>Pronaf Semi-Árido</b>    | Crédito especial para os agricultores da região do semi-árido, enquadrados nos grupos "C" e "D", destinados à construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação e dessalinização da água, com juros de 1% ao ano e prazo de pagamento de 10 anos, com até 3 anos de carência.  |
| <b>Pronaf Florestal</b>     | Crédito especial de investimento destinados ao financiamento de projetos de silvicultura e sistemas agroflorestais e exploração extrativista sustentável, para produtores enquadrados nos Grupos "C" e "D", observadas as condições: juros de 4% ao ano, com bônus de adimplência de 25% na taxa de juros; prazo de até 12 anos, com até 8 de carência; limites/tetos de R\$ 4.000,00 (Grupo "C") e R\$ 6.000,00 (Grupo "D"), limitado a dois crédito por unidade familiar, independentemente dos tetos de investimentos já concedidos a unidade familiar.   |
| <b>Pronaf Agroindústria</b> | Créditos de investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Agroindústria), destinados a produtores enquadrados nos Grupos "C", "D" e "E", cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas, formadas no mínimo de 90% dos participantes ativos de agricultores familiares e que comprovam, em projeto técnico, que mais de 70% da matéria prima a ser beneficiada ou industrializada seja de produção própria ou de associados participantes, observadas as condições: juros de 4% ao ano, com bônus de adimplência de 25% na taxa de juros; prazo de pagamento de até   |



|  |  |
|--|--|
|  | 16 anos, quando envolvidos os recursos dos Fundos Constitucionais, e até 08 anos, com até 5 de carência, quando envolver as demais fontes de recursos; limites/tetos de R\$ 18.000,00 por beneficiário em uma ou mais operações. |
|--|--|

Fonte: PRONAF – Disponível em: <<http://www.agronegociose.com.br/agronegocios/prom/PlanoSafraPronaf.jsp>>. Acesso em: 16/08/04

Um documento fundamental para que o agricultor familiar tenha acesso aos Programas do PRONAF é a DAP – Declaração de aptidão ao PRONAF -, cujas entidades credenciadas<sup>37</sup> pelo MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário estão apresentadas no quadro a seguir:

#### Quadro 4 – Declaração de aptidão ao PRONAF

| Grupos      | Entidades   |
|-------------|---|
| A           | Incra e Unidade Técnica Estadual e Regional (UTE), do Programa de Crédito Fundiário   |
| B, C, D e E | Entidade pública estadual de Ater (geralmente Emater), Itesp (SP) e Ceplac, sindicatos da Contag, sindicatos da Fetraf-Sul, colônias de pescadores, núcleos de Pesca e Aqüicultura das Delegacias Estaduais de Agricultura do Mapa, Institutos Estaduais de Pesca, Fundação Nacional do Índio (Funai), Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANPA), Fundação Palmares. |
| C, D e E    | Sindicatos Patronais da CNA   |

Fonte: PRONAF<sup>38</sup>

A emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) teve início com a abertura das operações de crédito rural aos agricultores familiares sob condições diferenciadas de encargos financeiros, prazo para reembolso e incentivos diretos sobre o montante do capital utilizado.

Inicialmente, as DAPs consistiam em uma simples declaração assinada por um técnico, que identificava o agricultor como familiar, e eram utilizadas para que este tivesse acesso às operações de crédito rural ao amparo do PRONAF. Posteriormente, quando as condições das operações de crédito do PRONAF foram ajustadas para considerar a categorização dos agricultores familiares em A, B, C e D, permitindo um tratamento diferenciado do crédito de acordo com as características do agricultor familiar, as DAPs passaram a enquadrar os agricultores familiares de acordo com os respectivos grupos. A partir de 2001, a SAF – Secretaria da Agricultura Familiar - iniciou um processo de organização das informações sobre agricultura familiar. Elaborou um banco de dados para reunir tanto informações que expressassem a real situação da agricultura familiar em suas mais variadas dimensões, quanto

<sup>37</sup> A responsabilidade solidária, civil e criminal sobre a emissão da DAP e sobre as informações nela descritas é da entidade que a emite ou só assina, e do próprio beneficiário. Cabe ao agente financeiro conferir as assinaturas dos emitentes e confirmar se a entidade está credenciada pelo MDA. A entidade que emitir ou assinar DAP falsa poderá sofrer sanções e até a suspensão do credenciamento.

<sup>38</sup> Disponível em <[http://www.pronaf.gov.br/plano\\_safra/200405/docs/MANUAL%20DO%20PLANO%20SAFRA%20%2004%2005.doc](http://www.pronaf.gov.br/plano_safra/200405/docs/MANUAL%20DO%20PLANO%20SAFRA%20%2004%2005.doc)>. Acesso em: 18/08/2004



informações que transmitissem total transparência das ações desenvolvidas no âmbito do PRONAF.

Nesse contexto, insere-se a DAP-e (Declaração de Aptidão ao Pronaf – eletrônica), que estabelece uma segunda etapa para as emissões das DAPs. O novo formato da DAP exige um conjunto de dados com a finalidade de identificar o agricultor familiar (cadastro do agricultor familiar) e coletar os dados que permitam o respectivo enquadramento nos grupos de acesso diferenciado às operações de crédito rural.

Na DAP são registradas informações sobre os agricultores familiares candidatos a obter financiamentos do Programa e compreende desde sua completa identificação, organização social a que pertencem, condição de uso e posse da terra, atividades desenvolvidas, composição da renda, utilização da força de trabalho familiar e contratada, participação anterior em programas governamentais, a características e destinação do crédito pretendido.

Esse aperfeiçoamento permite à DAP desempenhar também a função de instrumento de gerenciamento do PRONAF, permitindo que este seja cada vez mais efetivo, eficaz e eficiente na busca do fortalecimento da agricultura familiar, proporcionando melhores condições de vida a seus integrantes, em áreas não só relacionadas à atividade agrícola, como também em outras áreas fundamentais como saúde e educação.

Assim, a DAP proporciona elementos imprescindíveis para a integração e harmonização de políticas públicas, além de possibilitar que as ações do PRONAF possam conjugar-se sinergicamente com as de outros programas de governo, oferecendo apoio de escopo mais amplo e consistente aos agricultores familiares.

A DAP será assinada pelo agricultor e pela entidade que lhe presta assistência técnica e terá, também, a chancela de uma organização a que pertença o agricultor familiar (sindicato, federação, confederação, associação de produtores e assim por diante), não sendo permitido qualquer tipo de cobrança, nem a exigência de filiação ou vínculo do agricultor com a entidade que a emitir/assinar.

Por último, cabe ressaltar o papel da DAP para proporcionar maior controle social às linhas de ação do PRONAF, não somente pela participação e certa corresponsabilidade criada a partir da assinatura conjunta desse documento pelo agricultor, entidade prestadora de assistência técnica e organização à qual está vinculado, como também pela legitimação do próprio PRONAF “enquanto instrumento de política pública de largo alcance social, hoje unanimemente considerado uma das mais importantes conquistas dos segmentos mais empobrecidos da agricultura nacional”.(Plano Safra 2004-2005, p. 10)<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Disponível em: <[http://www.pronaf.gov.br/plano\\_safra/2004\\_05/docs/MANUAL%20DO%20PLANO%20SAFRA%20%2004%2005.doc](http://www.pronaf.gov.br/plano_safra/2004_05/docs/MANUAL%20DO%20PLANO%20SAFRA%20%2004%2005.doc)>. Acesso em: 18/08/2004

## 9 PROPOSTAS

A análise das condições de competitividade das pequenas agroindústrias catarinenses, especialmente aquelas integradas em redes, permitiu elencar algumas propostas:

1 - Acompanhamento dos projetos agroindustriais pelas instituições locais que tenham interesse pelo desenvolvimento da região (universidades, poder público, sistema produtivo privado, organizações não-governamentais etc.). Deve haver maior engajamento das instituições locais, não apenas de instituições de âmbito estadual, como EPAGRI, BRDE, ou outras. É extremamente importante a parceria entre instituições locais como Agências de Desenvolvimento, Universidades, Secretarias de Desenvolvimento Regional, Associação de Municípios, instituições patronais e outras e, entre elas e as instituições estaduais e federais.

2- Maior integração entre as redes, e não apenas entre as agroindústrias integrantes das redes, através de consórcios ou outros institutos que garantam a formalização das ações de interesse geral de determinado(s) grupo(s). Ex.: consórcio para capacitação gerencial ou para atividades específicas conforme etapas de produção; desenvolvimento de novas tecnologias nas diversas etapas da cadeia de valor; compra de insumos; marketing; comercialização – local, regional ou exportação, etc.

3 - Maior apoio das instituições financeiras (BRDE, BADESC, Banco do Brasil etc.) com relação a tornar mais ágil o processo de liberação dos recursos creditícios às agroindústrias de pequeno porte. Isso pode se dar pelo incentivo a criação de fundos de aval, com participação pública e privada, para diminuir a necessidade de apresentação de garantias reais em contrapartida aos financiamentos bancários.

4 – Desenvolvimento do sistema de cooperativas de crédito. O sistema de cooperativas de crédito necessita avançar mais em relação ao produtor agroindustrial, especialmente no agenciamento de operações de capital fixo, junto aos bancos de desenvolvimento, tal como ocorre hoje com os produtores rurais.

5 - Planejamento Estratégico Regional, elaborado pelos representantes das redes, com assessoria de entidades de referência (SEBRAE, IEL, universidades etc), com apoio financeiro de entidades gerenciadoras de fundos públicos (FINEP, FUNCITEC), reconhecido e apoiado pelo poder público (municipal, estadual, federal) no que se refere a políticas públicas demandadas pelas redes. Considerar, no Planejamento Estratégico, a possibilidade de as redes produzirem produtos em quantidade (com as mesmas especificações artesanais) para atender a mercados de massa que sejam menos exigentes quanto à padronização dos produtos. Por outro lado, investir na diferenciação de alguns produtos específicos, que possam representar cada região (onde se situam as redes). Ou seja, tentar padronizar o que é comum e diferenciar “destacadamente” o que é singular a cada região.

6 – Sistema de inspeção aperfeiçoado. Sendo um dos gargalos para comercialização a inspeção, deve haver um grande esforço do poder público, a quem compete a inspeção, para evitar o gargalo.

7 - Programa de criação de redes de agroindústrias. É fundamental a criação de um programa estadual, planejado, que possa articular as instituições governamentais e patronais, para ir resolvendo paulatinamente os gargalos de comercialização (marcas regionais, logística, escala e barganha de comercialização, inspeção), de produção (técnicas, qualidade, compras de insumos e matérias primas), de obtenção de crédito, de capacitação e de governança das redes.

## 10 CONCLUSÕES

Considerando que o estado de Santa Catarina abriga mais de 180 mil famílias envolvidas com a agricultura familiar (o que corresponde a 90% da população rural), e que a realidade da agricultura catarinense apresenta grandes e sérios problemas sociais, econômicos e ambientais (apesar do elevado nível de modernização e capacidade de gestão de alguns setores), faz-se necessária a intervenção das instituições formais no processo de inserção das agroindústrias de pequeno porte no mercado, de modo a garantir o desenvolvimento local/ regional.

Por outro lado, a competitividade das agroindústrias organizadas em redes tem se destacado das agroindústrias familiares que atuam isoladamente no mercado. Os pontos de estrangulamento, comuns às agroindústrias familiares, são melhor resolvidos, ou minimizados, quando há maior articulação das pessoas envolvidas.

Assim, problemas como: ausência de estudos de viabilidade econômica, financeira e técnica no planejamento dos empreendimentos (estudos de mercado, processos tecnológicos, sistemas de organização); falta de padronização e qualidade na produção (por falta de planejamento na aquisição de matéria prima e/ou desconhecimento do processo produtivo); descontinuidade da oferta (dificultando ou inviabilizando contratos com as redes de distribuição e comercialização); deficiência na assistência técnica e sanitária; desconhecimento das legislações tributária, fiscal e sanitária, bem como inadequação da respectiva legislação à agroindústria familiar (ou de pequeno porte); falta de equipamentos adequados à agroindústria de pequeno porte; dificuldade de acesso ao crédito (falta de financiamento para giro e estrutura bancária não adaptada para atender agroindústrias de pequeno porte, seja com relação às exigências garantidoras, seja com relação à demora na liberação dos financiamentos); baixa capacidade gerencial dos administradores da agroindústria, dificuldades apresentadas pelas agroindústrias de pequeno porte, podem ser conduzidos de forma mais eficiente quando organizadas em rede.

Outro aspecto a ser observado é que é fundamental, nas redes de agroindústrias, a presença de um líder (entre outras lideranças locais) que tenha grandes sonhos e visão de futuro, forte identificação regional e grande capacidade de articulação institucional.

Da mesma forma, desenvolver mecanismos de integração entre atores interessados no desenvolvimento - rede relacional, formada por empresas privadas, fornecedores e clientes, administrações locais e instituições financeiras, bem como o sistema de distribuição dos produtos das redes.



## REFERÊNCIAS

ALTMANN, Rubens. et al. **Perspectivas para a agricultura familiar**: horizonte 2010. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002. 112 p.

ANSOFF, Igor. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1990.

ARAÚJO, N.B; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L.A. **Complexo agroindustrial**: o agrobusiness brasileiro. São Paulo: Agroceres, 1990. 238 p.

BADALOTTI, Rosana Maria. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense**: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense). 2003. Tese (Doutoramento em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

BATISTA, Luiz César. **Desenvolvimento de redes de pequenas agroindústrias e a competitividade sistêmica**: um estudo de caso no município de Mafra – Santa Catarina. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional de Blumenau. Blumenau.

BELIK, Walter. **Avaliação da operacionalização do programa PRONAF**. Disponível em : <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo175.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2004.

BERNARDO, M.S.; SILVA, A.C.; SATO, S. **Distritos industriais**: clusters. Texto para discussão. São Paulo: FEA/USP, 1999.

CARNÉLIO, Edna de Cássia; PREZOTTO, Leomar Luiz; SILVA, João Batista da. **Programa de agroindustrialização da produção dos agricultores familiares**: 2003 – 2006, documento referencial. Brasília, DF: Secretaria de Agricultura Familiar, 2003. 49 p.

CASAROTTO FILHO, Nelson, et al. **A experiência italiana para o desenvolvimento de pequenas indústrias em Santa Catarina**. Florianópolis: Fórum Catarinense de Desenvolvimento, 1996. 80 p.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 2001.

CASAROTTO, Rosângela M. **Redes de empresas na construção civil**: definição de funções e atividades de cooperação. 2002. Tese (Doutoramento em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.



CONCEIÇÃO, Osmar Alcides da. **Características e necessidades de informações na pequena agroindústria familiar**: estudo de caso em micro e pequenos empreendimentos rurais. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002. 40p.

CONTINI, B. **Organization markets and persistence of profits in italian industry**: Journal of economic Behavior and Organization. v.12. p. 181-195, 1989.

ENCOSTAS da serra geral: um projeto de vida. Florianópolis: IOESC, 2003.

FUNDAÇÃO LYNDOLPHO SILVA; UFSC; AGRECO – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES AGRO-ECOLÓGICOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL. **Agrorede**: rede de articulação de atores rurais no estado de SC. Disponível em: <<http://www.agrorede.org.br/biblioteca/projetosAgroREDE/Prodetab11.rtf>>. Acesso em: 26 ago. 2004.

KALNIN, Joanir Luís. **Desenvolvimento local/regional focado na agroindústria familiar**: experiências em Santa Catarina. 2004. Tese (Doutoramento em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

KIEKBUSCH, Rafael E. **Modelo prescritivo de identificação de atividades econômicas potenciais em desenvolvimento**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

LANGFORD, D.; MALE, S. **Strategic management in construction**. Vermont: Gower, 1991.

LASTRES, H.M.M. et al. **Globalização e inovação localizada**: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília, DF: MCT/OEA/IEL-CNI, 1999.

LAUSCHNER, Roque. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1995. 296p.

LEWIS, Jordan. **Alianças estratégicas**. São Paulo: Pioneira, 1992.

LORENZANI, Wagner Luiz; SILVA, Carlos Arthur Barbosa da. **Os desafios da agroindústria de pequeno porte**. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/Lorenzani&Wagner.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2003

OLIVEIRA, João A. V. de. et al. **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte**: em Santa Catarina. Florianópolis: EPAGRI, 1999. 86 p.

PARRÉ, José Luiz, et al. **Desempenho do setor agroindustrial da região sul do**



**Brasil.** Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/Parre.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2004.

PEREIRA, Vitor Soares. **Desenvolvimento econômico regional e integração interinstitucional.** 1997.

PEREIRA, Vitor Soares. **In- régio:** histórias do desenvolvimento regional. Florianópolis: Nova Era - BRDE/FORUMCAT, 2001.150 p.

PESSÔA, André. **Política de crédito rural subsidiado.** Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/agric/credrur/apresent.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2004.

PETTAN, Kleber Batista. **Análise comparativa do desempenho da competitividade das agroindústrias familiares em rede:** o caso do centro-oeste catarinense. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. Universidade Federal de Brasília. Brasília, DF.

PIORE, M.J. e SABEL, C.F. **The second industrial divide:** possibilities for prosperity. USA: Basic Books, 1984.

PIRES, M. de S. **Uma metodologia de desenvolvimento sistêmico baseada em sistemas de pequenas empresas.** Florianópolis, 2001.

PORTER, M.E. **Estratégia Competitiva.** Rio de Janeiro: Campus, 1986.

PRESSUPOSTOS e diretrizes para o estabelecimento de uma política de crédito rural. Disponível em: <[http://www.cndrs.org.br/agricultura.asp?action=credito&conteudo\\_id=353](http://www.cndrs.org.br/agricultura.asp?action=credito&conteudo_id=353)>. Acesso em 12 ago. 2004.

PREZOTTO, Leomar Luiz. **A agroindustrialização de pequeno porte:** higiene, qualidade e aspectos legais. Florianópolis: CEPAGRO, v. 1, n. 2, dez. 1997.

SACHS, Ignacy . **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** Florianópolis: APED, 2002.

SANTOS, L. e VARVAKIS, G. **Redes de pequenas e médias empresas:** organizações virtuais vs. clusters. ENEGEP, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social: agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo. v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.



---

TORESAN, Luiz; MATTEI, Lauro; GUZZATTI, Thaíse Costa. **Estudo potencial do agroturismo em Santa Catarina:** impactos e potencialidades para a agricultura familiar. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002. 59p.

TOSCANO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu grande desafio.** Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2004.

VIEIRA, Luiz Fernando. Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, Rio de Janeiro. v. 7, n. 1, p. 11-23, jan.-mar. 1998.

ZALESKI NETO, J. **Formação de redes flexíveis no contexto do progresso regional.** 2000. Tese (Doutoramento em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

## APÊNDICE A - SUMÁRIO DA LEGISLAÇÃO

| <b>Legislação Civil</b>   |                                     |   |
|---------------------------|-------------------------------------|---|
| <b>Tema</b>               | <b>Legislação</b>                   | <b>Termos</b>   |
| Código Civil              | <b>Lei 10.406<br/>10/01/2002</b>    | Institui o Novo Código Civil, em substituição à <b>Lei nº 3.071</b> de 01 de janeiro de 1916.   |
| Associação e Condomínio   | <b>Lei 10.406<br/>10/01/2002</b>    | Dispõe sobre constituição, estatuto, direitos e extinção da associação nos artigos 53-61, e dos artigos 1.314-1.358 sobre administração, disposições gerais e extinção do condomínio.                   |
| Cooperativa               | <b>Lei 5.764<br/>16/12/1971</b>     | Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências, e também, Código Comercial Brasileiro Lei 556 de 25/06/1850.            |
| Sociedade Comercial       | <b>Decreto 3.708<br/>10/01/1919</b> | Regulamenta o surgimento, o funcionamento e o término das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.   |
| Cód. Defesa do consumidor | <b>Lei 8.078<br/>11/09/1990</b>     | Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências  |
| Microempresa              | <b>Lei 9.841<br/>05/10/1999</b>     | Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal. |

## Legislação Tributária

| <b>Tema</b>       | <b>Legislação</b>                              | <b>Termos</b>   |
|-------------------|--|---|
| Código Tributário | <b>Lei 5172<br/>25/10/1966</b>                 | Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis a união, estados e municípios.   |
| IPI               | <b>Art. 46-51 Lei<br/>5.172<br/>25/10/1966</b> | Disposições Gerais sobre o IPI.   |
|                   | <b>Lei 9.363<br/>13/12/1996</b>                | Dispõe sobre a instituição de crédito presumido do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI, para ressarcimento do valor do PIS/PASEP e COFINS nos casos que especifica, e das outras providências.  |
| ICMS              | <b>Art. 52-58 Lei<br/>5.172<br/>25/10/1966</b> | Disposições Gerais sobre o ICMS.  |
| ICMS/SC           | <b>Lei 10.297<br/>26/12/1996</b>               | Dispõe sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no estado de Santa Catarina.  |
| ISS               | <b>Art. 71-73 Lei<br/>5.172<br/>25/10/1966</b> | Disposições Gerais sobre o ISS.   |
| IRPJ              | <b>Art. 33 Lei 7.779<br/>10/07/1989</b>        | Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.  |
| PIS/PASEP         | <b>Lei Comp 07<br/>07/09/1970</b>              | Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.   |
| CSLL              | <b>Lei 7.689<br/>15/12/1988</b>                | Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.  |
| COFINS            | <b>Art. 10 Lei Comp.<br/>70<br/>30/12/1997</b> | Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.   |
| SIMPLES           | <b>Lei 9317<br/>05/12/1996</b>                 | Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências. |
| ITR               | <b>Lei 9.393<br/>19/12/1996</b>                | Dispõem sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.   |

## Legislação Trabalhista e Previdenciária

| Tema   | Legislação                                    | Termos   |
|--|---|--|
| Obrig. Trabalhistas                          | <b>Decreto-Lei 5.452</b><br><b>01/05/1943</b> | Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.   |
| FGTS   | <b>Decreto 99.684</b><br><b>08/11/1990</b>    | Consolida as normas regulamentares do Fundo De Garantia Por Tempo De Serviço - FGTS.                 |
| Previdência e Seguridade Social - Benefícios | <b>Lei 8.213</b><br><b>24/10/1991</b>         | Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.                 |
| Previdência e Seguridade Social - Custeio    | <b>Lei 8.212</b><br><b>24/10/1991</b>         | Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências. |

## Legislação de Inspeção Sanitária

| Tema                      | Legislação                                   | Termos  |
|---------------------------|--|---|
| Produtos de origem animal | <b>Lei nº 1.283<br/>18/12/1950.</b>          | Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.   |
| Produtos de origem animal | <b>Lei nº 1.236<br/>02/09/1994</b>           | Dá nova redação ao art. 507 do Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950.  |
| Produtos de origem animal | <b>Lei nº 1.812<br/>08/02/1996</b>           | Altera dispositivos do Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, que aprovou o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, alterado pelo Decreto nº 1.255, de 25 de junho de 1962.  |
| Produtos de origem animal | <b>Lei nº 2.244<br/>04/06/1997</b>           | Altera dispositivos do Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, que aprovou o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal alterado pelos Decretos nº 1.255 de 25 de junho de 1962, nº 1.236, de 2 de setembro de 1994, nº 1.812, de 8 de fevereiro de 1996. |
| Produtos de origem animal | <b>Lei nº 7.889<br/>23/11/1989</b>           | Dispõe sobre infrações à legislação referente à inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.  |
| Produtos de origem animal | <b>Lei nº 8.918<br/>14/07/1994.</b>          | Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas, e dá outras providências.  |
| Produtos de origem animal | <b>Decreto nº 30.691<br/>29/03/1952</b>      | Aprova o novo regulamento da inspeção industrial sanitária dos produtos de origem animal.   |
| Produtos de origem animal | <b>Decreto nº 1.255<br/>25/03/1962</b>       | Altera o Decreto nº 30.691 de 29 de março de 1952.  |
| Produtos de origem animal | <b>Decreto-Lei nº<br/>923<br/>10/10/1969</b> | Dispõe sobre a comercialização do leite, regulamentado pelo Decreto nº 66.183, de 5 de fevereiro de 1970.   |
| Produtos de origem animal | <b>Decreto-Lei nº 986<br/>21/10/1969</b>     | Institui Normas Básicas sobre Alimentos.  |
| Produtos de origem animal | <b>Decreto nº 73.116<br/>08/11/1973</b>      | Regulamenta a Lei nº 5.760, de 3 de dezembro de 1971, e dá outras providências  |
| Produtos de origem animal | <b>Decreto nº 78.713<br/>11/11/1976</b>      | Regulamentada a Lei nº 6.275, de 1º de dezembro de 1975, que acrescenta parágrafo único ao artigo 3º da Lei nº 5.760, de 3 de dezembro de 1971 e dá outras providências.  |

|  |   |   |
|--|---|---|
| Produtos agrícolas e de alimentos          | <b>Lei nº 12.117<br/>07/01/2002</b>     | Dispõe sobre a Certificação de Qualidade, Origem e Identificação de Produtos Agrícolas e de Alimentos e estabelece outras Providências  |
| Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde | <b>Resolução 23<br/>15/03/2000</b>      | Dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos  |
| Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde | <b>Portaria nº 1.428<br/>26/11/1993</b> | Institui o Regulamento Técnico para a Inspeção Sanitária de Alimentos, as Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos e o Regulamento Técnico para o Estabelecimento Padrões de Identidade e Qualidade para Serviços na Área de Alimentos. |
| Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde | <b>Portaria nº 326<br/>30/07/1997</b>   | Aprova o Regulamento Técnico: "Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos".   |

## Legislação no Âmbito Rural

| Tema                 | Legislação                          | Termos   |
|----------------------|-------------------------------------|--|
| Agricultura Orgânica | <b>Lei nº 10.831<br/>23/12/2003</b> | Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.  |
| Crédito Rural        | <b>Lei nº 10.696<br/>02/07/2003</b> | Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.  |
| Crédito Rural        | <b>Lei nº 4.829<br/>05/11/1965</b>  | Regulamentada pelo Decreto nº 58.380/66. Institucionaliza o Crédito Rural.   |
| Crédito Rural        | <b>Lei nº 10.186<br/>12/02/2001</b> | Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências. |
| Crédito Rural        | <b>Lei nº 10.437<br/>25/04/2002</b> | Dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei no 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências.  |
| Crédito Rural        | <b>Lei nº 9.138<br/>29/11/1995</b>  | Dispõe sobre o crédito rural e dá outras providências.   |
| Reforma Agrária      | <b>Lei nº 8.629<br/>25/02/1993.</b> | Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.  |
| Reforma Agrária      | <b>Lei nº 4.947<br/>06/04/1966</b>  | Fixa normas de direito agrário, dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do instituto brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências.  |



|                   |  |   |
|-------------------|--|---|
| Reforma Agrária   | <b>Lei complementar nº 93<br/>04/02/1998</b> | Regulamentada pelo Decreto nº 3.027/99. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, e dá outras providências.   |
| Cadastro Rural    | <b>Lei nº 5.868<br/>12/12/1972</b>           | Cria o sistema nacional de cadastro rural, e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto n. 72.106, de 18/04/1973.   |
| Imóvel Rural      | <b>Lei nº 6.969 de<br/>10/12/1981.</b>       | Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do <a href="#">§ 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.</a>   |
| Imóvel Rural      | <b>Lei nº 6.739<br/>05/12/1979</b>           | Dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais, e dá outras providências.  |
| Estatuto da Terra | <b>Lei nº 4.504<br/>30/11/1964</b>           | Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências  |
| Seguro Rural      | <b>Lei nº 10.823<br/>19/12/2003</b>          | Dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio de Seguro Rural e dá outras providências.  |
| Crédito Rural     | <b>Decreto nº 58.380<br/>10/05/1966</b>      | Aprova o regulamento da lei que institucionaliza o crédito rural.   |
| Crédito Rural     | <b>Decreto-Lei nº<br/>2.066 27/10/1983</b>   | Autoriza remissão de créditos relativos ao imposto sobre a propriedade territorial rural e à contribuição dos que exercem atividades rurais, dispensa da taxa de serviços cadastrais e cancelamento dos débitos de contribuição sindical rural. |
| Crédito Rural     | <b>Decreto nº 3.027<br/>13/04/1999</b>       | Regulamenta a lei complementar 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o fundo de terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, e da outras providencias.  |
| Cadastro Rural    | <b>Decreto nº 72.106<br/>18/04/1973</b>      | Regulamenta a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que Institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras Providências.  |
| Imóvel Rural      | <b>Decreto nº 4.449<br/>30/10/2002</b>       | Regulamenta a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001 que cria o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais.  |
| Estatuto da Terra | <b>Decreto nº 59.566<br/>14/11/1966.</b>     | Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.                                  |

|               |   |  |
|---------------|---|--|
| Crédito Rural | <b>Resolução 3.163<br/>14/01/2004</b>         | Dispõe sobre renegociação de operações de crédito rural amparadas por recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de outras fontes                                   |
| Crédito Rural | <b>Resolução 3.167<br/>29/01/2004.</b>        | Dispõe sobre prorrogação do prazo de vencimento de operações realizadas com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)   |
| Crédito Rural | <b>Resolução 3.130<br/>30/10/2003</b>         | Dispõe sobre repactuação e alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural amparadas por recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de outras fontes. |
| Crédito Rural | <b>Resolução 3.135<br/>30/10/2003</b>         | Dispõe sobre prazo e condições para pagamento das dívidas vencidas de financiamentos formalizados ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com risco da União.   |
| Crédito Rural | <b>Resolução 3.150<br/>28/11/2003</b>         | Dispõe sobre alterações no regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).  |
| Crédito Rural | <b>Resolução 3.151<br/>28/11/2003</b>         | Dispõe sobre o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar (Proger Rural Familiar).  |
| Crédito Rural | <b>Resolução CMN<br/>3.115<br/>31/07/2003</b> | Autoriza a renegociação das operações de crédito rural ao amparo do Procera, do Pronaf e dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional (FNE, FNO e FCO).  |
| Crédito Rural | <b>Resolução CMN<br/>3.001<br/>24/07/2002</b> | Institui o Pronaf Florestal, institui assistência técnica específica para o Grupo A e altera os limites dos créditos do Grupo C do Pronaf.   |
| Crédito Rural | <b>Resolução CMN<br/>3.003 24/07/2002</b>     | Autoriza o alongamento das operações de financiamento das lavouras de café dos pequenos agricultores.  |

|               |  |   |
|---------------|--|---|
| Crédito Rural | <b>Resolução 3.199<br/>27/05/2004</b>                  | Dispõe sobre prorrogação de prazo para formalização de renegociação de operações de crédito rural amparadas por recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de outras fontes.           |
| Crédito Rural | <b>Portaria SRA nº 04<br/>24/05/2004</b>               | Beneficiários do Crédito Fundiário passam a poder receber Crédito Rural - Grupo A - com recursos dos Fundos Constitucionais   |
| Crédito Rural | <b>Portaria Interministerial nº 110<br/>13/05/2004</b> | Orientações referentes à Portaria Interministerial N° 110 MF/MDA  |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 41<br/>27/04/2004</b>                   | Trata da Assistência Técnica para agricultores familiares do Grupo B  |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 616<br/>26/05/2003</b>                  | Repasso de recursos dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais   |
| Crédito Rural | <b>Portaria SAF nº 30<br/>11/12/2003</b>               | Concessão da DAP, com direito ao sobre teto de 50% (cinquenta por cento) dos Grupos C e D, do PRONAF, às famílias de agricultores que, tendo filhos com idade entre 16 (dezesseis) e 25 (vinte e cinco) anos, comprovarem participação destes em cursos ou estágios supervisionados de formação profissional. |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 28<br/>30/09/2003</b>                   | Concepção a Declaração de aptidão ao Pronaf – DAP, para filhos (as) de agricultores que arrendam uma parte da propriedade da família.   |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 81<br/>21/08/2003</b>                   | Trata da definição de um prazo limite para a utilização da antiga versão da DAP, fixada em 30 de setembro.  |
| Crédito Rural | <b>Portaria Conjunta nº 17<br/>04/08/2003</b>          | Estabelece procedimentos para a operacionalização dos créditos de estruturação produtiva do Grupo A do Pronaf.  |
| Crédito Rural | <b>Portaria Conjunta nº 16<br/>04/08/2003</b>          | Estabelece procedimentos para a prestação de serviços de assistência técnica aos agricultores beneficiários do Grupo A do Pronaf  |

|               |                                       |  |
|---------------|---------------------------------------|--|
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 75<br/>27/07/2003</b>  | Dispõe sobre o regulamento e as condições estabelecidas para as operações de crédito de investimento e custeio no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.  |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 147<br/>14/07/2003</b> | Autorizado o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios dos financiamentos rurais concedidos pelo Banco do Brasil S.A. com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e da Caderneta de Poupança Rural, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e no Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar - Proger Rural Familiar. |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 149<br/>14/07/2003</b> | Autoriza o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios dos financiamentos de custeio rural concedidos pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. – BANSICREDI S.A., com recursos próprios, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.   |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 150<br/>14/07/2003</b> | Autoriza o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios dos financiamentos de custeio rural concedidos pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB S.A., com recursos próprios, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.  |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 151<br/>14/07/2003</b> | Autoriza o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios dos financiamentos de custeio rural concedidos pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A., com recursos próprios, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar – PROGER Rural Familiar.  |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 152<br/>14/07/2003</b> | Autoriza o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios dos financiamentos de custeio rural concedidos pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. – BANSICREDI S.A., com recursos próprios, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar - PROGER Rural Familiar.  |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 153<br/>14/07/2003</b> | Autoriza o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios dos financiamentos rurais concedidos pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB S.A., com recursos próprios.   |

|               |  |   |
|---------------|--|---|
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 154<br/>14/07/2003</b>                  | Autoriza o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios dos financiamentos rurais concedidos pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. - BANSICREDI S.A., com recursos próprios.   |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 156<br/>14/07/2003</b>                  | Autorizado o pagamento de equalização de encargos financeiros ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME - sobre os saldos médios diários dos financiamentos concedidos com base em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, destinados a investimentos rurais no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 242<br/>31/07/2002</b>                  | Autoriza o pagamento de equalização de encargos financeiros ao BNDES-FINAME, relativos à safra 2002/2003.   |
| Crédito Rural | <b>Portaria Interministerial nº 411<br/>20/08/2002</b> | Cria ações de incentivo à silvicultura e sistemas agroflorestais no âmbito do Pronaf Florestal.   |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 120<br/>22/05/2001</b>                  | Compatibilização dos programas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar com incorporação do enfoque de gênero e raça.   |
| Crédito Rural | <b>Portaria nº 121<br/>22/05/2001</b>                  | Institucionaliza política pública do MDA, facilitando o acesso para mulheres agricultoras rurais aos recursos de crédito do PRONAF, Banco Terra, crédito fundiário de combate à pobreza rural, com capacitação, assistência técnica e extensão rural; respeitando suas especificidades.   |



## APÊNDICE B - PLANO SAFRA 2004/2005



**7 BILHÕES DE REAIS PARA A AGRICULTURA  
FAMILIAR  
SECOM/PR**

**CAMPO. PRESENTE E FUTURO DE UM GRANDE  
BRASIL.**

**PRONAF**

**Secretaria da  
Agricultura Familiar**

**Ministério do  
Desenvolvimento Agrário**





**Com um investimento recorde, o Governo Federal está criando novos postos de trabalho no campo, aumentando a renda dos agricultores familiares e estimulando a produção de alimentos de norte a sul do país.**

No último ano safra, o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, liberou 4,5 bilhões de reais para o financiamento da Agricultura Familiar. 100% a mais do que o ano anterior. Um recorde na história do Brasil.

O resultado foi a inclusão de 450 mil produtores rurais, a maior parte deles pertencentes a famílias de baixa renda, nas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

Ao todo, 1,4 milhão de famílias tiveram acesso ao crédito, fortalecendo ainda mais a Agricultura Familiar, componente importante e vigoroso do mercado interno de alimentos, das exportações e da agroindústria brasileira. E para este ano o Plano Safra 2004/2005 está disponibilizando um valor ainda maior: 7 bilhões de reais.

Dinheiro que vai estimular a produção no campo por meio de crédito facilitado, com juros baixos e prazos especiais de pagamento, elevando em mais 450 mil o número de famílias com acesso às linhas de crédito do Pronaf.

Além disso, o Governo está dando mais qualidade à produção, incentivando os agricultores familiares a modernizarem suas propriedades, agregando valor aos alimentos que já produzem. Nunca, em tempo algum, se investiu tanto na Agricultura Familiar. É o desenvolvimento que nasce no campo e se espalha por todo o país. É o Governo do Brasil gerando trabalho, riqueza e renda no meio rural. Hoje e sempre.

## **TRABALHO E RENDA PARA O AGRICULTOR FAMILIAR RIQUEZA E DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL**

A Agricultura Familiar exerce um papel fundamental para o desenvolvimento social e para o crescimento equilibrado do país. Os milhões de pequenos produtores que compõem a Agricultura Familiar fazem dela um setor forte, em expansão e de vital importância para o Brasil.

Todos os anos a Agricultura Familiar movimenta bilhões de reais no país, produzindo a maioria dos alimentos que são consumidos nas mesas brasileiras: 84% da mandioca, 67% do feijão, 52% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e 58% dos suínos. Além disso, ela mantém no campo milhões de pessoas que seguiriam o caminho do êxodo rural em direção às grandes cidades e também contribui para a maior preservação do meio ambiente.

Mais do que um setor econômico vigoroso, a Agricultura Familiar é um importante instrumento de inclusão social, geração de trabalho e distribuição de renda. Três problemas do Brasil que precisam de soluções urgentes.

É por isso que no Plano Safra 2004/2005, o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, está disponibilizando R\$ 7 bilhões, que vão beneficiar cerca de 1,8 milhão de famílias com crédito fácil, juros baixos e prazos estendidos. E o melhor: vão levar informação e tecnologia aos estabelecimentos



familiares, criando condições técnicas para aumentar a qualidade da produção e a renda desses produtores rurais.

Além de fortalecer e incentivar o desenvolvimento de produtos de valor agregado, o Plano Safra 2004/2005 também vai consolidar linhas especiais de financiamento, como o Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher, que incluem públicos com grande potencial de crescimento e que tinham dificuldades em acessar o crédito.

## **A AGRICULTURA FAMILIAR É RESPONSÁVEL POR 40% DE TUDO O QUE É PRODUZIDO NO CAMPO E GERA 7 DE CADA 10 OCUPAÇÕES NO MEIO RURAL.**

### **QUALIDADE, PRODUTIVIDADE E RENTABILIDADE**

Do valor total disponibilizado no Plano Safra 2004/2005, serão aplicados aproximadamente R\$ 2,5 bilhões em operações de investimentos, com objetivo de apoiar as diferentes agroindústrias, cooperativas e associações dos agricultores familiares, que cada vez mais melhoram a qualidade dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

São investimentos em tecnologia para que os agricultores familiares possam participar das outras etapas da cadeia produtiva, como agroindustrialização e distribuição no mercado. Por conta disso, o Plano Safra 2004/2005 tem como um de seus motes o fortalecimento da agroindústria familiar e do cooperativismo, além da Assistência Técnica e Extensão Rural. O objetivo é incentivar cada vez mais os agricultores familiares a participarem do processo de transformação do que produzem para que possam agregar valor à produção e, com isso, ampliar a renda.

### **Pronaf Custeio para Agroindústria Familiar**

Até o momento os agricultores podiam pegar financiamentos para montar uma agroindústria, mas não havia nenhum tipo de crédito voltado para a manutenção ou mesmo ampliação da produção. Por isso, muitas agroindústrias se viam com problemas para adquirir insumos básicos, como sacolas, rótulos, embalagens e outros itens fundamentais na industrialização dos alimentos. A linha especial Pronaf Custeio para Agroindústria Familiar visa contemplar os agricultores isolados ou que já estão unidos em associações e que precisam de recursos para alavancar a produção. O teto de financiamento desta linha será de R\$ 5 mil para cada agricultor (plano individual) ou de R\$ 150 mil no plano coletivo.

### **Fortalecimento das Cooperativas de Crédito**

O Plano Safra 2004/2005 também pretende fortalecer o cooperativismo de crédito entre os agricultores familiares. Uma linha de financiamento específica foi criada para ampliar a participação das cooperativas de crédito na liberação de recursos do Pronaf aos produtores familiares. Cada agricultor terá direito a financiar até R\$ 500 para ampliar sua participação (cota) nas cooperativas de crédito e ampliar o teto de financiamento a que tem direito. Isso acontece porque as cooperativas passam a ampliar seu capital social no momento em que os associados também



umentam sua participação. Com um capital social maior as cooperativas podem captar mais recursos junto aos agentes financeiros.

## **Política de Assistência Técnica e Extensão Rural**

A assistência técnica também passa a ter papel decisivo em todo o processo de fortalecimento da Agricultura Familiar brasileira. Para dar sustentabilidade a este projeto, o Governo criou uma nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural que irá redefinir os parâmetros de como a informação e tecnologia de qualidade chegarão aos agricultores familiares. Os primeiros passos para revitalizar o sistema nacional de Ater foram dados no início deste Governo. O Ministério do Desenvolvimento Agrário investiu no ano passado R\$ 127 milhões em assistência técnica e capacitação, beneficiando 1 milhão de agricultores familiares e assentados da reforma agrária. A previsão para 2004 é de investir mais R\$ 198 milhões, contemplando 1,6 milhão de famílias.

## **Mais crédito, menos restrições**

No Plano Safra 2004/2005, os agricultores familiares também passam a ter o direito de contrair empréstimos de recursos que não estão ligados ao Pronaf sem perder o direito de utilizar as linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Até agora, qualquer produtor familiar que buscasse financiamento fora do Pronaf perdia o direito de acessar as linhas de crédito do Programa. A partir de julho estarão disponíveis, de diferentes fontes de recursos, cerca de R\$ 1,5 bilhão aos agricultores familiares com taxas de juros variando entre 6% e 8,75% ao ano. Estes recursos são adicionais aos R\$ 7 bilhões anunciados.

O Plano Safra 2003/2004 disponibilizou R\$ 5,4 bilhões para a Agricultura Familiar, a maior oferta de crédito já destinada ao setor, com juros baixíssimos, entre 1% e 7,25% ao ano, além de prazo para pagamento estendido, tendo ainda, em alguns casos, o benefício do desconto no valor das parcelas pagas até a data do vencimento.

Com isso, o Governo Federal atingiu a meta histórica de 1,4 milhão de contratos de financiamento em benefício de agricultores familiares, com a aplicação total de R\$ 4,5 bilhões. Esses números representam a inclusão de 450 mil famílias e um aumento de 100% no volume de recursos em relação ao ano agrícola 2002/2003. Os resultados obtidos demonstram um forte avanço em relação às metas estabelecidas, representando um novo recorde para a agricultura familiar brasileira. Houve incremento tanto das operações de custeio (modalidade de crédito para gastos com a manutenção das atividades já desenvolvidas na propriedade) e investimento (modalidade destinada à aquisição de equipamentos ou construção de benfeitorias geradoras de renda), bem como das operações de compras da Agricultura Familiar (modalidade nova em parceria com o Ministério da Segurança Alimentar - Mesa - e a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab), que tem como objetivo contribuir para a recomposição dos estoques reguladores necessários ao Programa Fome Zero.

Em relação ao ano agrícola 2002/2003, houve ainda o incremento de 152% no número de contratos, aproximadamente 210 mil famílias, para o Grupo B



(microcrédito voltado para o combate à pobreza rural), e de 135% para investimento no Grupo D do Pronaf. Além disso, nas operações de custeio do Grupo C, houve um incremento de 44% dos beneficiários, aproximadamente 170 mil famílias. Também cresceram significativamente o número de contratos e do montante aplicado em todas regiões do país, com destaque especial para o Nordeste e o Norte, que tiveram um crescimento do número de contratos em 97% e 199%, respectivamente.

## **NÚMERO DE CONTRATOS FIRMADOS**

Das operações da safra 2003/2004, R\$ 2,6 bilhões e 918 mil contratos de financiamento são relativos à aplicação realizada em operações de custeio agrícola ou pecuário e R\$ 1,86 bilhão e 484 mil, a contratos de financiamento em operações de investimento.

### **Programa de aquisição de alimentos**

O Programa de Aquisição de Alimentos foi outra inovação importante do Plano Safra 2003/2004. Uma das linhas estruturais das ações do Fome Zero, seu objetivo é promover acesso a alimentação de pessoas em situação de risco alimentar a partir da produção familiar. O PAA foi lançado no Plano Safra 2003/2004 e neste período aplicou mais de R\$ 200 milhões, adquirindo a produção diretamente de mais de 100 mil famílias de agricultores. Os alimentos foram utilizados nas políticas sociais e emergenciais do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais parceiros do programa.

### **O volume de recursos passou de R\$ 5,4 bilhões para R\$ 7 bilhões**

Com este valor nas mãos dos agricultores familiares o montante terá triplicado em relação ao ano agrícola 2002/2003. A expectativa é atender a cerca de 1,8 milhão de famílias, quase 50% do total de agricultores familiares brasileiros. No ano safra que se encerra em junho foram disponibilizados R\$ 5,4 bilhões e aplicados mais de R\$ 4,5 bilhões, com 1,4 milhão de famílias atendidas.

### **Incentivo à agroindustrialização com o objetivo de agregar valor ao que é produzido pela Agricultura Familiar e, com isso, ampliar a renda dos produtores**

Está sendo criada uma linha de financiamento específica para fortalecer as agroindústrias familiares. Chamada de Linha de Financiamento de Custeio da Agroindústria Familiar, esta linha pretende dar fôlego às agroindústrias dos agricultores familiares. Com esse dinheiro os agricultores podem investir na compra de insumos para ampliar a produção, como sacolas, rótulos, matéria-prima, embalagens e afins.

**Quem está apto a acessar a linha** – agricultores familiares dos Grupos "B", "C", "A/C", "D" e "E" participantes ativos de cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas, que tenham no mínimo 90% de seus integrantes ativos agricultores



familiares que comprovarem, no projeto técnico de crédito, a produção própria (ou de associados/participantes) de mais de 70% da matéria-prima a beneficiar ou a industrializar.

**Limite de financiamento** – o limite individual é de até R\$ 5 mil. O limite coletivo é de até R\$ 150 mil, de acordo com o estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento.

**Taxa de juros** – 8,75% ao ano.

**Prazo de Pagamento** – as instituições financeiras fixarão os prazos a partir da análise de cada caso, sendo o prazo máximo de 12 meses.

### **Incentivo ao fortalecimento das cooperativas de crédito com a criação da linha de financiamento para Cota Parte**

Esta linha tem como objetivo financiar a ampliação da participação dos agricultores familiares nas cooperativas de crédito. Com cada agricultor ampliando sua cota, as cooperativas ampliam também seu capital de giro, o que lhes permite buscar mais crédito junto aos agentes financeiros e, por sua vez, ampliar o volume de empréstimo aos agricultores familiares que dela fazem parte.

**Quem está apto a acessar a linha** – agricultores familiares dos Grupos "B", "C", "D" e "E", filiados a cooperativas de crédito rural e de produção em que, no mínimo, 90% de seus sócios ativos sejam agricultores familiares. As cooperativas devem ter capital social entre R\$ 50 mil e R\$ 500 mil.

**Limite de financiamento** – o limite individual é de até R\$ 500. O limite coletivo ou grupal é de até R\$ 150 mil de acordo com o estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento.

**Taxa de juros** – 8,75% ao ano.

**Prazo de Pagamento** – as instituições financeiras fixarão os prazos a partir da análise de cada caso.

### **Consolidação da linha de financiamento Pronaf Jovem**

O Pronaf Jovem agora passa a ser uma linha de financiamento específica, com taxas de juros e prazos de pagamento diferenciados. Essa linha foi criada para atender aqueles jovens entre 16 e 25 anos, filhos de agricultores familiares, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano de escolas técnicas agrícolas. O objetivo é incentivar estes agricultores a se manterem no campo e iniciarem uma atividade produtiva que agregue renda a suas famílias.



**Quem está apto a acessar a linha** – jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos "B", "C", "D" e "E", maiores de 16 anos e com até 25 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de curso de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**Limite de Financiamento** – até R\$ 6 mil.

**Taxa de juros** – 1% ao ano.

**Prazo de pagamento** – até 10 anos, incluídos até 5 anos de carência.

### **Consolidação da linha especial Pronaf Mulher**

Como o Pronaf Jovem, o Pronaf Mulher se tornou uma linha de crédito específica, com o objetivo de reconhecer a importância da mulher na estrutura da Agricultura Familiar, bem como diversificar a produção e agregar renda às famílias de agricultores familiares e, assim, superar as condições de discriminação das mulheres no meio rural.

**Quem está apto a acessar a linha** – mulheres que pertencem a unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos "C", "D" e "E".

### **Limites de Financiamento**

- para agricultoras que pertencem ao Grupo "C", mínimo de R\$ 1,5 mil e máximo de R\$ 6 mil;
- para agricultoras que pertencem ao Grupo "D", máximo de R\$ 18 mil;
- para agricultoras que pertencem ao Grupo "E", máximo de R\$ 36 mil.

### **Taxa de juros**

- Grupos "C" e "D": 4% ao ano;
- Grupo "E": 7,25% ao ano.

### **Benefícios**

- para as agricultoras do Grupo "C": desconto de 25% na taxa de juros, com possibilidade de um desconto adicional de R\$ 700 (além dos 2 já previstos para a unidade familiar) para pagamentos em dia quando o crédito for acessado pela mulher;
- para as agricultoras do Grupo "D": desconto de 25% na taxa de juros, para pagamentos em dia.

**Prazo de Pagamento** – até 8 anos, incluídos até 5 anos de carência.



## **Consolidação do Grupo E do Pronaf**

O Grupo E atende aqueles produtores que têm uma renda anual bem superior à média brasileira dos produtores familiares, mas ainda se enquadram nos parâmetros da Agricultura Familiar.

**Quem está apto a acessar a linha** – agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil.

### **Limites de Financiamento**

- para custeio – até R\$ 28 mil;
- para investimento – até R\$ 36 mil.

### **Taxa de Juros**

- para custeio – 7,25% ao ano;
- para investimento – 7,25% ao ano.

### **Prazo de Pagamento**

- para custeio – até 2 anos;
- para investimento – 8 anos, com até 3 anos de carência.

## **Aumento do teto de valores de financiamento para o Grupo C**

O Grupo C, aquele que abrange agricultores com renda anual bruta entre R\$ 2 mil e R\$ 14 mil é o maior do Pronaf. Boa parte dos 1,4 milhão de agricultores que contraíram crédito junto ao Programa em 2003/2004 fazem parte deste Grupo. A única mudança é no teto de financiamento. Taxa de juros, prazos de pagamento e descontos permanecem os mesmos.

**Investimento** – de R\$ 5 mil para 6 mil;

**Custeio** – de R\$ 2,5 mil para R\$ 3 mil.

## **Recursos extras para os agricultores**

Até o momento, os agricultores familiares que contraíam crédito junto ao Pronaf estavam impossibilitados de buscar crédito em qualquer outra fonte de recursos governamental. Se o fizessem, perdiam a condição de “pronafianos”. Ou seja, não estavam mais aptos a buscar financiamento junto ao Programa.

Neste Plano Safra estão disponíveis, de diferentes fontes, cerca de R\$ 1,5 bilhão aos agricultores familiares. As taxas de juros variam de 6% a 8,75% ao ano e os prazos de pagamento variam de acordo com a fonte. Assim, os agricultores podem pegar créditos junto ao Pronaf e junto a essas fontes, sem perder a condição de beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.



## **Apoio à Comercialização e Segurança Alimentar**

A Agricultura Familiar é a principal responsável pelo alimento que chega à mesa dos brasileiros e o Governo Federal sabe que para termos mais alimentos e com mais qualidade é preciso apoiar e fortalecer a capacidade de produção e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar. Para isso, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2004/2005 vai dispor de recursos que serão repassados por meio dos diversos instrumentos de apoio à comercialização e segurança alimentar.

### **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – 2004/2005**

O PAA foi instituído em julho de 2002 e já beneficiou mais de 100 mil famílias de agricultores. Existem 4 formas de aquisição:

**PAA Compra Direta** – aquisições para formação de estoques estratégicos de alimentos e regulação de preços recebidos pelos agricultores familiares;

**PAA Compra Local** – reforço às políticas de segurança alimentar local, por meio da aquisição de alimentos da Agricultura Familiar e distribuição para as populações em risco alimentar;

**PAA Compra Antecipada** – compra do produto antes do plantio, garantindo a produção do agricultor familiar;

**PAA Leite** – parceria do Governo Federal com os estados visando estimular a produção e o consumo de leite nas regiões mais carentes do país.

### **Apoio à Comercialização da Agricultura Familiar**

**PGPM** – reforço a Política de Garantia de Preços Mínimos, agora com recursos carimbados para a Agricultura Familiar;

**EGF** – empréstimos do Governo Federal para carregamento de estoques pelas associações e cooperativas da Agricultura Familiar, com juros fixos de 8,75% ao ano;

**Investimento em Armazenagem** – recursos disponibilizados para agricultores familiares, assentados, suas associações e cooperativas, com juros de 8,75% fixos ao ano, visando investimentos em estruturas de armazenamento e escoamento da produção.

Para responder aos desafios de um país com dimensões continentais, o Governo Federal, além de realizar aperfeiçoamentos em termos dos mecanismos já existentes como as linhas de crédito e a criação de novos mecanismos como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, tomou a iniciativa de regionalizar o Plano Safra. Essa iniciativa culminou com o lançamento do Plano Safra para o Semi-Árido, na região Nordeste e para a Amazônia, na região Norte.

O objetivo dos Planos Regionais, além de ampliar a participação dessas regiões no acesso aos

mecanismos previstos no Plano Safra em prazos e condições adequadas aos produtores familiares, é o de permitir que possam ser traçadas diretrizes que respondam as questões específicas que caracterizam a realidade das regiões Norte e Nordeste, que, juntas, concentram 58,9% dos estabelecimentos familiares do Brasil.

No Nordeste, o Plano Safra Regional tem suas ações baseadas no apoio ao desenvolvimento e implementação de sistemas de produção que garantam a segurança alimentar das famílias e permitam a melhoria nas condições de convivência com o Semi-Árido. Nesse sentido foram implementados e estão sendo aperfeiçoados para o Plano Safra 2004/2005: o Pronaf Semi-Árido, o Garantia Safra e o Programa Conviver, que é desenvolvido numa parceria interministerial.

No Norte, o Plano Safra Regional tem suas ações baseadas no apoio ao desenvolvimento e implementação de sistemas de produção que potencializem o uso racional da biodiversidade Amazônica e uma melhor inserção nas políticas públicas para produção das categorias que compõem a Agricultura Familiar na região. Nesse sentido, foram implementados e estão sendo aperfeiçoados para o Plano Safra 2004/2005 a unificação dos programas de crédito Prorural e Prodex com as linhas do Pronaf, a ampliação do Pronaf “B” para a Amazônia, a inclusão das Reservas Extrativistas (Resex) como beneficiárias do Pronaf “A” e o Programa Proambiente, que é desenvolvido numa parceria interministerial.

O Pronaf evoluiu, está mais presente na vida dos agricultores familiares, mas os benefícios conquistados anteriormente permanecem. E ganham cada vez mais força.

## **BENEFICIÁRIOS DO PRONAF**

São beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, comprovado mediante Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), os produtores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, que atendam aos seguintes requisitos:

- sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da reforma agrária;
- residam na propriedade ou em local próximo;
- detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 módulos quando se tratar de pecuarista familiar;
- o trabalho familiar deve ser a base da exploração do estabelecimento.

Para a obtenção de créditos, os beneficiários do Pronaf são classificados em 6 grupos:

A, B, C, A/C, D e E.

### **Grupo A**



Agricultores familiares que:

- sejam assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária, inclusive em reservas extrativistas ou em assentamentos estaduais ou municipais reconhecidos pelo Incra, ou beneficiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário do MDA, que ainda não receberam crédito de investimento no Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) ou que não foram contemplados com o limite de crédito de investimento no Pronaf Grupo A, independente de comprovação de renda.

### **Grupo B**

Agricultores familiares que:

- tenham renda bruta familiar anual de até R\$ 2 mil, excluídos os benefícios sociais da previdência rural;
- no mínimo 30% dessa renda venha da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento.

### **Grupo C**

Agricultores familiares que:

- utilizem apenas eventualmente o trabalho assalariado (safrista ou diarista);
- obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 2 mil e até R\$ 14 mil, excluídos os benefícios sociais da previdência rural;
- no mínimo 60% dessa renda venha da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento.

### **Silvicultores que:**

- cultivem florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável.

### **Pecuaristas familiares que:**

- tenham a pecuária bovina, bubalina ou ovinocaprina como predominante na apuração da renda (no mínimo 75%) e na exploração da área (no mínimo 75%).

### **Aqüicultores que:**

- se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal ou mais freqüente de vida seja a água, e explorem área de até 2 hectares de lâmina d'água ou até 500 m3 de água, quando a exploração for em tanque-rede.

### **Grupo A/C**



Agricultores familiares que:

- sejam egressos do Pronaf Grupo A. São aqueles que estão em transição de assentados para agricultores familiares ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

### **Grupo D**

Agricultores familiares que:

- utilizem eventualmente trabalho temporário (safrista ou diarista), podendo ter, no máximo, até 2 empregados fixos;
- obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 14 mil e até R\$ 40 mil, excluídos os benefícios sociais da previdência rural;
- no mínimo 70% dessa renda venha da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento.

### **Grupo E**

Agricultores familiares que:

- utilizem eventualmente trabalho temporário (safrista ou diarista), podendo ter, no máximo, até 2 empregados fixos;
- obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 40 mil e até R\$ 60 mil, excluídos os benefícios sociais da previdência rural;
- no mínimo 80% dessa renda venha da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento.

### **CASOS ESPECIAIS**

Também são beneficiários do Pronaf e se enquadram nos Grupos B, C, D ou E, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada:

#### **Pescadores artesanais que:**

- se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais;



- formalizem contrato de garantia de compra do pescado com cooperativas, colônias de pescadores ou empresas que beneficiem o produto, exceto para o Grupo B.

#### **Extrativistas que:**

- se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável.

### **MODALIDADES DE CRÉDITO**

#### **Pronaf Grupo A**

É o primeiro crédito para os assentados da reforma agrária destinado à estruturação de suas unidades produtivas.

#### **Valores para investimento**

R\$ 13,5 mil, mais R\$ 1,5 mil para assistência técnica, com juros de 1,15% ao ano e bônus (desconto para pagamento em dia dos financiamentos) de até 46% sobre o principal. O prazo para pagamento é de até 10 anos com até 5 de carência.

#### **Pronaf Grupo B**

É a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural. Os recursos de investimento são destinados a agricultores com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil para financiar qualquer atividade geradora de renda.

#### **Valores para investimento**

Até R\$ 1 mil, com juros de 1% ao ano e bônus de adimplência de 25% sobre o principal. Os agricultores terão 1 ano de carência e mais 1 ano para liquidar a operação. Do total do valor, 35% são para custeio de forma associada e 3% para assistência técnica.

#### **Pronaf Grupo C**

Beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil.

#### **Valores para investimento**

Passou de R\$ 5 mil para R\$ 6 mil, com juros de 4% ao ano e bônus de 25% sobre os juros, mais bônus de R\$ 700 por operação, independente do valor contratado. O prazo para pagamento é de até 8 anos e carência de até 5 anos.

#### **Valores para custeio**



Passou de R\$ 2,5 mil para R\$ 3 mil com juros de 4% ao ano, com bônus de adimplência de R\$ 200, independente do valor contratado. O prazo para pagamento é de até 2 anos.

### **Pronaf Grupo A/C**

É o primeiro crédito de custeio para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam financiamento do Grupo A.

#### **Valores para custeio**

R\$ 2,5 mil com juros de 2% ao ano, com bônus de adimplência de R\$ 200, independente do valor contratado. O prazo para pagamento é de até 2 anos.

### **Pronaf Grupo D**

Beneficia com crédito de custeio e de investimento os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 14 mil e limitada a R\$ 40 mil.

#### **Valores para investimento**

Até R\$ 18 mil, com juros de 4% ao ano e bônus de adimplência de 25% sobre os juros. O prazo para pagamento é de até 8 anos com carência de até 5 anos.

#### **Valores para custeio**

Até R\$ 6 mil com juros de 4% ao ano. O prazo para pagamento é de até 2 anos.

### **Grupo E**

Abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil, que passam a ter direito a linhas de crédito para financiamento e custeio da produção.

#### **Valores para investimento**

Valor máximo de R\$ 36 mil, com juros de 7,25% ao ano. O prazo para pagamento é de até 8 anos com 3 anos de carência.

#### **Valores para custeio**

Valor máximo de R\$ 28 mil, com juros de 7,25% ao ano. O prazo para pagamento é de até 8 anos.



*Quando se tratar de operações com recursos de fundos constitucionais (FNE, FCO e FNO), os juros, bônus e prazos de pagamento são aqueles definidos pelos respectivos fundos.*

## **LINHAS DE CRÉDITO**

### **Pronaf Agroindústria**

É a linha de crédito voltada ao incentivo à criação e consolidação das agroindústrias familiares. Sua finalidade é conceder crédito àqueles agricultores que pretendem criar uma agroindústria e, com isso, agregar valor ao que já produzem.

#### **Quem está apto a acessar a linha**

- agricultores familiares dos Grupos B, C, A/C, D e E que comprovem que mais de 70% da matéria-prima a beneficiar ou industrializar é de produção própria;
- cooperativas e associações em que no mínimo 90% de seus sócios ativos sejam agricultores familiares dos Grupos "B", "C", "A/C", "D" e "E".

#### **Limites de Financiamento**

Até R\$ 18 mil individualmente. Não há limite para o financiamento coletivo, desde que o limite individual por associado não ultrapasse R\$ 18 mil. Deste valor, até 30% podem ser investidos na produção da matéria-prima a ser beneficiada ou industrializada. E até 35% podem ser investidos para capital de giro.

**Taxa de Juros** – 4% ao ano.

**Benefícios** – 25% de desconto na taxa de juros para pagamentos em dia.

**Prazo de Pagamento** – até 8 anos, com até 5 anos de carência.

*Quando se tratar de operações com recursos de fundos constitucionais (FNE, FCO e FNO), os juros, bônus e prazos de pagamento são aqueles definidos pelos respectivos fundos.*

### **Pronaf Florestal**

Linha de crédito destinada para estimular o plantio e espécies florestais como forma de incentivo para que os agricultores familiares implementem projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais.

**Quem está apto a acessar a linha** – agricultores familiares dos Grupos B, C e D.

#### **Limites de financiamento**

- Grupo B – até R\$ 1 mil;



- Grupo C – até R\$ R\$ 4 mil;
- Grupo D – até R\$ 6 mil.

**Taxa de Juros** – 4% ao ano.

**Benefícios** – 25% de desconto na taxa de juros para pagamentos em dia.

**Prazo de Pagamento** – até 12 anos, com até 8 anos de carência.

*Quando se tratar de operações com recursos de fundos constitucionais (FNE, FCO e FNO), os juros, bônus e prazos de pagamento são aqueles definidos pelos respectivos fundos.*

### **Pronaf Semi-Árido**

Crédito especial para agricultores da região do Semi-Árido. Os agricultores terão recursos para a construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação e dessalinização da água.

**Quem está apto a acessar a linha** – agricultores familiares dos Grupos B e C.

### **Limites de Financiamento**

- individual – mínimo de R\$ 1,5 mil e máximo de R\$ 6 mil;
- não há limites para financiamento coletivo.

**Taxa de Juros** – 1% ao ano.

**Prazo de Pagamento** – até 10 anos, com até 3 anos de carência.

## **PRINCIPAIS SOBRETETOS DO PRONAF**

### **Pronaf Agroecologia**

Incentiva projetos para a produção agroecológica ou para a transição para uma agricultura sustentável. O Governo estimulará o adequado manejo dos recursos naturais, agregando renda e qualidade de vida aos agricultores familiares.

### **Pronaf Pecuária Familiar**

É o crédito para aquisição de animais destinados à pecuária de corte, outra importante fonte de renda para a Agricultura Familiar.

### **Pronaf Turismo Rural**



Os agricultores familiares terão mais recursos para desenvolverem projetos de turismo rural em suas propriedades, como pousadas, restaurantes e cafés coloniais, por exemplo.

## **Pronaf Máquinas e Equipamentos**

É o crédito para os agricultores familiares modernizarem suas propriedades por meio da aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, melhorando a produção e produtividade.

## **SOBRETETOS**

Os sobretetos contemplam agricultores familiares dos Grupos C e D e seu diferencial é o fato de que os limites de crédito para aqueles que desenvolvem atividades específicas crescem em 50%. Por exemplo, se o limite de investimento para o Grupo C é de R\$ 6 mil, o sobreteto Pronaf Agroecologia tem um limite de R\$ 9 mil. As taxas de juros, prazos de pagamento, benefícios e condições para se obter o crédito seguem exatamente as mesmas regras dos grupos C e D.

Existem sobretetos para as seguintes atividades:

- bovinocultura, fruticultura, olericultura (verduras e legumes), carcinicultura (camarão) e ovinocapricultura (ovelhas e cabras), bubalinocultura (búfalo);
- avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria/integração com a agroindústria;
- produção agroecológica certificada sob norma do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- projetos apresentados por agricultores familiares em transição para a agroecologia;
- proposta de crédito específica para aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de irrigação e outros bens destinados especificamente à agropecuária, exceto veículos de passeio;
- atividades de turismo rural.

## **UM LONGO CAMINHO PELA FRENTE**

Com todas estas medidas, o Plano Safra se aprimora e reafirma o seu papel de ser o principal instrumento propulsor da Agricultura Familiar, um dos mais importantes setores da economia brasileira. As conquistas já alcançadas reforçam a esperança na construção de um Brasil melhor para todos. Com mais igualdade, riqueza e desenvolvimento no campo. Porque esse é o compromisso do Governo Federal. Um compromisso do tamanho desse imenso Brasil.

